

Informe econômico

Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI

Ano 11/Nº 23

Fev-mar-abr/2010

“PARTIDOS POLÍTICOS?”

“Para onde canalizamos nossa insatisfação? O que fazemos? Como mudamos o mundo, como fazemos do mundo um lugar melhor?” Com esses questionamentos, o economista e filósofo irlandês, John Holloway, inicia artigo publicado no periódico “Margem Esquerda - Ensaios Marxistas” (n. 4, out. 2004), onde estabelece relação de dependência entre os partidos políticos e o estado. As questões colocadas pelo autor são pertinentes quando, em nosso País, até outubro do corrente ano, estaremos ouvindo os discursos dos partidos políticos, visibilizados pelos políticos profissionais ou não, que pretendem assumir os cargos de presidente da República, governador, senador, deputados federal e estadual.

Para Holloway, os partidos políticos quando conquistam o controle do estado, são por ele moldados e limitados; assumindo, assim, todas as características do aparelho estatal, como a temporalidade e o ritmo. De forma inevitável, continua Holloway, os partidos reproduzem a mesma separação entre público e privado, que é uma das bases da existência do estado. A lógica do estado, que é a de separar, alienar e entediar, é ampliada pelo partido político, porque tal lógica é por ele assumida. Por isso, em todo o mundo, é percebida uma intensa desilusão das pessoas para com os partidos.

Assim como o estado, os partidos geram processos de exclusão: o estado, através da sua burocracia, linguagem e arquitetura dos edifícios; os partidos, quando afirmam ter suas ações voltadas para atender os anseios da classe trabalhadora ou das massas oprimidas; na verdade, subordinam ou colocam sob seus interesses os interesses daqueles que dizem defender. Outro aspecto da separação possibilitada pelo estado, apontada por Holloway, é quando este, por sua própria existência, nos separa dos cidadãos de outros estados.

Então, podemos perguntar de que maneira, como civilização, podemos avançar para que se realize, pelo menos, traços da infinita riqueza do fazer humano; como lidar com as lutas diárias, produto das formas de relações estabelecidas com o estado, o dinheiro e o mercado, se os partidos políticos não representam vias de superação de inaceitáveis e continuadas situações vivenciadas pela maioria da sociedade, em nível local, regional e mundial. Holloway diz que não existe um modelo que possa ser simplesmente aplicado. Existem, e sempre existiram, afirma o autor, movimentos de resistência. Este impulso de autodeterminação coletiva não é, entretanto, uma resposta e, sim, uma questão que só pode ser compreendida como um mover-se contra as realidades excludentes delineadas pelo capital, um experimentar, um inventar, um perguntar.

Oferecemos, quem sabe, com esse número do nosso Informe, nos vários e ótimos artigos, algumas respostas. Boa leitura!

Enoisa Veras

- | | |
|---|--|
| <p>2 Breves considerações sobre a propriedade privada no pensamento de Hobbes e Locke
Zilneide O. Ferreira</p> <p>8 Custos dos efeitos internos da erosão dos solos no cerrado piauiense
Kerle Pereira Dantas e Maria do Socorro Lira Monteiro</p> <p>14 Valor econômico dos carnaubais nativos nordestinos
Emiliana B. Cerqueira e Jaíra Maria Alcobaça Gomes</p> <p>19 O compromisso coronelício no Brasil, 1945-1964
Francisco Pereira de Farias</p> <p>24 A lógica da pena e o <i>superavit</i> da injustiça: apontamentos para a discussão da violência em Teresina
Marcondes Brito</p> | <p>27 Trabalho e Economia Solidária
Solimar Oliveira Lima</p> <p>28 Produção de conhecimento: uma técnica
Maria Cristina de Távora Sparano</p> <p>30 A crise e o resgate do pensamento de Keynes nas finanças
Eder Johnson de Area Leão Pereira</p> <p>34 A nova ordem mundial e a geopolítica do mundo atual
Ioshua Costa Guedes</p> <p>39 Um esboço da relação de uma biografia de Gramsci com sua obra
Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos</p> <p>43 O Complexo Intermodal Sul Bahia e a integração sul-americana
Henrique Campos de Oliveira</p> |
|---|--|

“A financeirização da riqueza passou a ser, deste a década de 1980, um padrão sistêmico globalizado em que a valorização e a concorrência no capitalismo operam sob a dominância da lógica financeira. Esta lógica originou-se nos EUA e transferiu-se para Londres, no Euromercado na década de 70. Regressou à Nova York na década de 80 com a diplomacia do dólar forte e tornou-se a lógica da globalização financeira”

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES, 80 ANOS

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPRIEDADE PRIVADA NO PENSAMENTO DE HOBBS E LOCKE*

por Zilneide O. Ferreira**

A propriedade privada, atualmente, é justificada por sua função social. Contudo, em cada sociedade e em cada momento da história da humanidade, o direito de propriedade mostrou características próprias, conforme os costumes, as realidades e as necessidades sociais que foram evoluindo com o passar do tempo.

Destarte, o objetivo deste artigo é apresentar a propriedade privada consoante o pensamento de Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704), dois filósofos jusnaturalistas e contratualistas ingleses que marcaram época com suas ideias e que hodiernamente ainda são importantes no estudo de várias ciências. As obras destes dois filósofos são riquíssimas em informações, conceitos e considerações, no entanto, faz-se aqui um contraponto entre suas principais ideias em relação à propriedade privada, questão contemporânea na sociedade brasileira.

Para tanto, faz-se mister compreender as transformações sociais, políticas e econômicas anteriores ao período em que ambos viveram. Nesse sentido, inicia-se com um breve relato, a título de contextualização, a partir da Antiguidade, quando as ideias sociais e econômicas começaram a ganhar consistência. Segue-se com uma caracterização do jusnaturalismo ou direito natural moderno - escola filosófica que norteou o pensamento de vários filósofos na formulação de suas ideias, dentre eles Hobbes e Locke -, para, então, discorrer sobre a propriedade privada à luz da filosofia de ambos.

Foi no período da Grécia Clássica (entre os séculos VI e IV a.C.), segundo Jordão Netto (1988), que as ideias sociais (ideias sobre a organização e o funcionamento das sociedades) e sobre as relações políticas entre os homens ganharam significado e consistência, particularmente, com Platão e Aristóteles.

Platão, baseado na filosofia, criticou o sistema político então vigente e afirmou que a democracia grega necessitava de mudanças e, por isso, era necessário preparar pessoas, através de um novo

método de ensino, para capacitá-las ao exercício das funções governamentais. Por causa dessa crítica, Platão foi ameaçado de morte e ausentou-se por doze anos da Grécia. Quando retornou à Atenas, fundou sua "Academia", onde desenvolveu seus estudos, divulgou seu método de ensino, suas ideias, e escreveu diversos livros. Em "A República", defendeu um regime político de cunho comunal, onde reinassem a justiça, o bem e a verdade, pois só assim se constituiria um estado ideal, pensava ele. Para Platão, o estado originou-se da necessidade que os homens têm de associarem-se para dividir, uns com os outros, as diversas ocupações, haja vista que o indivíduo não basta a si mesmo (JORDÃO NETTO, 1988).

Aristóteles foi frequentador da Academia de Platão. Depois da morte deste, Aristóteles continuou suas pesquisas (chegando a abrir sua própria escola, onde desenvolveu estudos sobre os mais diversos temas, como, por exemplo, física, matemática, psicologia, metafísica, ética) e elaborou seu sistema de leis. Sua principal obra foi "Política" (Politeia). Quanto a este tema, ao contrário de Platão, Aristóteles afirmou que o estado originou-se, instintivamente, da associação entre os homens para satisfazer suas necessidades físicas e intelectuais. Este filósofo também questionou a colocação comunal de propriedade de Platão. Na concepção de Aristóteles, onde tudo é de todos, ninguém cuida de nada. A preocupação maior deste filósofo era com o viver bem em uma comunidade, o que era sustentado por um tripé interdependente e, portanto, indissociável: o bem comum, o bem familiar e o bem individual (percebe-se, aqui, um caráter utilitarista).

Para Aristóteles, o homem, por natureza, é um animal político e, por conseguinte, o estado é uma criação da natureza e não de um pacto (MONDIM, 1981). Ele concebeu dois tipos de Direito: o direito natural - que em toda parte tem a mesma eficácia e cujo valor das ações humanas independe de parecerem boas ou más; e o direito positivo - que

tem sua eficácia limitada às comunidades, cujas ações, mesmo antes de reguladas, podem ser cumpridas; porém, uma vez reguladas pela lei, devem ser cumpridas conforme a mesma (BOBBIO, 1995). Consequentemente, o direito natural era visto como direito comum e, portanto, não era considerado superior ao direito positivo.

Não se pode olvidar que na Antiguidade greco-romana a ideia de propriedade privada estava totalmente ligada à religião: havia um deus-lar que se apossava de um solo e não podia ser desalojado. Assim sendo, nem uma deliberação popular nem uma decisão do governo poderiam alterá-la - era um bem absoluto e exclusivo (COMPARATO, 1997).

Como relata Soares (2003), em Roma, não obstante ser um direito absoluto e exclusivo, a propriedade não era um bem ilimitado, pois estava sujeita às limitações impostas pelo interesse público e pelo interesse privado dos vizinhos. Dessa maneira, ao acompanhar a evolução política, social e cultural, a concepção de propriedade no Direito Romano modificou-se.

Com a queda do Império Romano e a consequente ocupação de seus domínios, seguiu-se o período histórico conhecido por Idade Média, caracterizado pelo sistema feudal ou feudalismo, onde a propriedade da terra tornou-se a única fonte de poder (PORTO CARRERO, 1975).

Durante a Idade Média, as Cruzadas - expedições empreendidas pela igreja católica (entre os séculos XI e XIII) para libertar Jerusalém - foram o marco para se dividir historicamente este momento em dois períodos: Primeira ou Baixa Idade Média e Segunda ou Alta Idade Média. Na Primeira Idade Média (séculos V a XI), apesar de o senhor feudal, respaldado pela igreja, exercer os poderes político, jurídico e econômico dos feudos, o clero era o orientador intelectual e o fiscalizador das atitudes e pensamentos de todos. A igreja, influenciada pela filosofia de Platão, opunha-se à propriedade privada e seu uso, bem como à riqueza, pois considerava todas as coisas pertencentes a Deus. Na Segunda Idade Média (séculos XI a XIV), as Cruzadas proporcionaram grandes mudanças sociais e econômicas na Europa: no âmbito social, criaram uma atmosfera propícia a deslocamentos longínquos e ao grande comércio, pondo em contato direto as civilizações do Ocidente e do Oriente; e, no econômico, estimularam o comércio internacional, implantaram o comércio oceânico (com a retomada da rota

mediterrânea) e estimularam a indústria, pela imitação dos processos observados alhures (PORTO CARRERO, 1975).

Com essas mudanças, as necessidades coletivas aumentaram e surgiram outras novas, o que se refletiu na filosofia da igreja - até por esta ter-se tomado grande proprietária. Sob a influência das ideias aristotélicas, com base no direito natural, a igreja teve que adaptar sua filosofia, misturando conceitos éticos com econômicos, e passou a aceitar a propriedade privada (condicionada a direitos e deveres para não prejudicar a coletividade), mormente porque a sociedade burguesa passou a exigir autonomia sobre sua propriedade (RIBEIRO, 2001).

Relata Bobbio (1995) que, no período medieval, a relação entre direito natural e direito positivo inverteu-se, passando o primeiro a ser superior ao segundo, pois deixou de ser concebido como um simples direito comum e sim como uma norma divina participada à razão humana.

Ainda é pertinente ressaltar a observação de Paul Hugon (1980) de que, neste período histórico, a delimitação da propriedade legítima era imposta pela consciência pessoal; era uma questão entre o homem e Deus. O que havia era um consenso de limite máximo (até onde começasse a lesar o interesse social) e limite mínimo (que não ameaçasse o rendimento econômico).

Segundo o autor supracitado, em meados do século XIV, desenvolveram-se novas ideias monetárias que deram início a uma nova ordem econômica afastada da moral e da religião, por causa do lucro: o mercantilismo. Com a implantação do capitalismo comercial, o estado moderno surgiu, no século XV, para coordenar as forças materiais e humanas da nação e a propriedade desvinculou-se da religião, adquirindo um caráter marcadamente utilitarista. Entre 1450 e 1750, predominaram na Europa as ideias e práticas econômicas baseadas no metalismo - que defendia o acúmulo de metais preciosos pelo estado; quanto mais ouro e prata, mais próspero era considerado um país, pois o metal foi associado à riqueza e à sua durabilidade.

Existiram diversas formas de mercantilismo - o mercantilismo espanhol (bulionista), o francês (industrialista), o inglês (comercial), o alemão (cameralista) e o fiduciário - que aqui não são abordadas, mas foram as ideias mercantilistas que se impuseram na Europa e, em particular, na organização e evolução das colônias europeias.

Posteriormente a essa fase histórica, surgiram a filosofia e as ideias liberais que se opuseram ao mercantilismo, baseadas nas ideias de liberdade e igualdade, e que defendiam que o estado deveria existir apenas para proporcionar o bem-estar social e garantir os direitos de liberdade e de igualdade.

Em suma, esse foi o contexto histórico geral que formou a sociedade burguesa mercantilista em que viveram Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704); cada um em seu tempo, haja vista que quando Locke nasceu Hobbes já contava 44 anos.

Antes de adentrar na filosofia de Hobbes e Locke, é necessário ainda um breve comentário sobre o jusnaturalismo - mister para melhor compreender o pensamento de ambos, uma vez que eram as ideias de direitos naturais que se discutiam no meio intelectual da época.

O jusnaturalismo é uma doutrina fundamentada no direito natural, cujos princípios são eternos, absolutos e imutáveis, por serem inerentes à natureza humana: o direito à vida e à sobrevivência, que inclui o direito de propriedade e liberdade. Esse pensamento ressurgiu, conforme Bobbio (1987), com a publicação da obra de Hugo Grócio, "*De iure belli ac pacis*", em 1625, que distinguiu direito natural de direito civil. Para Grócio, o direito natural deriva da justa razão - que discerne entre o que é moralmente torpe ou moralmente necessário - e o direito civil (positivo), que é imposto pelo poder civil, compete ao estado (BOBBIO, 1995).

O chamado direito natural, concebido como algo universal e imutável - por ser próprio da natureza humana - vem desde a Antiguidade greco-romana. O princípio do direito natural foi incorporado pela igreja cristã e, posteriormente, tornou-se referência para o Iluminismo, no século XVIII, que respaldou ideologicamente movimentos como, por exemplo, a Revolução Francesa e a independência dos Estados Unidos da América.

Discutir sobre origem, períodos de ascensão e declínio do direito natural, ou critérios de distinção entre direito natural e civil, demanda longa discussão (ver BOBBIO, 1998). Assim sendo, atém-se aqui à hipótese de que o estado de natureza (enquanto pré-estatal) tomado pelos jusnaturalistas era, na realidade, uma tentativa de justificar de forma racional certas exigências que se foram ampliando ao longo da história. Dentre estas exigências, encontram-se a liberdade de consciência, durante a época das guerras religiosas - contra a imposição de crenças

religiosas - e a liberdade civil, da época das revoluções inglesa, norte-americana e francesa - contra o despotismo (BOBBIO, 2004).

É consenso que a humanidade e, destarte, os direitos do homem estão em constante evolução, conforme as transformações verificadas nas condições históricas (política, social e econômica). Como exposto anteriormente, no direito natural dos gregos, a natureza continha em si mesma a sua própria lei. No período medieval, este direito foi decorrente da lei eterna que emanava da vontade divina. Já o jusnaturalismo ou direito natural moderno rompeu com estes fundamentos ontológicos e teológicos e se transformou em um racionalismo abstrato, subjetivo e ahistórico, dotado de validade universal e perpétua - o homem e o corpo político assumem, então, uma feição mecânica; busca-se agora construir sistemas de direitos naturais que sejam válidos em qualquer tempo e lugar.

Hodiernamente, os princípios do direito natural são utilizados, por um lado, para proteger os direitos humanos contra o arbítrio do estado e, por outro, "como principal argumento ideológico do pensamento conservador contra o socialismo" (SANDRONI, 2004, p.177). De certa forma, isso valida a ideia de que o direito natural sobrepôs-se ao direito positivo, pois este último é considerado particular e mutável, enquanto que o direito natural é universal e imutável.

Hobbes e Locke foram jusnaturalistas, mas ambos, de uma perspectiva diferente, reconheceram o esgotamento da legitimidade do poder pela vontade de Deus (BELLO, 2008), daí a importância desse breve adendo sobre essa temática antes de se expor as ideias destes dois filósofos.

Thomas Hobbes foi matemático, filósofo e teórico político; nasceu em Malmesbury, na Inglaterra; era de uma família aristocrata e vira o desenrolar e o desfecho da revolução civil inglesa de 1640, na qual a burguesia mercantil estava se tornando cada vez mais rica. Como dito anteriormente, Hobbes viveu em uma época em que predominavam as ideias mercantilistas e em que ressurgia a questão do direito natural.

Nesse contexto, a Inglaterra fora palco de grandes conflitos que conspiraram para fomentar o espírito de desobediência (MANENT, 1990). Por um lado, devido a conflitos religiosos: Reforma e Contra-Reforma, Henrique XVIII fundando a Igreja Anglicana como a religião oficial; por outro, e

decorrente do primeiro, devido aos conflitos políticos com os países vizinhos, que eram católicos, e com o movimento contra a monarquia absoluta, que dividia opiniões entre a burguesia comercial protestante e a elite da nobreza.

Hobbes foi um teórico absolutista e, apesar de jusnaturalista, defendeu o direito positivo. Segundo Bobbio (1998), esse filósofo concorda que o direito natural é o que foi comunicado por Deus aos homens por meio da razão, no estado de natureza. No entanto, na sociedade civil, o homem deixa de lado o divino; e o direito vigente é, então, o direito positivo, proposto pelo soberano, porque, assim, tem-se a segurança de que as leis derivadas deste direito serão respeitadas, enquanto que no estado de natureza essa segurança não existe.

Em seu livro “Leviatã”, Hobbes (1979) discorreu sobre a natureza humana e a necessidade de governos e sociedades, pois, no estado de natureza, embora alguns homens possam ser mais fortes ou inteligentes que outros, homem algum está tão acima dos demais que não tenha medo de ter sua vida retirada por outro. Ele parte da ideia de um mundo naturalmente em guerra; uma guerra que é “de todos os homens contra todos os homens” (HOBBS, 1979, p. 75). Mas, no estado de natureza, ele via os homens como iguais:

A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que [...] a diferença entre um e outro homem não é perfeitamente considerável para que qualquer um possa com base nela reclamar qualquer benefício a que outro não possa aspirar, tal como ele (HOBBS, 1979, p. 74).

Para Hobbes, o estado de natureza universal é uma hipótese da razão (BOBBIO, 1987), uma abstração, pois, se tivesse realmente existido, a humanidade teria sido extinguida. Seu estado de natureza é, portanto, fundamentado neste estado de guerra, mas o homem não é visto por ele como um selvagem, mas sim como um ser racional. Conforme Lopes (2002, p. 192), para Hobbes, natural ao homem é a defesa de seus próprios interesses e, “nestes termos, é o contrato, o pacto social, que cria um modo de convivência possível”, porque o estado tem por objetivo promover a paz. E, nesse estado de natureza, no qual não há um poder comum, não há injustiça (porque não há lei); e também não há propriedade, porque cada homem só pode ter aquilo que ele é capaz de conseguir e somente enquanto for capaz de conservá-lo.

Depreende-se, portanto, que, para Hobbes, no estado de natureza só há uma propriedade comum - a propriedade privada, na sua concepção, fora, portanto, instituída pelo estado.

No pensamento desse filósofo, como o homem é naturalmente livre, pensa ter direito a tudo, porém, sua tendência à preservação da vida e da segurança leva-o a obedecer a uma lei de natureza, estabelecida pela razão, que o proíbe de fazer qualquer coisa que possa retirar-lhe a vida ou impeça de preservá-la - que é a de esforçar-se pela paz. Dessa lei, afirma Hobbes (1979), deriva outra, que é a de que um homem concorde que outros também se esforcem para isso - o que os leva a tender à paz é, portanto, o medo da morte, o desejo de uma vida confortável e a esperança de conseguí-la com seu trabalho.

Percebe-se que nas ideias de Hobbes o homem não tem uma disposição natural para a vida em sociedade e que é desse acordo artificial para a paz que nasce o estado - para promover a ordem e garantir os direitos naturais, através de leis e normas que imponham castigos para quem as infringir, pois, se os homens fossem deixados a si próprios, predominaria a desordem (anarquia), que os levariam à insegurança e, conseqüentemente, à guerra. Portanto, como argumenta Hobbes (1979), só um poder soberano e ilimitado manteria a ordem, ao garantir a segurança (o pacto social de Hobbes é um pacto de sujeição ao soberano, um pacto de renúncia dos direitos e liberdades que os homens tinham no estado de natureza).

Dentre os direitos naturais, embora não como o principal direito, inclui-se a propriedade, pois, na sua concepção, no estado de natureza todos os homens, por serem livres, tinham direito a tudo e era isso o que provocava a guerra. Assim, era necessário um poder soberano para prescrever regras que deixassem claro quais os bens e ações que cada um pode gozar e praticar sem que outro homem moleste-o: “é a isso que os homens chamam *propriedade*” e essas regras “são as leis civis” (HOBBS, 1979, p. 110). A garantia de propriedade, para este filósofo, era sinônimo de uma vida melhor e mais confortável, mas nem por isso a sociedade (burguesa) deveria ter uma autonomia ilimitada quanto à propriedade.

Nessa discussão, Hobbes entra na questão da distribuição da propriedade da terra, que compete ao soberano - e não aos súditos - distribuí-la como considerar compatível com a equidade e com o bem comum, cabendo aos súditos apenas o direito

de excluir de suas terras todos os outros do uso da mesma. E acrescenta que, com isso, o estado visa à paz e à segurança comuns e que, portanto, pode ainda decidir de que forma pode-se dar a transferência mútua de propriedade. Ou seja, Hobbes é totalmente a favor de um poder soberano, absoluto.

John Locke também nasceu na Inglaterra, em Wrington. Era de família modesta, da linha puritana do anglicanismo e vira a Revolução Gloriosa consolidar o liberalismo na Inglaterra. Aos 15 anos foi indicado para a Westminster School, por Alexander Popham, colega de armas e amigo de seu pai, que havia se tornado membro do parlamento inglês. Locke é considerado o fundador do empirismo, o predecessor do Iluminismo e o pai do iluminismo possessivo (uma escola de filosofia política).

Ao contrário de Hobbes, o pensamento de Locke, retratado no “Segundo tratado sobre o governo”, é que, no “estado de natureza” - para ele, real e não abstrato como o de Hobbes -, o homem vivia em paz e não em guerra, em perfeita liberdade e igualdade, “dentro dos limites da lei da natureza” (LOCKE, 1978, p. 35). Sua concepção de estado de natureza é, portanto, um estado de paz; a questão da propriedade privada é que gera tensões entre os homens e torna-se um vetor para o contrato social, no qual não há a participação do estado - este é apenas um representante da vontade geral, por confiança (*trust*). O contrato/pacto social criou a sociedade civil/estado (através da confiança, que os homens cedem por consenso), que, por seu turno, formou o governo (poder representativo). Em Locke, o estado de sociedade corresponde ao que Hobbes chamou de estado.

Seu foco de discussão concentrou-se na tentativa de fundamentar o direito natural - concebido como o direito à vida, liberdade e bens. Quanto aos bens/propriedades, inicia tecendo considerações contrárias à suposição de que os homens são herdeiros naturais de Adão, a quem Deus deu o mundo - sua obra é impregnada de referências à vontade divina, mas isso se deve ao fato de que esse era o senso comum na época. Segundo Laslett (2003), toda a obra de Locke recorre a essa proposição de senso comum e é daí que se desdobram duas inferências: todos são livres e iguais.

Também divergindo das ideias de Hobbes, para Locke, a propriedade é anterior à sociedade, pois,

antes de tudo, o homem é proprietário de si mesmo e de seu trabalho. Portanto, ao incorporar seu trabalho a tudo que esteja em seu estado natural (frutos da terra, animais sobre esta e a própria terra), ele se torna seu proprietário, excluindo todos os outros homens do seu direito adquirido com o trabalho - em assim sendo, é este (o trabalho) que limita o direito de propriedade. Em suas palavras (LOCKE, 1978, p. 47):

O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos [...] são propriamente dele. Seja o que for que ele retire do estado em que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado o próprio trabalho [...] e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que o exclui do direito comum de outros homens.

Na sua concepção, Deus deu aos homens, em comum, o mundo para seu uso e o trabalho para garantir-lhe o direito de posse; em outras palavras, a propriedade privada já existe no estado de natureza, haja vista que é o trabalho, próprio do homem, que fundamenta a propriedade privada - a vontade do soberano e dos demais só têm um valor declaratório de um direito que já existe. Mas Locke (1978) também impõe limites à propriedade privada: deve-se deixar aos outros o suficiente para que sobrevivam e não se apropriar daquilo que não é capaz de gozar. Entretanto, o surgimento da moeda rompe essa limitação, uma vez que não é perecível, e Locke se coloca favorável à acumulação, haja vista que esta é decorrente dos diferentes graus de indústria do homem (o que é suscetível de dar-lhe posses em proporções diferentes), bem como da invenção do dinheiro (que lhe dá a oportunidade de ampliá-la sem estragar-se).

Para Locke, também, um homem não é ameaça à propriedade do outro, mas sim o poder absoluto do rei. Nesse sentido, ele defende a divisão de poderes para combater a centralização do absolutismo. Em sua concepção de estado - que tem por função principal proteger a propriedade privada -, Locke (1978, p. 91) defende a existência de um poder legislativo para acompanhar “a execução das leis que se elaboram e ficam em vigor”, que tem à sua disposição o poder federativo da comunidade, sendo, portanto, o legislativo superior ao executivo; de onde se depreende que soberana é a vontade geral e não o governo.

Essas ideias da subordinação do executivo ao legislativo e soberania da vontade popular estão bem claras quando afirma (LOCKE, 1978, p. 517-518):

Embora numa sociedade política constituída, assentada sobre suas próprias bases e agindo de acordo com sua própria natureza, ou seja, para a preservação da comunidade, não possa haver mais de um único poder supremo, que é o legislativo, ao qual todos os demais são e devem ser subordinados, contudo, sendo ele apenas um poder fiduciário para agir com vistas a certos fins, cabe ainda ao povo um poder supremo para remover ou alterar o legislativo quando julgar que este age contrariamente à confiança nele depositada.

A configuração do direito natural sofreu profundas transformações desde a Antiguidade. A propriedade privada, por ser um direito inerente ao homem - portanto, natural -, também se desenvolveu com a própria evolução do homem e da organização social que ele mesmo criou.

Em Hobbes (1979) e Locke (1978), observa-se a convergência no pensamento de ambos de que a propriedade é um direito natural; e que é necessário um estado, que surgiu de um pacto social.

No entanto, para Hobbes, o estado é necessário para promover a paz, a ordem. O estado de natureza é um estado de guerra; os direitos naturais resumem-se, basicamente, ao direito à vida e à segurança; as ideias do jusnaturalismo só são aceitas em sua filosofia no estado de natureza, pois, no estado civil, o que vige é o direito positivo. O estado, para Hobbes, surgiu a partir de um pacto/contrato social artificial de sujeição dos homens a um poder soberano, absoluto, para garantir a paz, a ordem. É um estado absoluto, opressor - soberano, por conseguinte, é o estado. Destarte, a propriedade privada deriva da renúncia aos direitos e liberdades do estado de natureza, sendo a mesma uma criação do estado, pois, antes deste, a propriedade era comum a todos.

No pensamento de Locke, o estado é necessário para proteger, garantir os direitos naturais; o estado de natureza é um estado de paz; os direitos naturais são concebidos como direitos à vida, liberdade e bens; as ideias do jusnaturalismo (de direito natural), em sua obra, estão presentes tanto no estado de natureza quanto no estado civil. Para Locke, o estado ou sociedade civil também

surgiu de um pacto social, mas por confiança, através de um consenso, que formou um poder representativo (o governo) para preservar os direitos naturais dos homens (é por isso que estes deixam de viver no estado de natureza); este estado, por conseguinte, é democrático, pois seu poder é limitado pela vontade geral - esta sim, soberana. Para Locke, a propriedade privada é anterior ao estado, não surge com ele, por ser um direito fundamentado pelo trabalho, que é próprio do homem ●

Referências

- BELLO, E. *A teoria política da propriedade em Locke e Rousseau: uma análise à luz da modernidade tardia*. Disponível em: <<http://www.mundojurisco.adv.br/cgi-bin/upload/texto1154.rtf>>. Acesso em: 02 maio 2008.
- BOBBIO, N. *Sociedade e estado na filosofia política moderna*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOBBIO, N. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 1995.
- BOBBIO, N. *Locke e o direito natural*. 2. ed. Brasília: UnB, 1998.
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- COMPARATO, F. K. Direitos e deveres fundamentais em matéria de propriedade. *Revista CEJ*, v. 1. n. 3. set./dez. 1997. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/revista/numero3/artigo11.htm>>. Acesso em: 15 maio 2008.
- HOBBS, T. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- HUGON, P. *História das doutrinas econômicas*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1980.
- JORDÃO NETTO, A. *A evolução das idéias sociais*. São Paulo: McGraw-Hill, 1988.
- LASLETT, P. A teoria social e política dos "Dois Tratados sobre o Governo". In: QUIRINO, C. G.; SADEK, M. T. (Org.). *O pensamento político clássico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- LOPES, J. R. L. *O direito na história: lições introdutórias*. 2. ed. rev. São Paulo: Max Limonad, 2002.
- MANENT, P. *História intelectual do liberalismo: dez lições*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990. (Coleção Tempo e Saber).
- MONDIM, B. *Curso de filosofia*. 10. ed. São Paulo: Paulus, 1981.
- PORTO CARRERO, C. H. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Rio, 1975.
- RIBEIRO, R. J. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, F. C. (Org.). *Os clássicos da política*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. 14. d. São Paulo: Best Seller, 2004.
- SOARES, V. B. N. *O direito de propriedade na concepção de autores clássicos e contemporâneos e breves comentários acerca da função social*. Disponível em: <<http://www.avec.br/site/pdf/rj2003.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2008.

*** Versão modificada do paper "Apropriedade privada no pensamento de Hobbes e Locke" apresentado na disciplina Teoria Política Clássica, ministrada pelo Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro, do Mestrado em Ciência Política/UFPI.**

**** Graduada em Ciências Econômicas pela UFPI e mestranda em Ciência Política na mesma instituição.**

CUSTOS DOS EFEITOS INTERNOS DA EROÇÃO DOS SOLOS NO CERRADO PIAUIENSE

por Kerle Pereira Dantas* e Maria do Socorro Lira Monteiro**

1 Introdução

A ocupação do cerrado piauiense alicerçado no cultivo de soja, apesar de intensificar-se a partir da década de 1990, integrou o mesmo modelo de modernização agrícola, iniciado e capitaneado pelo governo brasileiro duas décadas antes. A ocupação agrícola da região assentada na monocultura da soja e no tripé **grandes extensões de terras, mecanização e adubação química** provocou impactos ambientais, como o desmatamento, o aumento de emissões de gases de efeito estufa, a perda de patrimônio genético e de *habitat* de espécies nativas, a contaminação dos solos e das águas com resíduos de fertilizantes e agrotóxicos e, principalmente, a aceleração das taxas de erosão.

Segundo Marques (1998), a erosão dos solos encerra efeitos internos e externos à área de produção. Os internos estão associados à perda da eficiência da produção agrícola e os externos são apreendidos por agentes econômicos que sofrem fundamentalmente com o processo de assoreamento dos recursos hídricos, cujas despesas não estão incluídas nos custos privados do produtor/degradador.

Em face do exposto, este artigo objetiva mensurar economicamente os efeitos internos da degradação ambiental causados pelo processo de erosão, a partir do custo de reposição dos nutrientes perdidos pelo solo agrícola do cerrado piauiense nas safras de 2000/2001 e 2007/2008. Assim, os valores econômicos identificados servirão para subsidiar a formulação de políticas públicas que visem não somente o controle da erosão dos solos agrícolas, mas também da qualidade ambiental dos demais recursos naturais. Entretanto, este tipo de abordagem não mensura os danos causados a outros bens e serviços ambientais envolvidos, como a perda da biodiversidade e da qualidade dos recursos hídricos.

2 A inserção da soja no cerrado piauiense

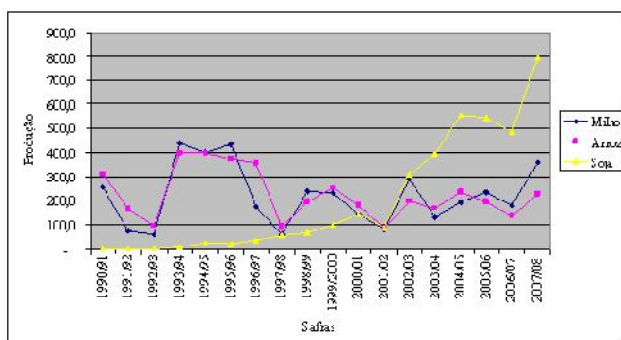
O cerrado por ser o segundo maior bioma brasileiro, sendo superado em área apenas pela Amazônia, ocupa 21% do território nacional e é considerado a última fronteira agrícola do País. O termo cerrado é comumente utilizado para designar o conjunto de ecossistemas (savanas, matas, campos e matas de galeria) que começa na Região Sudeste e estende-se para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste, com clima estacional, caracterizado por um período chuvoso, de outubro a março, e outro seco, de abril a setembro, conhecido como veranico (DINIZ, 2006).

De acordo com Fundação Cepro (1992), o cerrado piauiense é o quarto mais importante do Brasil e o primeiro do Nordeste, ocupando uma área de 11.856.866 milhões de hectares, o que corresponde a 46% da área do Estado, equivalendo a 5,9% do cerrado brasileiro e 36,9% do nordestino. Do total, 70% correspondem à área de domínio e os 30% restantes compreendem a vegetação de transição entre a caatinga e o cerrado, estendendo-se por vários pontos, de norte a sul do Estado, sendo sua maior concentração localizada na Região Sudoeste e Extremo Sul. Estima-se que em torno de 10% desse ecossistema esteja sendo ocupado e utilizado com projetos agropecuários.

Nas últimas três décadas do século XX, a região inseriu-se no processo de modernização da agropecuária capitalista, cujas expressões primordiais assentaram-se na incorporação da ciência e tecnologia ao processo produtivo, na imigração de grupos econômicos hegemônicos, como a Bunge Alimentos S.A., e na mobilização de agricultores empreendedores capitalistas de outras regiões do País.

Esta nova configuração produtiva foi embasada, por um lado, na significativa expansão do cultivo de soja e, por outro lado, pela redução da produção de milho e arroz, como apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Produção de milho, arroz e soja no Piauí, safras de 1990/1991 a 2007/08, em mil toneladas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da CONAB (2008)

Através da série histórica constante no Gráfico 1, visualizou-se que a produção da soja no cerrado piauiense acompanhou a cronologia dos fatos relevantes para a consolidação do agronegócio na região, isto é, a efetiva instalação dos produtores na década de 1990 e da Bunge Alimentos S.A. em 2002. A produção da leguminosa na safra 1990/1991 foi extremamente incipiente, pois contou com apenas 400 kg. Porém, com a progressiva migração de produtores agrícolas ao Piauí, entre as safras 1991/1992 e 2000/2001, a produção cresceu celeremente, atingindo inclusive a taxa média de crescimento de 35,2% ao ano. Durante a série temporal, o plantio de soja registrou decréscimo apenas na colheita de 2001/2002, da ordem de 36%. Ressalta-se que o *boom* na produção ocorreu simultaneamente à instalação da fábrica de esmagamento de soja, em Uruçuí, devido à Bunge Alimentos S.A. ter financiado a produção e acrescido a demanda, atuando no mercado como monopsonista. Outrossim, verificou-se que na safra de 2002/2003 a 2007/2008, a taxa média de crescimento elevou-se para 59,6% ao ano, apresentando recorde de produção na última colheita de 795,7 mil toneladas, o que demonstrou, por um lado, a rápida expansão da soja em relação as outras culturas e, por outro, manifestou a necessidade de se compreender a magnitude dos impactos econômicos e ambientais envolvidos.

3 Materiais e métodos

Os custos internos da erosão devem ser calculados com base nas transformações das perdas de solo em perdas de nutrientes, considerando a composição do solo. De acordo com Campos (2000, p. 17), “[...] do ponto de vista econômico, o custo da erosão não depende da

quantidade física de terra perdida, mas dos efeitos econômicos dessas perdas”, o que denota que os dados físicos demonstram grandeza qualitativa do processo erosivo, mas não são suficientes para aferir as medidas econômicas dos impactos. Dessa forma, faz-se premente conhecer o valor monetário do rendimento perdido, estimado através dos custos de reposição de nutrientes. Para tanto, admite-se que a perda do solo corresponde à perda de nutrientes.

Sendo assim, com base em Marques (1998), expõe-se a equação ajustada de determinação dos custos internos:

$$\text{Custos internos} = (Q_n \times P_n) + Ca + (P_p \times Q_p)^1,$$

onde:

Q_n = fertilizantes carregados pela erosão (tonelada);

P_n = preço dos fertilizantes (R\$);

Ca = custo de aplicação dos fertilizantes (R\$);

P_p = preço da produção agrícola (R\$);

Q_p = redução da produtividade de longo prazo devido a erosão.

Contudo, para o cálculo da equação, após a obtenção dos valores da área plantada de soja na região sob estudo, dos índices de perda média de solo e do teor médio de nutrientes, faz-se necessário:

a) estimar a evolução das perdas média de solo em tonelada por hectare ao ano, considerando o uso do solo no período sob investigação;

b) dimensionar as quantidades de nitrogênio, fósforo, potássio e cálcio+magnésio carregados pela erosão em função das perdas físicas de solo, em toneladas por hectare ao ano;

c) perdidos na região em toneladas, por meio da mensuração da variável Q_n ;

d) pesquisar os preços de mercado dos fertilizantes para o período, em reais por toneladas, para o consequimento da variável P_n ;

e) calcular os custos de aplicação médio dos fertilizantes para a região, em reais, para determinar a variável Ca .

Ademais, para o cálculo das perdas econômicas oriundas da erosão faz-se premente salientar as técnicas de plantio adotadas, sob pena dos resultados diferirem substancialmente da realidade. Todavia, como não existem estatísticas precisas de área plantada por sistema de plantio no cerrado piauiense, considerou-se duas hipóteses: 1) toda a produção de soja é realizada através do plantio convencional; e 2) toda a produção de soja é implementada por meio do plantio direto. No

intuito de realizar a análise comparativa da evolução do valor econômico da erosão na região, calculou-se os valores para as safras de 2000/2001 e 2007/2008, ou seja, da primeira e da última safras, relativamente ao período da pesquisa.

A grande dificuldade para a aplicação das técnicas de valoração ambiental centra-se na ausência generalizada de dados, principalmente, quanto aos indicadores físicos de referência próprios de cada ecossistema. Logo, em virtude da inexistência de informações a respeito da área sob investigação, lançou-se mão de estudo de áreas com particular semelhança quanto ao tipo de solo (Latossolos) e cultura (soja) predominante na região, realizados por Dedecek et al. (1986).

4 Resultados e conclusões

Verificou-se que em plantio convencional na safra 2007/2008 (Tabela 3), o Custo de Reposição (CR) foi de R\$ 5.682.924,00, evidenciando um incremento de 299,18%, em relação ao montante de R\$ 1.423.628,95 da safra de 2000/2001 (Tabela 1). Enquanto o acréscimo entre as safras para o plantio direto foi de 295,28%, significando que o CR passou de R\$ 1.360.098,12 (Tabela 2) para R\$ 5.376.292,80 (Tabela 3).

Destaca-se a assertiva de Merico (2002) de que o método custo de reposição aufere os gastos necessários para repor a capacidade produtiva de um recurso danificado, os quais são denominados de valor da degradação ambiental. Assim, os CR consistem nos valores reais, a preço de mercado, de alternativas tecnológicas capazes de mitigar e restaurar serviços ambientais eventualmente destruídos, provocando a diminuição do fluxo desses serviços. Por conseguinte, modificações bruscas nas estimativas da valoração, não implicam, necessariamente, alterações na qualidade ambiental, mas sim em expressão econômica do dano.

Dessa maneira, não obstante a safra 2007/2008 ter apresentado valores absolutos superiores para os CR, o custo por hectare constituiu-se o mais apropriado como indicador ambiental de degradação dos solos, devido a relativizar o comportamento dos CR com a área ocupada que, nesse ínterim, passou de 62.000 para 253.600 hectares. Consequentemente, asseverou-se que o custo por hectare foi menor em decorrência da acessão mais que proporcional da área ocupada de 309%, em relação ao acréscimo dos CR de

299,18% e 295,28%, para os plantios convencional e direto, respectivamente. Esta conformação exprimiu que entre as safras analisadas, constatou-se a redução relativa dos dispêndios essenciais para manter a produtividade dos solos cultivados com soja no cerrado piauiense.

Por se tratar de estudo pioneiro sobre a região, não existem outras estimativas disponíveis para comparação direta; logo, os CR expostos nas Tabelas 1, 2, 3 e 4 são indicativos da grandeza das repercussões econômicas alusivas à erosão. Nessa perspectiva, no intuito de expressar a relevância dos danos causados e a inevitabilidade de sustentar a produtividade dos solos, comparou-se os resultados obtidos com o valor da produção de soja no Piauí para ambos os períodos e sistemas de plantios. Como o valor da produção de soja, consoante o IBGE (2008), a preços constantes², para a safra de 2000/2001 foi de R\$ 45.594.862,71, os custos requeridos para recuperar os nutrientes carreados pela erosão dos solos foram de R\$ 1.423.628,95 e R\$ 1.360.098,12, o que correspondeu a 3,12% e 2,98% do valor da produção, para os plantios convencional e direto, respectivos. Por outro lado, como o valor da produção de soja na safra 2007/2008 foi de R\$ 198.520.000,00, deste, R\$ 5.682.924,00 e R\$ 5.376.292,00 representaram 2,8% e 2,7%, para os plantios convencional e direto, respectivamente, consubstanciando-se nos custos ambientais advindos da produção de soja.

Destarte, em média, os custos internos de reposição da fertilidade em razão do processo erosivo corresponderam a 2,9% do valor da produção de soja ao ano, inclusive porque, conforme Comune e Marques (1997), danos físicos em ativos produtivos, ocasionados por alterações no meio ambiente, constituem degradações que, traduzidos em termos monetários, refletem os prejuízos ou os custos que a sociedade está suportando, o que significa que tais dispêndios integram o custo social da produção de soja.

Enfatiza-se ainda, em consonância com Marques e Pereira (2004), que os danos ambientais causados pelo processo de erosão do solo encerram efeitos internos e externos à área de produção agrícola, porém, em virtude desse artigo debruçar-se somente sobre a obtenção dos efeitos internos, diversos impactos geradores de custos ambientais não foram objeto de valoração, como os valores de opção, de existência e demais valores

de uso, componentes do Valor Econômico Total. Contudo, a despeito das limitações das estimativas, reconheceu-se que os resultados apresentados consistiram em avanço no sentido de proporcionar, em geral, objetividade às discussões relativas à conservação dos solos e, em particular, ao custo de deterioração dos solos no cerrado piauiense.

Através da pesquisa constatou-se a supremacia do sistema de plantio direto enquanto alternativa sustentável ao plantio convencional, devido o controle da erosão requerer menor custo de reposição de nutrientes, haja vista que nas safras 2000/2001 e 2007/2008 os CR no plantio convencional foram 4,6% e 5,7%, respectivamente, maior que no sistema direto. Esta realidade demonstrou que a valoração da degradação do solo, calculada com base no método de CR, configurou-se como indicador de sustentabilidade, quando utilizado como parâmetro de comparação entre o sistema convencional e direto de produção agrícola, no sentido de apontar claramente as vantagens econômicas e ambientais específicas de cada sistema.

Dessa maneira, esse cenário revelou quão importante é a mensuração dos gastos de reposição da capacidade produtiva do solo do cerrado piauiense, com vistas a despertar para a

conscientização de inserção de investimentos para a conservação do solo, bem como para a elaboração de mecanismos econômicos que favoreçam a capacidade de suporte dos recursos naturais, notadamente, solos e recursos hídricos. Logo, torna-se premente a criação de um banco de dados agregado pelo Ministério e Secretaria Estadual de Meio Ambiente, órgãos responsáveis pela promoção, adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, proteção e recuperação dos recursos naturais, abrangendo diferenciadas culturas, de variadas áreas e tipos de solo, para subsidiar as ações que tratam das questões ambientais nas distintas esferas de governo e na iniciativa privada e para a formulação de políticas que promovam a estagnação do processo erosivo e a integridade de áreas agrosilvopastoris com potencial para degradar. Dessa maneira, estudos adicionais são imprescindíveis, tanto para desvendar os valores monetários necessários a um programa de conservação, quanto para identificação e quantificação mais ampla dos danos ao meio ambiente e a revelação dos valores econômicos associados●

Tabela 1 - Valor econômico do custo de reposição de nutrientes da produção de soja, plantio convencional, no cerrado piauiense na safra 2000/2001

Nutrientes	Concentração de nutrientes no solo (%)	Perdas de nutrientes (ton.)	Fertilizantes	Kg fertilizante/Kg nutrientes	Perdas de fertilizantes (ton/ano)	Preço de fertilizante (R\$)	Valor econômico de reposição (R\$/ano)
Fósforo	0,002614	16,37	Superfosfato simples	5,56	91,02	450,00	40.959,00
Potássio	0,010058	62,35	Cloreto de potássio	1,72	107,24	630,00	67.561,20
Cálcio + Magnésio	0,094872	588,20	Calcário dolomítico	2,63	1.546,97	45,00	69.613,65
Perda de solo em ton. (a)	620.000	-	-	-	-	-	178.133,85
Custo de aplicação (b)	-	-	-	-	-	-	372.000,00
FBN (c)	-	-	-	-	-	-	248.000,00
Valor total (a+b+c)							798.133,85
Valor atualizado (Dez/2008)							1.423.628,90

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 - Valor econômico do custo de reposição de nutrientes da produção de soja, plantio direto, no cerrado piauiense na safra 2000/2001

Nutrientes	Concentração de nutrientes no solo (%)	Perdas de nutrientes (ton.)	Fertilizantes	Kg fertilizante/ Kg nutrientes	Perdas de fertilizantes (ton/ano)	Preço de fertilizante (R\$)	Valor econômico de reposição (R\$/ano)
Fósforo	0,002614	13,10	Superfosfato simples	5,56	72,84	450,00	32.778,00
Potássio	0,010058	49,88	Cloreto de potássio	1,72	85,79	630,00	54.047,70
Cálcio + Magnésio	0,094872	470,56	Calcário dolomítico	2,63	1.237,57	45,00	55.690,65
Perda de solo em ton. (a)	496.000	-	-	-	-	-	142.516,35
Custo de aplicação (b)	-	-	-	-	-	-	372.000,00
FBN (c)	-	-	-	-	-	-	248.000,00
Valor total (a+b+c)							762.516,35
Valor atualizado (Dez/2008)							1.360.098,20

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3 - Valor econômico do custo de reposição de nutrientes da produção de soja, plantio convencional, no cerrado piauiense na safra 2007/2008

Nutrientes	Concentração de nutrientes no solo (%)	Perdas de nutrientes (ton.)	Fertilizantes	Kg fertilizante/ Kg nutrientes	Perdas de fertilizantes (ton/ano)	Preço de fertilizante (R\$)	Valor econômico de reposição (R\$/ano)
Fósforo	0,002614	66,98	Superfosfato simples	5,56	372,40	640,00	238.336,00
Potássio	0,010058	255,07	Cloreto de potássio	1,72	438,60	1.800,00	789.480,00
Cálcio + Magnésio	0,094872	2.405,95	Calcário dolomítico	2,63	6.327,65	80,00	506.212,00
Perda de solo em ton. (a)	2.536.000	-	-	-	-	-	1.534.028,00
Custo de aplicação (b)	-	-	-	-	-	-	2.282.400,00
FBN (c)	-	-	-	-	-	-	1866.416,00
Valor total (a+b+c)							5.682.924,00

Fonte: Elaboração própria

Tabela 4 - Valor econômico do custo de reposição de nutrientes da produção de soja, plantio direto, no cerrado piauiense na safra 2007/2008

Nutrientes	Concentração de nutrientes no solo (%)	Perdas de nutrientes (ton.)	Fertilizantes	Kg fertilizante/ Kg nutrientes	Perdas de fertilizantes (ton/ano)	Preço de fertilizante (R\$)	Valor econômico de reposição (R\$/ano)
Fósforo	0,002614	53,58	Superfosfato simples	5,56	297,90	640,00	190.662,40
Potássio	0,010058	204,06	Cloreto de potássio	1,72	350,98	1.800,00	631.764,00
Cálcio + Magnésio	0,094872	1.924,76	Calcário dolomítico	2,63	5.062,12	80,00	404.970,40
Perda de solo em ton. (a)	2.028.800	-	-	-	-	-	1.227.396,80
Custo de aplicação (b)	-	-	-	-	-	-	2.282.400,00
FBN (c)	-	-	-	-	-	-	1.866.496,00
Valor total (a+b+c)							5.376.292,80

Fonte: Elaboração própria

Notas:

⁽¹⁾ Orientando-se por Marques (1998), diante da inexistência de informações sobre a redução da produtividade no longo prazo, como no caso do presente estudo, reconheceu-se como verdadeira a hipótese de que a reposição de nutrientes é suficiente para a manutenção da produtividade. Portanto, atribuiu-se valor zero as variáveis Pp e Qp, tornando-as nulas para efeito de cálculo.

⁽²⁾ Como o valor da produção no referido período foi de R\$ 25.562.000,00, para atualizá-lo utilizou-se o INPC, com base em dezembro de 2008, obtendo-se o seguinte resultado: $25.562.000 \times 1,783697 = R\$ 45.594.862,71$.

Referências

CAMPOS, E. M. G. *Valoração econômica da erosão do solo: metodologia e estudo de caso para o município de Lagoa Dourada/MG*. 2000. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO-CONAB. *Central de informações agropecuárias: menu do agronegócio*. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=101>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

COMUNE, A. E; MARQUES, J. F. Custo ambiental: impactos econômicos dos sedimentos na geração de energia elétrica. *Revista de Economia Aplicada*, São Paulo, p. 99-113, 1997.

DINIZ, B. P. C. *O Grande Cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia*. 2007. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DEDECEK, R. A et al. Perdas de solo, água e nutrientes por erosão em latossolo vermelho escuro dos cerrados e de manejo da palhada do milho. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*. Documento, 64. Campinas, v.10, p. 265-272, 1986.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ - CEPRO. *Cerrados piauienses*. Teresina: CEPRO, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. *Produção Agrícola Municipal*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 dez. 2008.

MARQUES, J. F. Custos da erosão do solo em razão dos efeitos internos e externos à área da produção agrícola. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, SOBER, v. 36, n. 1, jan./mar. 1998.

MARQUES, J. F; PEREIRA, L. C. *Valoração econômica dos efeitos da erosão: estudo de caso em baciashidrográficas*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004.

MERICO, L. F. K. *Introdução à economia ecológica*. Blumenau: FURB, 2002.

* Economista, Especialista em Comércio Exterior e Mestre em Desenvolvimento e Meio ambiente. Leciona em diversas instituições de ensino superior no Piauí.

** Professora do PRODEMA/TROPEN/UFPI e do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI.

VALOR ECONÔMICO DOS CARNAUBAIS NATIVOS NORDESTINOS

por Emiliana Barros Cerqueira* e Jaíra Maria Alcobaça Gomes**

1 Introdução

A carnaubeira (*Copernícia prunifera*) desempenha um papel fundamental na proteção e na manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais do Nordeste brasileiro. Diante disso, identificou-se a necessidade de elaborar uma estratégia que demonstre a importância de sua conservação, justificando a análise dos benefícios de sua preservação, através da identificação dos valores econômicos dos carnaubais.

Este trabalho faz parte do Projeto: Custos e Benefícios da Preservação dos Carnaubais Nativos Nordestinos, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolvido entre agosto de 2006 e julho de 2008, no Laboratório de Socioeconomia do Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN), da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

As principais indagações que se procuraram responder foram: Por que preservar os carnaubais? Quais os benefícios decorrentes da preservação?

Assim, objetiva-se analisar o valor econômico dos carnaubais nativos nordestinos. Especificamente: identificar os valores de uso direto, de uso indireto, de opção e de existência da carnaúba; e demonstrar a importância da preservação dos carnaubais nativos nordestinos.

2 Extrativismo vegetal: concepção e caracterização

Análise das mudanças na concepção de extrativismo vegetal e demonstração do que lhe conferiu as caracterizações de cíclico, instável e episódico.

2.1 Concepção

Até o início do século XIX, a atividade extrativa era conceituada com base nas ideias dos naturalistas, nas grandes descobertas científicas e grandes navegações. A mãe natureza era fonte de toda riqueza e os recursos eram tidos como

inesgotáveis e controláveis pelo homem (RUEDA, 2006).

O extrativismo é a atividade humana mais antiga, antecedendo a agricultura, a pecuária e a indústria, e compreende todas as atividades relacionadas à coleta de produtos nativos de origem animal, vegetal ou mineral (ROSSI et al., 2007). A concepção de extrativismo, que o analisa como simples atividade de coleta, excluindo as técnicas de cultivo, criação e beneficiamento, e não considera o nível cultural das populações locais, é chamada de primitiva (REGO, 1999).

[...] Em geral, o extrativismo é visto como a atividade de coleta de recursos naturais para obter produtos minerais, animais ou vegetais. O conceito de extração, portanto, é amplo em seu objeto, por se aplicar à totalidade do ecossistema natural, e restrito em sua função, por limitar a apropriação dos recursos às qualidades e quantidades dos estoques primitivos, sem intervenção racional para sua ampliação. Tal concepção supõe uma separação entre o homem e a natureza, ao admitir a existência de áreas naturais intocadas pelo homem (REGO, 1999, p. 6).

A partir do século XX, a crise ambiental, a universalização da consciência ecológica e a revolução tecnológica trouxeram consigo a percepção de que os recursos naturais são esgotáveis e que é preciso explorá-los de maneira sustentável, surgindo uma nova conceituação para o extrativismo, que está ligada à totalidade social, por englobar aspectos econômicos, culturais e políticos e enquadrar, em seu manejo, progresso tecnológico e técnicas de cultivo, criação e beneficiamento. Portanto, o neoextrativismo pode ser entendido como uma atividade que engloba todo uso econômico de recursos naturais não conflitantes com o modo de vida e cultura extrativas (REGO, 1999).

Entende-se que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conceitua o extrativismo vegetal levando em conta a existência dessas duas concepções (a primitiva ou itinerante

e a neoextrativa ou racional):

Extrativismo vegetal é o processo de exploração dos recursos vegetais nativos que compreende a coleta ou apanha de produtos como madeiras, látex, sementes, fibras, frutos e raízes, entre outros, de forma racional, permitindo a obtenção de produções sustentadas ao longo do tempo, ou de modo primitivo e itinerante, possibilitando, geralmente, apenas uma única produção (IBGE, 2008, p. 8).

A atividade extrativa, na concepção primitiva, traz consigo a degradação ambiental e dificulta a manutenção das espécies. Já a visão neoextrativa prima pela exploração sustentável dos recursos naturais e pela consolidação de reservas extrativas (REGO, 1999).

2.2 Caracterização

O caráter da colonização brasileira e as circunstâncias que a determinaram conferiram ao extrativismo as caracterizações de instável, cíclico e predatório, já que desde o início esta atividade destinava-se a atender às necessidades externas (MARTINS et al., 2002).

A exploração inconsequente dos recursos naturais vem desde a época colonial, em que havia desconsideração total do meio ambiente, com práticas de derrubada e queimada em todo o país. As preocupações ecológicas conservacionistas do país foram irrelevantes, principalmente, devido às grandes quantidades de terra, de modo que o Brasil não recebeu muita atenção no aspecto do impacto ambiental do crescimento econômico, em virtude de sua abundância de recursos (BAER, 1996). Some-se à ideia do autor a possibilidade de auferir lucros, como um fator contribuinte para a exploração inconsequente dos recursos naturais.

O extrativismo vegetal brasileiro caracteriza-se pela coleta de vegetações nativas espontâneas, que podem ser produtos madeireiros (madeira em tora, lenha, carvão e nó-de-pinho) e não madeireiros (borrachas, fibras, gomas, frutos e amêndoas oleaginosas, folhas e raízes medicinais, aromáticas, corantes e alimentícias entre outras). Em 2008, o valor da produção primária (extrativismo vegetal e silvicultura) do país somou R\$ 12,7 bilhões, deste total, R\$ 3,9 bilhões, ou seja, 30,7% foram provenientes do extrativismo vegetal (madeireiro e não madeireiro) e os 69,3% (R\$ 8,8 bilhões) restantes foram oriundos da silvicultura (exploração de florestas plantadas). O valor da

produção extrativa vegetal brasileira estava composto por 84,61% de produtos madeireiros e por 15,39% de produtos não madeireiros. O pó e cera de carnaúba aparecem entre os produtos extrativos não madeireiros, ocupando respectivamente, a 5ª (R\$ 62,3 milhões) e 7ª (R\$ 18,5 milhões) posições de destaque em função da magnitude do valor de suas produções (IBGE, 2008).

3 Economia da carnaúba: formação e desenvolvimento

Na análise do surgimento da economia da carnaúba, destaca-se sua área de ocorrência, bem como suas contribuições para a região, e seu desenvolvimento, mostrando ainda suas fases de ascensão e declínio e como estas eram determinadas pelas necessidades externas.

Os carnaubais nativos (que não recebem tratamento com adubos e fotossanitários) são plantas predominantes em regiões com clima seco e em solos arenosos, suportando lugares alagados e com elevados teores de salinidade (comum na região da caatinga). Somente no Brasil - especificamente nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão - existe a variedade de *Copernicia* produtora de cera. As plantas, de uma maneira geral, produzem cera para evitar, entre outros aspectos, a perda de umidade, que na carnaúba funciona como uma proteção das folhas, formando uma camada cerífera que dificulta a perda de água por transpiração e protege a planta contra o ataque de fungos (GOMES et al., 2005).

O período de corte dos carnaubais se dá entre julho e dezembro e, portanto, numa época em que a mão de obra agrícola encontra-se, em grande parte, ociosa, devido os plantios de milho, arroz e feijão não serem realizados nessa época, assegurando emprego e renda para a população rural no período seco (GOMES et al., 2005).

A economia da carnaúba consiste no seu aproveitamento integral, ou, mais especificamente, no conjunto de atividades econômicas que utilizam suas folhas, caule, fruto e raízes para o fabrico de inúmeros produtos artesanais e industriais. Dentre os produtos extrativos da carnaúba, o que merece maior destaque é o pó, pois é através deste que se obtém a cera, produto de múltiplas utilidades, principalmente no ramo industrial (CARVALHO; GOMES, 2009).

A princípio, a cera tinha sua utilização restrita à fabricação de velas; e só passou a ser exportada a

partir do século XIX, quando descoberta sua utilidade no fabrico de graxas para sapatos, cera para assoalho, discos, etc., passando a ocupar lugar de destaque nas exportações piauienses, nos primórdios do século XX (QUEIROZ, 1993).

A exploração dos carnaubais gera emprego, renda e inúmeros bens finais e intermediários para o meio ambiente e para o homem, e contribui para a manutenção da atividade agrícola no período seco. Mas sua exploração também pode estar associada a impactos negativos ao meio ambiente (degradação ambiental); entretanto, estes podem ser corrigidos ou atenuados por meio de práticas sustentáveis.

4 Procedimentos metodológicos de valoração econômica

A estratégia metodológica adotada foi identificar os valores econômicos da carnaúba, estimando os valores de uso e não-uso; definir a área de estudo; realizar levantamento de dados e discutir os resultados.

A valoração ambiental é um conjunto de métodos usados para mensurar os benefícios proporcionados pelos ativos naturais e ambientais (MOTTA, 2006). Conforme Young (1997), valoração ambiental consiste em identificar os valores econômicos de determinado recurso ambiental e depois atribuir-lhes um valor, que depende de seus atributos e pode ou não estar associado a um uso, ou seja, seu objetivo é correlacionar o desejo de preservar e os valores monetários.

Conforme Motta (2006), o valor econômico dos recursos ambientais decompõe-se em valor de uso (VU) e valor de não uso (VNU). Dentre os valores de uso têm-se: o valor de uso direto (VUD), que deriva da apropriação direta e do consumo hoje; valor de uso indireto (VUI), resultante de funções ecossistêmicas; e valor de opção (VO), associado aos usos (diretos e indiretos) futuros. Como valor de não uso, o autor menciona o valor de existência (VE), relacionado a questões morais, culturais, éticas ou altruísticas.

As limitações à abordagem neoclássica são principalmente de ordem filosófica, já que o valor de um recurso ambiental não pode ser medido com precisão, tendo em vista que este não é comercializado no mercado. Apesar dessa dificuldade, a utilização de métodos e técnicas de valoração permite que se tenha alguma aproximação concreta com a realidade, além de

promover a conservação, por retratar, em valores monetários, a importância da manutenção (presente e futura) dos recursos naturais (MOTTA, 1998).

5 Valor econômico da carnaúba

Identificam-se os valores econômicos da carnaúba, ou seja, seus valores de uso e não uso. Para tanto, são esquematizados seus principais produtos e respectivos usos.

A carnaúba (*Copernicia prunifera*) oferece uma ampla variedade de usos ao homem: da folha, extrai-se a celulose, o pó (com o qual se produz a cera, que é amplamente usada no ramo industrial), além disso, as folhas da carnaubeira são utilizadas no artesanato (chapéu, bolsa, tapete, vassoura) e também para cobrir casas; do caule, extrai-se o palmito (farinha alimentícia), a lenha, o adubo, materiais para construção (currais, linhas, caibros, ripas etc.); da raiz, obtém-se o sal de cozinha e produtos medicinais (reumatismo, nervosismo), que funcionam como poderosos depurativos, sendo empregados no tratamento de afecções cutâneas, sifilíticas e reumáticas; do fruto, obtém-se doces, óleo comestível, polpa (licor, geléia) (CARVALHO, 2005).

Visando enfatizar a importância da preservação, são esquematizados, com base em Motta (2006), os valores econômicos da carnaúba, no Quadro 1, apontando seu valor de uso direto, valor de uso indireto, valor de opção e valor de existência. Com isso, espera-se demonstrar a grande influência que a carnaubeira desempenha na vida econômica, social, cultural e ambiental, em suas áreas de ocorrência.

Os valores de uso direto da carnaúba derivam de suas aplicações medicinais, artesanais, alimentícias e em construções civis e da extração da cera e da celulose. Os valores de uso indireto estão relacionados às contribuições que a palmeira oferece ao ecossistema, colaborando para a manutenção de espécies e da temperatura, e funcionando como agente antierosivo. Os valores de opção estão ligados aos usos futuros que este recurso ambiental pode proporcionar, como a descoberta de novas aplicações (medicina, novos produtos). Os valores de existência referem-se à importância que a árvore tem na vida social dos indivíduos, funcionando como símbolo ou garantindo os valores culturais de determinada região.

Quadro 1 - Valor econômico da carnaúba

Valor econômico da carnaúba			
Valor de uso			Valor de não uso
Valor de uso direto	Valor de uso indireto	Valor de opção	Valor de existência
<ul style="list-style-type: none"> - Uso do caule na construção civil; - Extração do pó cerífero para obtenção da cera; - Utilização da palha, da fibra e dos frutos no artesanato; - Uso no fabrico do papel artesanal; - Uso das raízes para fins medicinais; - Utilização dos frutos na alimentação de animais; - Utilização da fibra na fabricação da celulose; - Uso da palha triturada (bagana) como adubo e ração animal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção do solo contra a ação da erosão; - Proteção de nascentes, de mananciais hídricos e de corpos d'água, por se encontrar em locais alagadiços; - Conservação da biodiversidade; - Manutenção da temperatura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Prováveis novos usos medicinais; - Possíveis usos em novos produtos, agregando valor à carnaúba; - Possíveis novos usos da palha. 	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação dos valores culturais da sociedade; - Importância da árvore como símbolo de estados e municípios, a exemplo do estado do Ceará.

Fonte: Elaboração própria

6 Benefícios da preservação da carnaúba

Demonstrar a importância da preservação de espécies nativas, em especial, da carnaubeira. Conforme E. Sampaio e Y. Sampaio (2008), a ampla gama de utilidade da vegetação nativa é condição mais que suficiente para que sua manutenção seja do interesse de toda a humanidade; obviamente, os graus de interesse são variados e frequentemente conflitantes (consumo presente *versus* consumo futuro), esbarrando na necessidade de renda, além disso, a degradação ocorre devido ao desconhecimento do valor de algumas características ambientais e das consequências negativas de algumas formas de manejo dessas espécies.

Em nota técnica, a Comissão do Meio Ambiente, da Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA) (2008), afirma que as principais causas do desmatamento estão relacionadas à: ausência do estado; falta de regularização fundiária; aumento do número de assentamentos rurais exonerados no licenciamento ambiental; e burocracia na concessão de licenciamentos ambientais. E aponta como única solução a regularização fundiária (titulação e alienação aos atuais ocupantes) dessas áreas -

visando diminuir os atuais conflitos agrários e a pressão por novas áreas, trazendo segurança jurídica, bem como o conhecimento da situação ocupacional desse imenso território - que apesar de já existente¹, não sai do papel, além do ordenamento jurídico que impossibilita a tomada de qualquer iniciativa.

Young (2003) afirma que o desmatamento ocorre não porque os produtos ambientais não possuam importância econômica, mas devido à existência de outras formas de usos da terra, muitas vezes perpetuada por políticas públicas (políticas que incentivam o aumento da produção agrícola, políticas de crédito subsidiado, abertura de rodovias, áreas remanescentes de florestas são usadas para acomodar os conflitos de terra, políticas macroeconômicas - elevação da taxa de juros, contenção de gastos públicos), que garantem recursos financeiros maiores ou mais rápidos. E esse imediatismo econômico tem consequências desastrosas no médio e longo prazo para a comunidade como um todo. Dessa forma, só é possível resolver o problema do desmatamento se a reprodução dos mecanismos que levam a extensificação continuada das áreas de fronteira agropecuária for barrada.

A floresta tomba exatamente porque, segundo o raciocínio imediatista que impera, vale mais o chão. E este raciocínio não mora apenas na cabeça do madeireiro, nem do pecuarista, mas é corroborado por todos nós em nossas atitudes cotidianas [...] Explicando melhor, independentemente do nosso discurso e mesmo dos nossos reais esforços por uma mudança de hábitos, as atitudes do dia-a-dia acabam, em maior ou menor intensidade, por seguir ou reforçar a lógica perversa (DIGIORGIO, 2008, p. 1).

Para Di Giorgio (2008, p. 1), o uso predatório dos recursos ambientais é expresso, até mesmo, em nossas atitudes mais habituais:

Todos nós, alguns de forma mais acentuada e explícita, nos mostramos favoráveis à substituição de nossas florestas, consideradas de baixo valor econômico, por outras atividades econômicas que possuem altos retornos e rendas, expressos em nossas atitudes cotidianas, pois independentemente dos nossos discursos e até mesmo nossos reais esforços por uma mudança de hábitos, as atitudes do dia-a-dia acabam, em maior ou menor intensidade, por seguir ou reforçar a lógica perversa.

Di Giorgio (2008) afirma que descobertas científicas que visam encontrar formas menos irracionais de exploração da floresta contribuem e, em muito, para sua preservação, mas, isoladamente, essas questões técnicas e tecnológicas não são suficientes para garantir sua conservação, uma vez que esta relaciona-se, principalmente, com questões políticas, de princípios, filosóficas e éticas. É preciso, especificamente, modificar a concepção de que as coisas valem prioritariamente segundo o seu valor monetário e/ou financeiro, em detrimento de outras formas de valorização, ou então a floresta continuará a ser dizimada.

Castro (2005) destaca a importância de preservar a carnaubeira por seu valor ambiental, cultural, social e econômico e, principalmente, por sua beleza e singularidade que enriquecem a paisagem nordestina.

Para Oliveira (2005), a extração insustentada da árvore da vida (carnaúba) traz consigo o fim de atividades tradicionais e da geração de renda para as comunidades do semiárido, além de provocar desequilíbrios ambientais (aumento da temperatura, desaparecimento de espécies agregadas, desertificação e assoreamento de rios).

7 Considerações finais

A identificação dos valores econômicos (valor de uso e não uso) da carnaúba serviu para ratificar a importância que esta exerce em diversos aspectos.

A dizimação dos carnaubais provocaria a perda de inúmeras utilidades (satisfação das necessidades) e vantagens (ecossistêmicas, valores culturais) para a população, além da perda de lucros, por parte de empresários, e emprego, para os trabalhadores. Portanto, muitos são os benefícios decorrentes da preservação dos carnaubais; além do mais, os produtores não arcam com custos de manutenção, uma vez que este se dá pelo próprio processo regenerativo da planta ●

Nota:

¹ Lei Complementar n. 87, de 22 de agosto de 2007, que estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências.

Referências

- BAER, W. *A Economia Brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.
- CARVALHO, F. P. A. de. *Eco-eficiência na produção de pó e cera de carnaúba no município de Campo Maior (PI)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.
- CARVALHO, J. N. F. de; GOMES, J. M. A. Pobreza, emprego e renda na economia da carnaúba. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 40, n. 2, p. 361-378, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 28 ago. 2009.
- CASTRO, R. Carnaúba: a árvore que arranha. In: OLIVEIRA, S. *Carnaúba a árvore que arranha*. Fortaleza: Tempo d'Imagem, 2005.
- COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE DA CONFERÊNCIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA. *Desmatamento da Amazônia: governo federal não consegue cuidar das próprias terras*. Nota técnica. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 13 fev. 2008.
- DI GIORGI, D. P. O Valor da Natureza. *Envolverde*, revista digital; Disponível em: <<http://envolverde.ig.com.br>>. Acesso em: 06 maio 2008.
- GOMES, J. M. A. et al. *Cadeia produtiva da carnaúba no estado do Piauí: Diagnóstico e Cenários* - FINEP, MCT. Relatório Técnico Final. Teresina: Edufpi, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- MARTINS, A. de S. et al. 2. ed. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 2002.
- MOTTA, R. S. da. *Manual para valoração econômica de recursos ambientais*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1998.

MOTA, R. S. *Economia ambiental*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

OLIVEIRA, S. *Carnaúba a árvore que arranha*. Fortaleza: Tempo d'Imagem, 2005.

QUEIROZ, T. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: APeCH/UFPI, 1993.

REGO, J. F. Amazônia: do Extrativismo ao Neoeextrativismo. *Ciência Hoje*, v. 25, n. 147, p. 62-65, mar. 1999. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

ROSSI, A. K. et al. *Conseqüências do extrativismo no Brasil*. Disponível em: <<http://www.arvore.com.br/artigos>>. Acesso em: 25 jun. 2007.

RUEDA, R. P. *Evolução histórica do extrativismo*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

SAMPAIO, E. V. S. B.; SAMPAIO, Y. *Preservação da vegetação nativa, especialmente da caatinga: custos e responsabilidades*. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 15 jul. 2008.

YOUNG, C. E. F. Economia do Extrativismo em Áreas de Mata Atlântica. In: SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. (Org.). *Sustentável mata atlântica: a exploração de seus recursos florestais*. 2. ed. atual. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. p. 171-181.

YOUNG, C. E. F. *Valoração de recursos naturais como instrumento de análise da expansão da fronteira agrícola na Amazônia*. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2007.

* Ex-bolsista do PIBIC/CNPq, Graduada em Economia/UFPI, Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente PRODEMA/TROPEN/UFPI, bolsista DAAD. E-mail: embcerq@hotmail.com

** Professora do PRODEMA/TROPEN/UFPI e do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Doutora em Economia Aplicada/ESALQ/USP. E-mail: jairamag@uol.com.br

O COMPROMISSO CORONELÍCIO NO BRASIL, 1945-1964*

por Francisco Pereira de Farias**

1 O chefe político local e os governos estadual e nacional

Victor Nunes Leal (1975, p. 20) define o compromisso coronelício como “uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”. A manifestação desse compromisso consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar. Assim, ao lado da falta de autonomia legal, reforçada com o federalismo, os chefes municipais governistas sempre gozaram de uma ampla autonomia extralegal.

Décio Saes (1998, p. 99-101) apontou a essência do compromisso coronelício:

[...] todavia - e aqui tocamos um aparente paradoxo do coronelismo -, está descartada de princípio a possibilidade de que o coronel sirva de instrumento

à sua própria hegemonia política. É que a presença de um Estado burguês democrático – condição de existência do coronelismo – já exprime, em si mesma, a derrota política da classe de proprietários de terras pré-capitalistas (a velha classe dominante) diante das frações burguesas (a nova classe dominante). Na realidade, o coronelismo indica, ao contrário do que se sugere freqüentemente, a posição subalterna dos grandes proprietários de terras pré-capitalistas no bloco no poder.

E mais, tal classe pede o pagamento, pelos seus serviços eleitorais, de um preço sócio-político elevado: a intocabilidade da grande propriedade fundiária ao longo da industrialização capitalista. [...] Prestando serviços no plano eleitoral, ele (coronel) só faz consolidar sua posição no plano sócio-econômico, opondo obstáculos à sua eliminação (mediante a distribuição da terra) ou à sua transformação em empresário capitalista.

Na fase democrática brasileira de 1945-1964, o coronelismo pôs-se a serviço dos setores nacionalistas e pró-industrialização da burocracia do Estado central. Aparentemente, a Sociedade

Rural Brasileira (SRB) criticava a política industrial do governo federal, porque (REVISTA DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, 1950b, p. 22):

[...] a maior parte das nossas indústrias vivem da parasitação da economia nacional. Pelas proteções alfandegárias e políticas obtidas em favor de seus produtos, privam o consumidor nacional de adquirir produtos industriais estrangeiros melhores e mais baratos.

A retórica anti-industrialista da referida associação procurava evidenciar a sua identidade perante outras organizações patronais, quando, na prática, estava presa pelo compromisso coronelício à política industrializante, tanto que a relação com os poderes públicos é avaliada positivamente: “[...] como S. Excia (Presidente da República), seus ilustres Ministros, nos postos cujas atividades são mais intimamente ligadas com a economia rural, sempre nos desvaneceram com sua confiança” (REVISTA DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, 1950a, p. 24).

Para gozar de uma autonomia extralegal e por essa via impedir a eclosão da revolta camponesa por uma reforma agrária nos seus domínios, os coronéis deviam ser governistas. De fato, o período democrático brasileiro de 1945-1964 mostrou a força do partido da situação, o Partido Democrático Social (PSD), em contraposição ao principal partido de oposição, a União Democrática Nacional (UDN), em razão do peso do eleitorado rural, até porque, em 1960, 64% da população brasileira era rural. Ademais, no total das áreas urbanizadas (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, litoral do Nordeste e Sul), a população rural participava com 52,2%, contra 47,8% de urbana, e nas áreas não urbanizadas (do Maranhão ao Rio Grande do Norte, da Paraíba a Santa Catarina, Norte, Centro-Oeste) a proporção de população rural cresceu para 84,2%, contra 15,7% de urbana (LOPES, 1976, p. 70-71). No mesmo ano, 53% da população economicamente ativa do País ainda estava no setor da agricultura (BAER, 1983, p. 299), de sorte que “se, no interregno do Estado Novo, o voto rural perdeu significado, ressurgiu, a partir de 1945, ainda decisivo para as eleições em todos os níveis de governo” (CINTRA, 1974, p. 41).

Entre os 1.047 deputados federais eleitos nas cinco legislaturas do período de 1945-1962, o PSD obteve 36,7% (384) das cadeiras, contra 22,2% (233) da UDN (LIMA JÚNIOR, 1983, p. 50). Na Tabela 1, a distribuição de cadeiras nas

assembleias estaduais, por legislatura, mostra a vantagem do partido governista (PSD) sobre o da oposição (UDN).

Tabela 1 - Eleições legislativas estaduais de 1945-1962 (%)

Partidos	1947	1950	1954	1958	1962
PSD	39,3	27,2	29,2	28,6	16,8
UDN	22,6	19,7	17,5	16,3	15,3

Fonte: Lima Júnior (1981, p. 31)

Como mostra um estudo de Soares (1973, p. 217), a votação do PSD diminuiu para as cidades com 10.000 habitantes ou mais, enquanto a UDN tinha mais eleitores nas áreas de urbanização. Com a proibição do voto do analfabeto, o eleitorado urbano tinha um peso mais que proporcional na dinâmica eleitoral. Daí que, somente considerando esse fato, pode-se entender o relativo equilíbrio entre PSD e UDN no estado periférico do Piauí, com uma população urbana de 16%, em 1950, e 24%, em 1960 (estima-se que o eleitorado urbano representava quase 40% do eleitorado total).

Assim, nas eleições presidenciais de 1945-1960, o PSD obteve 240.400 votos e a UDN, 228.927. Para o cargo de governador, nos pleitos de 1947-1962, o total de votos do PSD foi de 324.080 e de 318.483 para a UDN. Para a assembleia legislativa, no mesmo período, dos 170 deputados eleitos, 67 eram do PSD e 63 da UDN (MEDEIROS, 1996).

O coronel (grande proprietário fundiário) tinha uma vocação localista. Na esfera estadual e nacional, os cargos políticos tendiam a ser ocupados por membros ou representantes de outros grupos sociais. Isso fazia parte do compromisso coronelício. Assim, a categoria de agricultura e pecuária prevaleceu nos cargos da esfera local (prefeitos, vereadores, membros de diretórios partidários municipais) (CARVALHO, 1981), ao passo que na Câmara Federal, para as legislaturas de 1945-1964, enquanto os advogados tinham uma participação de 14%, os agricultores ficavam com 9% do conjunto dos deputados (FLEISCHER, 1981).

Como notou Soares (1973, p. 144):

[...] são poucos os coronéis que comandam votos suficientes para garantir uma eleição federal. [...] No plano federal, agudizar-se-iam os conflitos entre interesses de classes sociais diferentes, principalmente da burguesia e do proletariado,

ambos utilizando como representantes elementos de uma terceira classe, a classe média.

O compromisso do PSD com os coronéis impedia que o tema da reforma agrária entrasse na pauta do Congresso Nacional. Significativa é a declaração de Daniel Faraco (PSD), presidente da Comissão de Economia da Câmara Federal, quando confessou: “enquanto eu for presidente desta Comissão, nenhum projeto de Reforma Agrária passará por aqui” (CAMARGO, 1989, p. 155). No Congresso, a luta pela aprovação das leis trabalhistas ao campo, proposta por Vargas na Mensagem Presidencial de 1954, foi difícil e, em suas primeiras investidas, marcada pelo insucesso. Na opinião da SRB, essa seria uma medida “inviável e demagógica”, que desloca a questão agrária de seu verdadeiro cerne, o aumento da produtividade, para o qual o governo permanecia indiferente em sua política sistemática de confisco cambial e desestímulo à agricultura (CAMARGO, 1989, p. 157).

A questão agrária deixou de ser uma retórica do governo para se transformar em políticas somente a partir da entrada do movimento camponês em cena, nos anos 1950. Houve, porém, a oposição ativa das lideranças ruralistas às propostas de reforma agrária, levando à aliança PSD-UDN no Congresso e barrando a iniciativa do Executivo quanto às reformas de base.

2 O chefe político local e os eleitores

A dimensão interna do coronelismo no município rural era baseada no “voto de cabresto”, definido pela manifestação de “fidelidade pessoal” do eleitor a um chefe político - o coronel (LEAL, 1975, p. 25). Como tal, o ato eleitoral não era redutível nem às formas de coerção física, nem ao mecanismo da troca mercantil, mas se legitimava como uma obrigação moral e concretizava-se fundamentalmente pela doação pura e simples do sufrágio ao coronel.

Como mostram os trabalhos mais abalizados sobre o coronelismo¹, a condição socioeconômica da prática coronelista era a existência, no campo, de uma estrutura pré-capitalista, em que as relações de produção se expressavam como relações de dominação e dependência pessoal. Essa relação pessoal de dominação e dependência, presente em estruturas econômicas pré-capitalistas como a parceria ou o arrendamento, implicava a apropriação do

sobretabalho sob a forma extraeconômica de uma contraprestação pessoal do trabalhador ao proprietário pela cessão de uso da terra².

No coronelismo, o chefe político local impunha invariavelmente os candidatos aos eleitores dependentes. Na prática, o voto tornava-se vinculado: a votação nos planos regional e nacional seguia a local. Era o que ocorria numa amostra de dois municípios rurais piauienses³, como evidenciamos quadros abaixo. Para efeito de comparação, acrescentamos o município de Teresina, com 68,9% de população urbana, em 1960.

Quadro 1 - Eleições em Barras (PI), 1958 e 1960

Cargo	Partido	Votos (%)
Prefeito	PTB	63,09
Governador	PTB	54,0
Presidente	PTB/PTB	47,6

Fonte: TRE-PI

Quadro 2 - Eleições em Esperantina (PI), 1958 e 1960

Cargo	Partido	Votos (%)
Prefeito	PSD	50,8
Governador	PSD	48,8
Presidente	PSD/PTB	44,9

Fonte: TRE-PI

Quadro 3 - Eleições em Teresina (PI), 1958 e 1960

Cargo	Partido	Votos (%)
Prefeito	PSD	65,1
Governador	PSD	65,0
Presidente	PSD	47,1

Fonte: TRE-PI

Nos municípios rurais de Barras e Esperantina, a votação para o partido do prefeito eleito seguiu a do partido do candidato mais votado para governador e para presidente. Em contraposição, no município urbano de Teresina, com um eleitorado flutuante, houve a dissociação do voto: o prefeito eleito era da UDN e o candidato a governador majoritário pertencia ao PTB.

3 O fim do coronelismo

O nosso enfoque sobre as causas do fim do predomínio da prática coronelista contrapõe-se aos autores que omitem a questão agrária como o elemento determinante da desagregação do

coronelismo. Roberto Albuquerque e Marcos Vilaça (1978), em "Coronel, Coronéis", defenderam a tese de que o aperfeiçoamento do sistema eleitoral, o exercício contínuo do voto e o acesso às informações pela ampliação dos sistemas de comunicação (rádio, televisão, estradas, etc.) levaram à ruptura com o coronelismo. Ora, tais fatores, por si sós, sem a correspondente transformação da estrutura agrária, são insuficientes para determinar o fim do coronelismo, uma vez que os coronéis foram capazes de readaptar-se a tais elementos. Como mostrou Víctor Nunes Leal (1975), o coronelismo pôde, por exemplo, ao longo do período republicano brasileiro, resistir às alterações da legislação eleitoral⁴.

Noutra linha de abordagem, a questão nacional, e menos a agrária, é vista como o principal elemento de mudança do coronelismo. Para os autores dessa vertente de trabalhos⁵, a base de poder e prestígio do coronel encontrava-se no seu papel de mediador entre a comunidade camponesa relativamente isolada e a sociedade mais ampla. Em função disso, o partido clientelístico, apoiando-se nas políticas governamentais de desenvolvimento, agia para "quebrar o isolamento social e desenvolver um tipo de 'integração' regional ou nacional" (WEINGROD, 1968, p. 385).⁶ Há no argumento o pressuposto de que, em contraposição à sociedade externa, os camponeses teriam mais identidade que antagonismo aos seus patrões, sendo uma consequência disso a desconfiança do governo central para com os **notáveis** das regiões atrasadas e isoladas, que poderiam insurgir as massas camponesas contra o Estado nacional.

Todavia, como observa Eric Hobsbawm (1978), a história dos Estados modernos registra exemplos de campesinato tradicional que aceitou a liderança da esquerda política antes mesmo que o partido clientelístico - beneficiário e agente da industrialização e urbanização - o tivesse afetado seriamente. Uma hipótese explicativa para o fenômeno era a baixa probabilidade de que a "agitação nacionalista", ao menos na sua forma de simples xenofobia (facilmente alterável contra grupos extralocais ligados à mesma nação), antecederesse a uma desordem social. Na presente análise, o conceito de "comunidade camponesa" cede lugar para o de "conflitos no setor rural", uma vez que estes "pesam mais do que o que todos os

camponeses têm em comum contra o estrangeiro" (HOBSBAWM, 1978, p. 18).

Nesse sentido, a desconfiança do governo central para com os coronéis devia-se muito mais à ameaça potencial de explosão camponesa que às chantagens separatistas regionais. Foi o caso das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro que, ao direcionarem a ação independente dos trabalhadores rurais, contribuíram para desacreditar o compromisso coronelício com os grupos dominantes nacionais e para conduzir ao consequente ostracismo os velhos potentados locais, a partir do regime militar de 1964. Na realidade, o papel **mediador** do coronel será melhor apreendido não pela referência à defesa dos interesses abstratos da comunidade local, mas fundamentalmente pela sua capacidade de preservar uma determinada estrutura agrária. Como agente de alteração dessa estrutura no campo era que o partido de clientela, apoiado nos programas governamentais de desenvolvimento, substituiu o papel mediador do coronel para com o Estado nacional⁷.

Assim, o fator determinante de crise do coronelismo foi a mudança da estrutura agrária tradicional. Como destacou Leal (1975, p. 257), "parece evidente que a decomposição do 'coronelismo' só será completa, quando se tiver operado uma alteração fundamental em nossa estrutura agrária", sendo o crescimento urbano-industrial um fator de seu declínio apenas quantitativo. No Brasil, a população rural diminuiu de 73,2% do total, em 1950, para 64,0%, em 1960 (LOPES, 1976, p. 70-71), ao mesmo tempo em que a população economicamente ativa do setor primário decresceu de 64%, em 1940, para 53%, em 1960, e a do setor secundário aumentou de um patamar de 10% para 13%, no mesmo período (BAER, 1983, p. 299). Esses dados explicam a trajetória relativamente descendente do partido governista, o PSD (ver Tabela 1), embora até o golpe civil-militar de 1964 não tenha havido modificação qualitativa importante na estrutura agrária do País ●

Notas

¹ Ver os trabalhos de Leal (1975) e Saes (1998).

² Manuel Correia de Andrade (1980, p. 205) destacou a natureza do vínculo presente na prática do cambão, na qual o foreiro se obriga a dar ao dono da terra um dia semanal de trabalho gratuito: "é uma obrigação pessoal, o que leva em certas regiões ao costume de não se permitir que o foreiro pague a outro para que ele execute a tarefa, tendo de

prestá-la pessoalmente, como uma homenagem ao proprietário". Cabe observar que, na expressão "dependência pessoal", o termo "pessoal" não significa a valorização de atributos da *personalidade* do proprietário de terras. O trabalhador não necessariamente estabelece uma relação de empatia com os traços da subjetividade do patrão; a dependência se refere antes ao papel socialmente objetivado daquele *indivíduo proprietário como proprietário*.

³ Barras e Esperantina, situados ao norte do estado do Piauí, são municípios típicos do Brasil rural pré-1964. Segundo o Censo Demográfico de 1960, a população rural em Barras era 89,3% e em Esperantina, 78,2% (nas áreas não urbanizadas do Brasil, a proporção do quadro rural era de 84,2%). Em 1970, segundo dados do Censo Agropecuário, as pessoas ocupadas nas categorias de arrendatário e parceiro representavam 76,6% em Barras e 57,4% em Esperantina (no total do Piauí a proporção desse conjunto de produtores era 43,3%).

⁴ Teresa Kerbauy (1992, p. 13) chamou atenção para o mesmo aspecto: "a mudança político-institucional não é o único fator que importa na caracterização do sistema político local, pois, se tal ocorresse, as manifestações coronelísticas no interior do Brasil não se fariam presentes até hoje, devendo-se levar em conta nesta caracterização as particularidades da economia do município".

⁵ Conferir, por exemplo, WEINGROD (1968); e FAORO (1995).

⁶ Maria Sylvia Carvalho Franco (1974, p. 53), parece partidária da tese do isolamento: "a explicação mais imediata é a de que o espaço em que ocorriam os fenômenos políticos exorbitava o universo do homem pobre, estava por demais distanciado do cotidiano das populações do interior e arredado de seus interesses". Essa perspectiva, no entanto, minimiza o papel das relações sociais internas à comunidade local, que dão base ao modo diferenciado de sua integração no Estado nacional.

⁷ Nesse sentido, não concordamos com Teresa Kerbauy (1992, p. 15) quando afirma que "a morte dos coronéis está muito mais ligada ao fim do isolamento municipal e interiorano, devido à integração nacional e às reformas institucionais que ampliaram o jogo de interesses políticos". A nossa posição está mais de acordo com outra passagem de seu trabalho, na qual pondera a existência de condições econômicas para que a ação política no plano local se integre no padrão nacional: "aliadas às mudanças verificadas no plano econômico, também se fizeram sentir no município as mudanças institucionais que se operaram em âmbito nacional" (KERBAUY, 1992, p. 180).

CINTRA, Antônio Octavio. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. In: BALAN, J. (Org.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difel, 1974.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 10. ed. Porto Alegre: Globo, 1995.

FLEISCHER, David. Dimensões do recrutamento partidário. In: FLEISCHER, D. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: EdUnb, 1981. v. I

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.

HOBBSAWM, Eric. Os camponeses e a política. *Ensaio de Opinião*, v. 8, 1978.

KERBAUY, M. T. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. 1992. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1992.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. Evolução e crise do sistema partidário brasileiro: as eleições legislativas estaduais de 1947 a 1962. In: FLEISCHER, D. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: EdUnb, 1981. v. I.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *Os partidos políticos brasileiros*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento e mudança social*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

MEDEIROS, Antônio José. Forças sociais e disputa política numa conjuntura de crise. In: *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996.

REVISTA DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, São Paulo, n. 353, 1950a.

REVISTA DA SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA, São Paulo, n. 358, 1950b.

SAES, Décio. Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação. In: *Estado e democracia: ensaios teóricos*. 2. ed. Campinas: IFCH-Unicamp, 1998.

SOARES, Gláucio A. D. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.

WEINGROD, Alex. Patrons, patronage, and political parties. *Comparative studies in society and history*, v. X, n. 4, 1968.

Referências

- ALBUQUERQUE, R.; VILAÇA, M. Introdução. In: ALBUQUERQUE, R.; VILAÇA, M. *Coronel, coronéis*. Brasília: EdUnb, 1978.
- ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- BAER, W. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- CAMARGO, Aspásia de A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Difel, 1989.
- CARVALHO, Orlando M. A formação dos partidos em Minas Gerais. In: FLEISCHER, D. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: EdUnb, 1981. v. I

* Uma versão deste texto foi apresentada no III Seminário do Mestrado de Ciência Política da UFPI, 26 e 27 de abril de 2010.

** Professor na UFPI e doutorando em Ciência Política na UNICAMP.

A LÓGICA DA PENA E O *SUPERAVIT* DA INJUSTIÇA: apontamentos para a discussão da violência em Teresina

por Marcondes Brito*

Ultimamente, tem sido cada vez mais comum, em Teresina, discursos midiáticos alarmantes sobre violência e seus filões, representados, em quase sua totalidade, nesses discursos pelos pobres, e, em contrapartida, o poder público, através de suas agências de controle (e, entre elas, uma das que tem mais visibilidade, a polícia) tem surgido ações desenfreadas e sem muitos resultados práticos. Esse pequeno texto pretende discutir um pouco como esse processo se constrói e por que essa ânsia de punir os pobres acaba sendo sempre uma forma de inflacionar a pena e as injustiças.

1 Os Pobres e o Crime: uma realidade ou preconceito institucional

Segundo Irene Rizzini (1997), entre meados do século XIX e início do XX, o Brasil, uma nação em surgimento, buscava na Europa do século XIX e Estados Unidos da América (EUA) do século XX modelos e fórmulas capazes de desencadear aqui um processo desenvolvimentista. Parte desses propósitos trazia também modelos e teorias para combater a degradação de sociedades modernas, como as teorias eugenistas, evolucionistas que tiveram em Darwin um *boom* de expansão por todo o mundo, tanto pela genética social quanto por uma validação por parte de um discurso de verdade científica, quanto às de cunho racistas e criminais de Paul Broca e Cesare Lombroso, que traziam em seu bojo a ideia de que a pobreza trazia o atraso das sociedades, por serem seus vícios a degenerescência da sociedade. Nesse contexto, o papel dos intelectuais seria o de contribuir com seu saber para a implementação de políticas de ação, resolvendo essa situação de degeneração social ocasionada pelo trinômio: pobreza-ociosidade-degradação social.

Tais premissas são realçadas e detalhadas por Coimbra e Nascimento (2003, p. 23.), quando afirmam que a degradação moral era especialmente associada à pobreza e percebida como uma

epidemia que se deveria tentar evitar. Ou seja, todas essas teorias estabelecem/fortalecem a relação entre vadiagem/ociosidade/indolência e pobreza, bem como entre pobreza e periculosidade/violência/criminalidade.

Desse ranço cultural em que se afigura a ligação perversa da juventude pobre à criminalidade, e tal como desenvolveu Foucault (1987), existe uma lógica da punição que ainda está em voga e com muita força permeando as subjetividades de quem julga com uma falsa ideia de que o ato de proteger passa pela premissa de encarcerar, vigiar e punir. Tal visão tem um impacto na constituição das subjetividades juvenis, em suas identidades, em que identidades e papéis essas instituições estão a atribuir a esses jovens.

Coimbra e Nascimento (2003, p. 7), para esclarecer como estas ideias foram construídas e incorporadas silenciosamente em nossas ações e políticas de ação, dizem-nos que:

Tudo o que escapasse às formas de interiorização naturalizadas, era considerado perigoso, acompanhando as subjetividades vinculadas à Doutrina de Segurança Nacional então vigente. Como tal tudo isso deveria ser evitado e banido. Naquele momento, duas categorias de acusação sobre a juventude foram produzidas: a do subversivo e a do drogado. Ambas consideradas danosas, já que colocavam em análise a ênfase dada ao espaço privado, ao modelo de família sadia e estruturada e seus sonhos de ascensão social, à rua vista como lugar do perigo, à desqualificação e esvaziamento dos espaços públicos. Da mesma forma, as crenças na identidade, no homogêneo e no definitivo se fortaleciam nas práticas psi.

Ou seja, trocando por miúdos, no capitalismo a pobreza sempre será uma ameaça ao estado, pois dela procedem as pessoas perigosas. E estas pessoas tidas como agentes de periculosidades são identificadas como aquelas que não foram corretamente educadas para obedecer, porque

vieram de famílias desestruturadas, com baixo rendimento escolar, pouco discernimento de regras, etc. e tal. São potenciais criminosos, não raramente doentes sociais a serem regenerados pelo bom e atencioso estado, com suas prisões, internatos, hospícios, penas alternativas, escolas, políticas sociais e de direitos, e pela sociedade civil, com suas boas e atenciosas filantropias baseadas em organizações não governamentais.

Ao resultado desse processo, tem-se dado um tratamento diferenciado, baseado nas condições materiais de vida econômica e social, que se espalha pela sociedade, fomentando uma conflituosa situação de clivagem: do lado direito, assentam-se os cidadãos, pessoas que têm pleno acesso a seus direitos, comprando-os se necessário; do lado esquerdo, amontoam-se os não cidadãos, aqueles que são incluídos no processo histórico em função dos deveres e de sua exclusão social.

Subsumir os indivíduos a uma das inúmeras relações que possa travar em sua vida, por mais constantes ou socialmente importantes que sejam, representa dispensar um tratamento discricionário à subjetividade humana e à complexidade do processo histórico, ensejando um ambiente propício à ascensão e fortalecimento de concepções de mundo que propositadamente tipificam e estigmatizam o empírico, amoldando-o por contiguidade a uma determinada parcela da população.

2 Muita Conversa e Pouco Resultado: como inflacionar a pena e criar um *superavit* de injustiça

Gostaria de introduzir esse tópico com uma notícia de portal ocorrido no final do ano de 2009, para, a partir dessa notícia que não é isolada, mas tem se tornado cada vez mais frequente em nossos jornais impressos diários ou de acesso em meio digital, pensarmos um pouco sobre os efeitos dessa propagação excessiva de violências sem causas, mas apenas com culpados.

Analisando por esse viés, e garimpando notícias de jornais do ano passado e do corrente ano, foram mais de 30 ações da polícia militar ou civil contra o tráfico de drogas em Teresina, com repercussão na mídia impressa ou *online*, em que em apenas uma dessas operações não se resumiu a prisão de traficantes pobres, mas de alguns agentes que ocupam outras pontas, que se denominou

Operação Pretensão II, em setembro de 2009. Vemos nesse sentido a construção dessa lógica da criminalização da pobreza e dos pobres como os principais, se não os únicos agentes do tráfico de drogas em Teresina e de uma pretensa e homogênea violência trazida por ele a Teresina, por conseguinte. Como na notícia que segue, copiada de um portal de Teresina de operação acontecida em novembro de 2009 (PORTALAZ, 2009):

PM invade inferninho para prender traficantes e homicidas

Pelo menos cem homens da Polícia Militar, usando 75 viaturas, entre carros e motocicletas, iniciaram por volta das 15h30 desta quarta-feira, 18, a ocupação da Vila Inferninho, na zona Norte de Teresina. A intenção é combater o tráfico de drogas, o porte de armas e cumprir mandados de prisão contra assaltantes, traficantes e homicidas. A operação policial denominada Cascavel é coordenada pelo capitão e comandante do Ronda Ostensiva de Natureza Especial (RONE). “O trabalho da polícia não tem hora para terminar. Vamos ocupar toda área e prender os criminosos que atuam ou moram na região”, informou o militar. O comando aos homens foi repassado pessoalmente pelo comandante-geral da PM. “Nossa ideia é desarmar a população e botar bandidos e traficantes atrás das grades”, disse.

Trocando por miúdos, ou melhor, na análise de tal notícia assim como de muitas das demais, percebemos a intenção excessiva, que também pode ser entendida como forçosa de tentar colocar a todo custo o tráfico de drogas para tentar justificar as ações militares ou mesmo a violência e quase todos os homicídios, antes mesmo de serem investigados, pois, em uma operação militar com o intuito de apreensão de drogas, em que o estado através de suas instâncias de controle e retenção de violência, em que se mobilizam mais de cem homens da polícia militar, 75 viaturas e tem como apreensão **apenas** 30 pedras de *crack* e 200 reais em dinheiro, não pode ser considerada como exitosa, ainda mais quando se faz uma análise mais acurada, em que o apreendido não daria nem para custear o valor do combustível utilizado na operação; nota-se que a intenção é muito mais demonstrar ação, do que demonstrar resultados e inibir o tráfico.

O estigma que os assola transcende a fronteira jurídica, estendendo-se por contiguidade aos jovens pobres, segmento majoritariamente composto por

negros e/ou mulatos, que pelo simples fato de não ter livre acesso à propriedade privada estariam prontos a se utilizar de meios ilícitos para dela apropriar-se.

Faz-se importante essa caracterização da construção de uma população desviante, ou que o estado assim a caracterizou, porque para o imaginário das instituições públicas operadoras de políticas sociais e de justiça, esse estigma historicamente construído ainda é reatualizado, ou melhor, ritualizado na lógica do mito da periculosidade elencado por Foucault (1987), que vai julgar os pobres em situação de violência ou violação, ou mesmo trancafiá-los, vendo neles apenas perigos e nunca potencialidades.

3 Conclusão ou apenas considerações em torno de pontos inquietantes

Depois dessa breve incursão pela história e construção dessa lógica da periculosidade no imaginário das instituições de justiça (penais), cabe-nos muito mais uma inquietação do que uma conclusão propriamente dita, que seria, nesse sentido, a compreensão de por que, quando vêm à tona notícias sobre violências e sua aparente resolução com a prisão em flagrante dos **desviantes** (em sua esmagadora e quase homogeneia maioria, de pobres, pois os ricos são, em sua maioria, suspeitos e quase nunca culpados), não paramos para pensar na problemática, ou melhor, nas problemáticas que geram violência (em suas múltiplas instâncias, seja ela ocasionada pelo tráfico de drogas, pela violência física, dentre outras), pois, encarcerar o culpado basta para nossa ingênua ânsia de punir os pobres para resolver o problema da violência, como se nessa ação não morasse uma parte perceptível e intensa de violência institucional.

Essa postura acaba por afastar ainda mais os pobres da justiça, levando à descrença nessa instância enquanto promotora e protetora da democracia, pois, como nos lembra Peralva (2001), enquanto as torturas e a violência institucional permanecerem ao lado das injustiças (chamamos aqui de injustiças a quase não prisão ou condenação de pessoas com maior poder aquisitivo, ocasionando uma descrença no sistema de justiça, ou a constatação que se torna cada vez mais comum no imaginário popular de que cadeia é para pobre) e enquanto ainda virmos a defesa dos

direitos humanos como defesa de bandidos, ainda estaremos mais do que distantes do que chamamos de democracia ●

Referencias

- COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Lívia. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paulo César Pontes; LULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Org.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- FOCAULT, Michael. *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Tradução Raquel Ramalhete. 8. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.
- PORTALAZ. Título. PM invade inferninho e prende traficante com 30 pedras de crack. Disponível em: < [tp://www.portalaz.com.br/noticia/policia/148418_pm_invade_inferninho_e_prende_traficante_com_30_pedras_de_crack.html](http://www.portalaz.com.br/noticia/policia/148418_pm_invade_inferninho_e_prende_traficante_com_30_pedras_de_crack.html)>. Acesso em: 18 nov. 2009.
- PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- RIZZINI, Irenne. *O Século Perdido*. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Santa Úrsula/Amais, 1997.

* Cientista Social pela UFPI e mestrando em Políticas Públicas pela mesma Instituição; pesquisa juventude, violência e tráfico de drogas.

TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

por Solimar Oliveira Lima*

Há muito, foi dito que o trabalho humano é a fonte de produção de todas as riquezas. A constatação, embora historicamente combatida, expõe, em verdade, a história da organização dos trabalhadores para produzir e da apropriação desta produção por diferentes formas de organização social, isto é, das classes sociais que compõem a sociedade. Sob o secular domínio do capital, os trabalhadores, não possuindo os próprios meios de produção, passam a vender sua força de trabalho. Entretanto, o que recebem como salário não corresponde à totalidade do que o seu trabalho produziu, uma vez que uma parte do produto é apropriada pelo patrão e irá constituir a base do contínuo enriquecimento.

Esta coerção econômica ao assalariamento tem-se fragilizado consideravelmente com o avanço do desenvolvimento das forças produtivas. Contemporaneamente, a perda de postos de trabalho frente às crescentes novas tecnologias tem aumentado o desemprego estrutural. A isto se associa a necessidade de ampliação de consumidores. Forjam-se, então, outras alternativas para a ocupação e geração de renda da classe trabalhadora, ainda principal base do mercado consumidor capitalista. Uma delas - resultado da liberação dos assalariados - é a produção direta independente.

Contudo, a produção independente permite aos trabalhadores uma autonomia frente às relações sociais predominantes, que se baseiam na propriedade exclusiva pelo capital dos meios de produção. Os produtores, em geral pequenos, passam a ter, diretamente, a propriedade dos instrumentos de trabalho e do resultado do trabalho - a produção. Passam relativamente a controlar o processo de comercialização, determinando preços e gerenciando renda. Historicamente, a existência desta produção independente, absorvendo predominantemente a mão de obra, constituiu momentos de transição para outras formas de organização social.

A precarização das relações de trabalho e o processo de terceirização da produção têm fabricado cada vez mais trabalhadores inseridos neste contexto. Uma possibilidade resulta nos chamados empreendedores, **individuais** ou **empregadores**. Investimentos em mídia,

treinamentos e incentivos fiscais e financeiros motivam e multiplicam os pequenos negócios. Fundam-se no idealismo e individualismo como alternativa de melhoria de vida, fortalecendo a ideologia dominante do sucesso e mobilidade social para o mundo da pequena burguesia. Esta pequena produção em nada incomoda o capitalismo, pelo contrário, continua a fortalecer, pela concorrência, o processo de apropriação do trabalho, ainda que o produtor não seja mais assalariado. Esta experiência reafirma um caráter conservador da produção direta independente.

Outra possibilidade é o trabalho associado. A economia solidária é uma experiência de produção direta baseada na cooperação do trabalho, na propriedade coletiva, na autogestão da produção e socialização dos resultados entre os trabalhadores. Esta economia é revolucionária. Não é por outro motivo que a produção solidária, desenvolvida a partir das próprias iniciativas dos trabalhadores, é cada vez mais incentivada pelas forças de mercado e do estado como estratégia de controle. O percurso delineado pela responsabilidade social do capital e pelas políticas públicas do estado tende a transformar a economia solidária em uma experiência complementar ao processo de acumulação capitalista. As ações de contribuição do mercado e do estado à economia solidária apontam para um enfraquecimento de sua força política de transformação. Na linguagem oficial da parceria público-privada, as experiências solidárias já são identificadas como empreendimentos solidários. Este é apenas um exemplo.

A economia solidária enfrenta ainda outros desafios. Vejamos alguns aspectos tendenciais. Na produção solidária percebe-se uma reduzida capacidade produtiva que decorre fundamentalmente da simplicidade da base tecnológica e elevada dependência do elemento subjetivo - trabalho humano. Com produção limitada, e quase sempre com problemas de qualidade frente ao padrão capitalista mercantil, a tendência é a redução da capacidade de gerar renda. O caráter mercantil da produção solidária para se concretizar de forma independente necessitaria de circuito específico de comercialização, o que efetivamente ainda não acontece, visto ser poucas as experiências, além

de muito frágeis. Assim, a comercialização assenta-se no processo comercial predominante, enfrentando a voraz concorrência capitalista. Ampliar a capacidade competitiva no mercado capitalista poderia ser uma estratégia, contudo não fortalece os princípios da solidariedade.

A produção baseada na cooperação igualitária tende a fortalecer vínculos familiares e comunitários, além de recuperar a experiência da gênese do trabalho, que é a socialização. Na cultura originária do trabalho, apenas há lugar para a divisão natural, sem fazer dela base para diferenças e desigualdades sociais. Todavia, a solidariedade é de pequena abrangência - embora esteja presente em quase todos os municípios - e ainda se constitui uma experiência de grupos focalizados e específicos. Em uma perspectiva coletiva, carece de maior aceitação pelo conjunto dos trabalhadores que se mantêm fidelizados aos vínculos e obrigações predominantes no mercado de trabalho.

O fortalecimento da economia solidária, mantendo seus princípios a serviço dos trabalhadores, pressupõe uma compreensão política do não deslocamento do trabalho do coração das relações sociais de produção capitalista. Os produtores em geral, e em particular

o **movimento social**, não devem naturalizar, tampouco positivar o desaparecimento do trabalho do contexto da produção nos moldes preconizados pelo capital. Esta movimentação provoca uma nova alienação do trabalho no processo produtivo, arrefecendo a luta pela emancipação. O capital contemporâneo já demonstrou que o antagonismo de classes não desaparece com a desproletarização. A apropriação do trabalho, ainda que sob novas estratégias, continua a ser o foco da luta de classes. Se outro mundo é possível, não é preciso fazer dele uma reedição do atual. Não se necessita repetir as experiências dos trabalhadores do passado, que acabaram por recriar classes dominantes que seguiram, e seguem, expropriando o trabalho. Para fortalecer a solidariedade na produção e comercialização, um caminho seguro parece ser o de investir nestas experiências que se mostram transgressoras da ordem capitalista ●

* **Doutor em História. Professor do Departamento de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em História e Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. E-mail: s.olima@bol.com.br**

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: uma técnica*

por Maria Cristina de Távora Sparano**

O fundamento da experiência de trabalho

Uma das exigências, tanto da graduação em Filosofia como da pós-graduação é a produção de um artigo, um ensaio, um *paper* de conclusão das atividades didáticas, no qual os alunos devem confeccionar um texto com definição clara do tema tratado, honestidade de referências, articulação apropriada de ideias.

Para a concretização desta tarefa, o problema que o professor enfrenta resume-se a uma pergunta inicial: pode-se ensinar a refletir? E, além disso, pode-se ensinar a escrever aquilo que se pensa e quer, realizando na produção um salto qualitativo que vai da simples associação de ideias, da expressão de emoções para um trabalho objetivo

onde aquele que lê ou escuta realmente possa tirar proveito do exposto, isto é, aprender?

Do ponto de vista pedagógico, as vantagens do trabalho de iniciação filosófica para o professor culminam com a apropriação de duas características do pensamento, à primeira vista muito diferentes e até mesmo excludentes: o pensamento abstrato e o concreto, tais quais o **pensar** - problematizar, elaborar conceitos e argumentar - e o **ler e escrever** - confrontar opiniões, teses, e concluir com palavras, frases, num discurso coerente, ou seja, racional, apropriado à comunidade dos falantes à qual se dirige o discurso.

Poderíamos aqui levantar algumas premissas importantes da fundamentação deste trabalho

prático-teórico, como a de educar uma geração de alunos com excessiva influência da cultura visual. À primeira vista isso pode parecer irrelevante, mas é sabido que o modelo educacional atual tem produzido poucos efeitos na busca de resultados. O processo convencional de educação está em xeque devido às dificuldades de ajustar a estratégia pedagógica a este novo tipo de estudante que chega às instituições. Mas trata-se verdadeiramente de ajustar, adaptar modelos ou de propor novas estratégias que valorizem a linguagem verbal e escrita não apenas como um reflexo do mundo que vemos? Não seria oportuno tratar de dizer como o vemos, com categorias da racionalidade? Essa é a forma privilegiada da ciência na descrição da realidade: dizer como o mundo é.

Na sociedade atual, oferecer meios de compreender o universo dos falantes é forma prática de “aparelhar” os estudantes para os desafios cotidianos e àqueles de sua futura vida profissional. No processo de trabalho, isso toma a forma de julgamento e de escolha: de textos, de frases, de discursos. Muitas vezes, esta estratégia crítica não é recomendável, dada as ideologias dominantes e seu poder de sedução. Podemos até mesmo dizer que nos dias atuais ela é esmagadora, tal é o poder da mídia e do apelo das imagens. Diante da cultura visual, televisão, *outdoors*, vitrines, o jovem estudante tem uma dificuldade enorme para o raciocínio abstrato decorrente da leitura, o que comporta uma decodificação menos estimulante e, além da decodificação, dificuldade na atribuição de significados, uma vez que isso já seria uma reconstrução linguística sua.

Perguntamo-nos, então, como suplantar o formato convencional de cisão entre teoria e prática, desenvolvendo a especulação, tão importante na constituição dos saberes, e oferecer condições de pensar sobre as ideias e não apenas sobre fatos. Imaginar soluções toca no princípio mesmo da criação. Sabemos que as ciências positivas, tão em voga no final do século XIX, estabelecidas sobre o mensurável e o experimentável, não são mais tão hegemônicas assim. A avaliação quantitativa foi substituída pela qualitativa, e o processo experimentável, pelo de verificação das premissas que conduziram os experimentos. Assim, o corpo docente tem uma tarefa importante associada a esses objetivos: são responsáveis por desenvolver uma articulação com

o objetivo final da produção do texto, estimulando uma visão abrangente e contextualizada.

O ensino fundamental e médio deveria atender os alunos na produção de conhecimento; já processá-los e torná-los abstratos, dando-lhes forma, é o objetivo dessa proposta de trabalho. Para tanto, é aconselhável aproveitar uma característica que os alunos têm de sobra, o raciocínio indutivo. Ao iniciarem a pesquisa, todas as iniciativas são válidas, desde a realização de simples resenhas até o mero levantamento bibliográfico, porém, sempre seguindo o processo de especulação de cada um, até o momento de produzir justificativas e avaliações sobre o tema pesquisado. Os conceitos são assim apresentados e compreendidos desde que trabalhados na pesquisa. Com isso, busca-se esmero e solidez na formação, assim como a habilidade no uso da linguagem o que produz profissionais com clareza de definições.

A técnica - *technè*

A origem do termo remonta à filosofia grega, na qual as ideias de belo e bem encontravam materialização na ideia da obra de arte. Para Aristóteles, toda arte tem como característica fazer nascer uma obra buscando os meios técnicos e teóricos para criar uma coisa nova, isto é, algo da ordem da categoria do possível, cujo princípio reside na pessoa que a executa e não na obra executada.

A técnica, ela mesma, não é um verdadeiro saber. O verdadeiro artesão não precisa compreender o que faz. Ele deve se contentar em aplicar o que lhe ensinaram. Sua técnica repousa sobre a fidelidade, sobre a confiança na tradição dos saberes, pois está situada entre o conhecimento e a *technè*, o acaso e o outro. Ele se submete, imita, tateia como um cego, para poder fazer profissão com a matéria sobre a qual se debruça. O tempo de realização técnica não é uma realidade estável, unificada, homogênea; é um tempo ágil, de oportunidades. O artesão deve apreciar e julgar o momento em que a situação está madura e jamais abandonar seu trabalho, aconselha Platão.

A obra que o artesão produz não é um objeto natural, assim como não é sua técnica, pois, finalmente, obedece a uma finalidade inteligente; Aristóteles diria, sua causa final. Ela visa, no entanto, um efeito, produzir um *eidós* que pode ser

uma casa ou a saúde, por exemplo. A produção supõe, então, uma *dinamis* da qual a *technè* é um modo de emprego.

Heidegger coloca uma questão importante quando fala da criação e do trabalho artesanal: no que a criação se diferencia da produção e da fabricação? Como tirar a criação do seu aspecto artesanal? Para Heidegger, a *technè*, tal como nos ensinaram os gregos, não significa trabalho artesanal, nem artístico, nem técnica no sentido moderno do termo. É um modo de saber, um saber na produção, a eclosão de um aspecto. Saber é **ter visto**; o que chamamos conhecimento, apreender a presença do presente em termos heideggerianos.

Nesse sentido, a produção de um texto bem formado, isto é, bem escrito, bem lido, é obra de um sujeito com seu modo particular de aprender e expressar-se. Que se produzam casas, sapatos, textos ou flautas, há uma necessidade bem definida para a qual responde o produto. É a forma que orienta e dirige o trabalho, fixando seus limites

e definindo seu contexto. O artesão criador não comanda a natureza ele simplesmente se submete às exigências da forma e se entrega ao trabalho

Para os alunos, o trabalho formal de produção de um texto deve demonstrar a conduta da reflexão sobre a experiência vivida ou literária, o que pode servir de ponto de partida para uma reflexão original, cuja construção confrontando julgamentos, experiências, outros relatos, poderá levar à compreensão e interpretação da realidade profissional e pessoal ●

* Este texto é o resultado de um trabalho realizado com alunos do curso de Psicologia das Faculdades D. Bosco em Cutiba-Pr e, atualmente, com alunos de Iniciação Científica e da disciplina de Iniciação Filosófica do curso de Filosofia da UFPI.

** Professora do Departamento de Filosofia e do Mestrado em Ética e Epistemologia da UFPI. Doutora em Filosofia/PUC-RS e em Filosofia da Linguagem/Universite de Montréal.

A CRISE E O RESGATE DO PENSAMENTO DE KEYNES NAS FINANÇAS*

por Eder Johnson de Area Leão Pereira**

1 Introdução

Keynes foi um dos principais economistas do século passado; suas teorias influenciam até hoje as ciências econômicas. Ele é um dos raros economistas que tem não somente uma, mas duas escolas econômicas que utilizam seu nome, os neokeynesianos e os pós-keynesianos. Entretanto, a partir da década de 1970, ele ficou à margem do debate econômico, principalmente devido a uma nova corrente que passou a dominar esses debates - a corrente ortodoxa.

Além disso, vale ressaltar que Lucas e Sargent (1980) escreveram um artigo denominado *After keynesian macroeconomics*, no qual tentam enterrar o pensamento de Keynes e o principal motivo são as *microeconomics failures* - que se referem à falta de uma matematização nos escritos keynesianos. Com isso, o pensamento ortodoxo

sobre a economia, principalmente nos mercados financeiros, dominou amplamente o debate teórico. Até que com a crise de 2008-2009

a economia neoclássica não conseguiu mais, através da sua fundamentação teórico-abstrata, explicar certos fenômenos nas finanças, como, por exemplo, as crises econômicas. O motivo é simples: a economia neoclássica é uma escola de pensamento estático-equilibrista onde os agentes são racionais e estão sempre otimizando suas escolhas. Essa visão vai de encontro com a realidade da crise, que é um fenômeno dinâmico e de desequilíbrio.

Dito isto, as idéias de Keynes sobre o comportamento dos mercados financeiros merecem uma releitura teórica; e conceitos, como convenção, incerteza e especulação devem novamente circular nos meios acadêmicos, já que durante algum tempo foram praticamente abolidos

do debate econômico.

Este artigo se propõe, portanto, a mostrar a atualidade de Keynes na discussão sobre as finanças empíricas e como o keynesianismo pode ser útil para explicar as crises financeiras.

2 A abordagem *mainstream*

A economia neoclássica tem uma forte influência do positivismo¹ científico, sendo que o método por eles adotado é hipotético-dedutivo, numa tentativa de tentar transformar as ciências econômicas numa ciência natural. E esta é a visão da Escola de Chicago - dos economistas novo-clássicos. De acordo com Milton Friedman (1953, apud NUNES, 2008, p. 74), principal economista e pensador dessa escola:

A metodologia convencional dos economistas atribui maior importância à simplicidade, à elegância e à generalidade do que a realidade das suas hipóteses e pressupostos ao incluir as ferramentas matemáticas e físicas aos instrumentos econômicos e conceitos como equilíbrio, momento e função; os economistas passaram a acreditar que sua ciência poderia se aproximar mais das ciências naturais.

Cabe ressaltar que essa influência chegou aos mercados financeiros, em que o *mainstream* tentou erguer hipóteses para tentar explicar o funcionamento das finanças, pois, na visão deles, os mercados estavam sempre em equilíbrio, sendo que eles, em suas hipóteses, não cogitavam a ideia de uma crise ou mesmo de grandes flutuações nos preços das ações - já que toda a teoria é baseada no agente principal de Robert Lucas (LUCAS; SARGENT, 1979).

Para uma melhor compreensão do que é agente principal, imaginemos um indivíduo que vai investir no mercado de ações. Ele sabe todas as informações sobre todas as empresas. Além do mais, sempre toma a melhor decisão quando vai investir, ou seja, é um ser perfeito (omnisciente e onipresente). Este agente supremo não erra, não tem viés de escolha e não demora em processar as informações que chegam a ele. Cabe salientar que mesmo os programas mais modernos em finanças não conseguem ter a capacidade de processamento desse agente.

Pois bem, esta é a visão que os neoclássicos têm dos indivíduos nos mercados financeiros considerando ser impossível a existência de crises;

pois esses agentes não têm incerteza em relação ao futuro e estão sempre calculando a melhor ação para investir, o que gera um mundo em perfeito equilíbrio, assim como na física newtoniana. Porém, os mercados financeiros são constituídos por agentes com capacidades cognitivas restritas e sujeitos às incertezas e irracionalidade, assim como propôs Keynes, na década de 1930, o que será visto na próxima seção.

3 Incerteza, convenção em Keynes

Keynes foi um dos primeiros economistas a estudar conceitos como convenção e incerteza. Seu pensamento foi original a tal ponto que várias gerações de economistas foram por ele influenciadas. Uma das suas principais contribuições foi o estudo do conceito de incerteza.

Keynes diferenciou incerteza de risco: no risco, os agentes econômicos tomam decisões de acordo com estimativas que realizam sobre o comportamento *ex ante* de algumas variáveis, que têm como referências cálculos probabilísticos. Na incerteza, isto não é possível, ou seja, não há como mensurar através de probabilidades subjetivas (as quais se relacionam com os valores previstos de determinadas variáveis econômicas) os eventos que irão ocorrer.

Um exemplo de risco é um jogo de dados, pois é possível calcular a probabilidade de se ganhar apostando em qualquer lado do dado, mesmo que ela seja baixa, por exemplo, caso aposte no lado 4, a probabilidade é igual a 1/6. No entanto, no caso da incerteza, não é possível qualquer cálculo, porque ninguém pode prever, com anos de antecedência, o dia e a hora em que uma crise econômica irá ocorrer; nenhum analista de mercado, por mais cálculos que possa fazer, pode realizar tal previsão. Do contrário, esta pessoa certamente faria uma fortuna incomensurável.

De acordo com Ferrari e Jorge (2000, p. 2) “a incerteza é a razão principal para a ocorrência de flutuações de investimentos e preferência pela liquidez” na medida em que os agentes optam por reter moeda minimizando os investimentos e ocasionando períodos de recessões e depressões, ou seja, os agentes (econômicos) para se protegerem da incerteza estocam moeda; e, ao fazerem isto, retiram dinheiro de circulação, o que pode gerar uma crise.

Outro conceito importante é o de convenção. Para Keynes, os agentes econômicos tomam suas

decisões de acordo com convenções e não de acordo com cálculos probabilísticos, como propõe a economia neoclássica, pois, segundo Keynes (1985, p. 130), “a sabedoria universal indica ser melhor para a reputação fracassar junto com o mercado, do que vencer contra ele sozinho”. Isto significa que, em muitos casos, quando os agentes não têm as informações suficientes das variáveis econômicas é melhor seguir o comportamento da maioria do que tentar sozinho fazer algum tipo de previsão em relação ao futuro.

Sendo assim, incerteza e convenção são conceitos importantes que possibilitam o entendimento do momento enfrentado pelos mercados internacionais como, por exemplo, a crise do *subprime*. Além do mais, outra diferença que Keynes faz é em relação à especulação e empreendimento, que será visto na próxima seção.

4 Especulação e empreendimento na “Teoria Geral”

Outro ponto é a distinção desenvolvida por Keynes entre especulação e empreendimento. O termo especulação é a atividade que consiste em prever a psicologia do mercado e empreendimento consiste em prever a renda provável dos bens durante toda a sua existência. A especulação está relacionada ao curto prazo, enquanto o empreendimento está relacionado ao longo prazo. Além disso, a especulação em excesso pode causar severos danos ao mercado, como a quebra da bolsa de valores, na medida em que o capital resolve mudar sua rota instantaneamente, provocando grandes percas.

Um caso típico de especulação ocorreu com o lançamento das ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) da empresa de petróleo OGX, do empresário Eike Batista, em 10 de junho de 2008. Antes mesmo de produzir um barril de petróleo, foi aberto capital com uma ação cotada em R\$ 632,00; logo no dia 12 de junho, que já estavam valendo R\$ 1,225,00, ou seja, valorização de quase 100% em apenas um dia [!]. Porém, com o início da crise, no dia 15 de agosto, o valor de uma ação da OGX caiu para R\$ 505,00, ficando 20% abaixo do preço de abertura.

Quando isso ocorre, algumas empresas, por terem suas ações cotadas bem acima da média de mercado, podem provocar um verdadeiro colapso no sistema financeiro quando se descobre que

estes papéis estavam, na verdade, supervalorizados, como foi o caso do banco *Lehman Brothers*².

Todavia, pode-se afirmar que uma crise é o fenômeno que mais se aproxima da especulação do que do empreendimento. Conforme Keynes (1985, p. 33), “os especuladores podem não causar danos quando são apenas bolhas num fluxo constante de empreendimento, mas a situação torna-se séria quando o empreendimento se converte em bolhas num turbilhão especulativo”.

Pode-se evidenciar a atualidade de conceitos como convenção, incerteza e especulação, pois muitos dos comportamentos abruptos que ocorrem nas bolsas têm uma lógica, somente se forem aplicados tais conceitos. Essa percepção exige uma volta às ideias de Keynes, como será visto na próxima seção.

5 A ressurreição de Keynes

Antes da crise de 2008-2009, era inabalável a confiança de Wall Street na autorregulação dos mercados que sempre voltavam para o equilíbrio, porque consideravam certa a presença da Lei de Say. Assim, era permitido investir o tanto quanto se quisesse porque a oferta certamente geraria demanda. Nessas circunstâncias, o pensamento ortodoxo dominava o debate econômico, sendo considerado heresia que algum analista de mercado ou a academia abordassem questões pertinentes aos conceitos de incerteza e convenção.

Entretanto, com a crise dos *subprime*, os ortodoxos, literalmente, sumiram do debate e suas explicações para o fenômeno eram, no mínimo, frustrantes, pois os mercados não estavam se autorregulando, os agentes não eram racionais e as poderosas equações matemáticas para nada eram úteis, porque estas funcionavam somente em um mundo harmonioso e em equilíbrio.

No entanto, uma crise foi definida como um desequilíbrio nos preços das ações. Além disso, a crise de 2008-2009 foi um fenômeno de falta de liquidez gerado pela incerteza, como afirma Carvalho (2009, p. 8):

A crise atual começou com problemas de crédito, com a inadimplência de tomadores de hipotecas, mas se transformou rapidamente em uma crise de liquidez quando os mercados para papéis lastreados em hipotecas entraram em colapso. A

incerteza quanto à extensão dos problemas desses mercados levou a uma rápida elevação da preferência pela liquidez e conseqüente colapso, como previsto por Keynes.

Cabe ressaltar que o conceito denominado comportamento de manada volta para tentar explicar a euforia dos mercados financeiros, principalmente, em épocas de crises. Acontece quando os agentes dispõem de uma quantidade de informação tão escassa que é melhor tomar as decisões de acordo com a maioria do que agir sozinho; nesse caso, eles migram para os títulos do tesouro norte-americano - que seriam os mais seguros ou que, historicamente, apresentam menos riscos.

Curiosamente, Keynes fez uma relativa fortuna nas bolsas de valores, sendo que ele aumentou de quase zero seu capital, em 1920, para 506.450 libras esterlinas, em 1937. Como ganhava 100 ou 200 libras por ano como professor universitário, isso o impedia de acumular tanto patrimônio em tão pouco tempo. Conta-se que seu patrimônio foi adquirido com investimentos realizados em apenas meia hora, durante todo dia, no conforto de sua cama (GARLOW, 1983). Em contrapartida, Myron Scholes e Robert C. Merton, ambos ganhadores do prêmio Nobel de Economia, em 1997, por construir uma fórmula (Black-Scholes) de precificação de opções que tinha como condição que os mercados fossem eficientes (em equilíbrio neoclássico), praticamente, faliram o *Long-Term Capital Management* (LCTM) - fundo *hedge* cuja insolvência quase levou a economia mundial a uma crise, em 1998. Justamente por acreditarem na concepção ortodoxa de *market clearing*³, (CARVALHO, 2009).

Sendo assim, a visão neoclássica sobre os mercados financeiros merece uma reformulação teórica ou mesmo obituário (DENG, 2008). E a abordagem positivista, com base no método hipotético-dedutivo, entra em contradição, justamente por estudar um mundo em equilíbrio e harmonia, sendo que as finanças estão em constante desequilíbrio e instabilidade.

Dessa forma, com o período de crises que vai desde a do petróleo, em 1973, até a de 2008, pode-se observar que Keynes, brilhantemente, conseguiu antever o funcionamento dos mercados financeiros, pois estes parecem estar mais para a incerteza do que o equilíbrio, como propõe a teoria dominante.

Portanto, com a crise dos *subprimes*, Keynes permanece vivo e mais atual do que nunca - mesmo tendo escrito a sua Teoria Geral há quase oitenta anos. E sua visão para o entendimento dos mercados financeiros, com conceitos como convenção e especulação, que haviam sido abolidos dos principais centros de pesquisa em economia, novamente, voltam à discussão, sendo necessária uma releitura ●

Notas:

¹ O Positivismo se tornou um método e uma doutrina: método enquanto sugeria que as avaliações científicas deveriam estar rigorosamente embasadas em experiências e doutrina enquanto preconizava que todos os fatos da sociedade deveriam seguir uma natureza precisa e científica.

² Este banco pediu concordata no dia 15 de setembro de 2008, devido à crise financeira de 2008.

³ Este conceito refere-se a concepção de livre-mercado, onde não há necessidade da intervenção governamental, pois os mercados sempre retornam ao seu estado de equilíbrio.

Referências

- CARVALHO, Fernando. J. O retorno de Keynes. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 83, p. 91-101, 2009.
- DENG, Ming. The death of efficient market hypothesis. In: AUSTRALIAN FINANCE & BANKING CONFERENCE. 20 th. 2007. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://papers.ssrn.com>>. Acesso em: 08 out. 2009.
- FERRARI FILHO, F.; ARAÚJO, J. P. Caos, incerteza e teoria pós-keynesiana. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 163-182, 2000.
- KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).
- GARLOW, David C. Keynes: o investidor. *Análise Econômica*, n. 2, p. 65-69, nov.1983.
- LUCAS, Robert E.; SARGENT, Thomas, J. After keynesian macroeconomics. *Quarterly Review*, v. 3, n. 2, p. 1-6, 1979.
- NUNES, B. F. *Mapas de precificação de ativos no mercado de capitais: uma análise do poder prescritivo da behavioral finance*. 2008. 188f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2008.

* O autor agradece às críticas e sugestões de Leonildes Colaço, do Instituto Dom Barreto.

** Graduado em Economia pela UFPI, mestrando em Economia pela UFBA, bolsista Capes. E-mail: ederjohnson1@hotmail.com.

A NOVA ORDEM MUNDIAL E A GEOPOLÍTICA DO MUNDO ATUAL*

por Ioshua Costa Guedes**

Com o fim da Guerra Fria e da bipolaridade mundial, observa-se a não existência de uma definição de blocos de poder, já que a complexidade em que o mundo está envolvido é contraditória e regida por interesses dos mais variados.

Atualmente, notam-se transformações na nova geopolítica mundial em que os poderes estabelecidos não correspondem aos do passado.

Antes de abordar o tema, é importante conhecer e diferenciar geografia política de geopolítica. De acordo com Miyamoto (1995, p. 23-24) “a geografia política pertence ao campo da geografia, enquanto a geopolítica encontra-se intimamente vinculada à ciência política”. Nesta, há a preocupação com elementos e a aplicação destes numa política para fins estratégicos.

Complementando o conceito de geopolítica, Costa (2008, p. 55) a caracteriza como um subproduto da geografia política, “na medida em que se apropria de parte de seus postulados gerais para aplicá-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço”.

Com a emergência das potências mundiais e, juntamente a elas, o imperialismo era a forma histórica de relacionamento internacional. Os termos potência mundial e imperialismo referem-se à “expansão do capitalismo baseado na industrialização crescente e na reprodução ampliada do capital, assumindo cada vez mais [...] a sua forma monopolista” (COSTA, 2008, p. 59).

O campo de interesse e as disputas imperialistas ampliaram-se com enfrentamentos que provocaram a Primeira Guerra Mundial. Esses conflitos entre as grandes potências, já estruturadas em blocos e alianças militares, envolviam os aliados (potências médias) e tratava-se “de uma corrida econômica e política que evoluía rapidamente para o conflito militar em escala mundial” (COSTA, 2008, p. 64).

Algo inovador nas disputas de hegemonia, mundialmente, foi a emergência dos Estados Unidos como grande potência no final do século XIX. Logo após a sua independência, os norte-

-americanos estiveram empenhados em alargar seu território original.

Com o fim da Primeira, sucedeu a Segunda Guerra Mundial e, como consequência desta, a Guerra Fria, caracterizada, principalmente, pela bipolaridade mundial.

Ainda é pertinente abordar os aspectos da nova ordem mundial, decorrentes do Pós-Guerra Fria.

Como concepções de poder, a geopolítica deteve-se em teorias que eram apoiadas nas áreas terrestres, marítimas e aéreas. O poder terrestre teve como principal defensor Halford Mackinder (1861-1947) que, baseando-se nos fatores geográficos e históricos, defendeu a *heartland* ou teoria do coração do mundo, que faz parte da Ilha Mundial, sendo caracterizada pelas terras da Europa e Ásia. Já o mar era visto com um obstáculo a ser vencido e transposto e foi considerado como fonte de poder. Nisso, Alfred Thayer Mahan (1840-1914) é o mais conhecido defensor do poder marítimo, e enumerou condições que afetam este poder: posição geográfica, configuração física, extensão das costas, quantidade da população voltada para as atividades marítimas, entre outras. O poder aéreo, com o avanço tecnológico a partir da Primeira Guerra Mundial, tornou-se fundamental para possuir um bom resultado no combate militar, já que do alto vê-se bem e melhor o inimigo, distinguindo-se o alvo (MIYAMOTO, 1995).

Para uma definição de ordem mundial, de acordo com VESENTINI (2007), geralmente é feita pela “presença de uma ou mais grandes potências mundiais e [...] não se avança muito quando se nega a idéia de uma (nova) ordem e se enfatiza o termo desordem, pois toda ordem mundial é instável e plena de conflitos e de guerras”.

Para um entendimento de nova ordem mundial, em geral, remete-se aos ciclos ou fases da reprodução capitalista. Dentre estas, estão o capitalismo concorrencial, monopolista e o monopolista de Estado. No período Pós-Segunda Guerra Mundial, a economia caracteriza-se pelo modelo fordista (economia de escala, capital monopolista, poder estatal, trabalhador

especializado, intervencionismo estatal). A crise atual individualiza o modelo pós-fordista ou de economia flexível (economia de raio, empresarismo, poder financeiro, trabalhador flexível, neoliberalismo). Entretanto, esses modelos interpenetram-se no capitalismo contemporâneo.

A nova ordem também se refere à situação dinâmica de modificações que o mundo passou a apresentar em sua estrutura geopolítica e econômica, nos períodos imediatamente antecedentes e subsequentes à queda dos regimes socialistas no Leste Europeu. Assim, a nova ordem tem mais de nova do que especificamente de ordem, já que muitos a denominam também de (des)ordem mundial, devido a uma indefinição específica da situação global.

No período entre guerras, ocorreram multipolaridades indefinidas. No Pós-Segunda Guerra, verificou-se uma bipolaridade, onde os EUA definem uma logística global e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) atua como potência política e militar. Com relação a isto, Vesentini (2007, p. 77) afirma que “[...] a bipolaridade, embora fosse tensa na medida em que havia o risco de uma terceira guerra mundial, era perfeitamente legível ou coerente. As grandes potências político-militares eram também grandes potências econômicas e até culturais [...]”. Ou seja, havia uma definição mais evidente quanto aos conflitos, em que, de um lado, estavam os Estados Unidos em confronto com a ex-URSS, de outro.

De 1945 a 1989 a ordem mundial foi marcada pelo confronto entre norte-americanos e soviéticos, conhecido também como confronto Leste-Oeste. Nos anos 1950, as transformações do capitalismo e dos processos de descolonização e independência dos países africanos e asiáticos geraram perspectivas novas no sistema mundial.

Nos anos 1970, o mapa geopolítico permaneceu, a corrida nuclear foi intensificada e a armamentista radicalizou-se. Economicamente, ocorreram transformações, tal como a crise do petróleo em 1973 que desestabilizou a industrialização fordista e abalou as relações centro-periferia, entretanto, não definiu uma queda determinante do sistema industrial capitalista, mas, sim, estabeleceu direções para uma nova fase caracterizada pelas tecnologias. Neste contexto, a perda da produtividade e a falta de inovação do mundo socialista proporcionaram-lhe um declive em que, progressivamente, tanto política como ideologicamente desestabilizaram as relações

Leste-Oeste e, conseqüentemente, fizeram cessar o conflito.

A derrubada do muro de Berlim, em 1989, foi um dos momentos do século XX que permaneceram na história. Fato este que significou, tanto em valor real quanto metafórico, o fim de uma época geopolítica. Acompanhando a queda do muro de Berlim, seguiu-se a fragmentação do bloco soviético; esta que pode ser explicada pela “incapacidade do sistema de se adaptar a um novo modelo de economia e de sociedade” (FONT; RUFÍ, 2006, p. 143), já que o novo contexto do mundo é o das novas tecnologias da informação, do capitalismo global e flexível, da sociedade em rede, enfim, de novas conjunturas políticas, econômicas e sociais.

Atualmente, novas questões não tipicamente territoriais aparecem; há uma aceleração da economia que não é acompanhada pela política, onde novas alianças estratégicas são misturadas a alianças comerciais, fazendo com que o “jogo político atual esteja mais preso à economia” (RUA, 1997, p. 34).

A competição atual não está mais centrada numa corrida armamentista, como antes, mas, sim, na busca de novos mercados, novas tecnologias, ganhos financeiros. Nesse sentido, Vesentini (2007) afirma que estão inseridas também as disputas culturais em que, nestas, incluem-se os fundamentalismos religiosos de uma civilização contra a outra; como exemplo, a civilização ocidental contra a islâmica, ou esta contra a hinduísta, esta contra a chinesa-confuciana, etc. Complementando ao já exposto, tem-se que os “[...] conflitos ou as guerras intracivilizações [...] teriam uma importância somente regional, ao passo que os conflitos intercivilizações [...] são mais perigosos e que têm uma repercussão global” (VESENTINI, 2007, p. 56).

Ao se tentar denominar a nova ordem, pode-se fazê-la como caracterizada pela instabilidade e desarticulação que são encontradas no cenário internacional, devido à decadência de modelos clássicos. Com isso, nessa nova ordem, coexistem atores estatais e não estatais, onde a soberania nacional estaria em declínio e “haveria uma desterritorialização no sentido de que a localização perdeu a sua antiga importância” (VESENTINI, 2007, p. 78).

As mudanças no mundo atual aceleraram-se e as distâncias diminuíram; a tecnologia transformou-se abruptamente; os hábitos e valores individuais,

no decorrer da vida, modificam-se e, portanto, as “novas geopolíticas” são exatamente tentativas de repensar a realidade pós-guerra fria, o mundo da globalização e da terceira revolução industrial” (VESENTINI, 2007, p. 112).

Então, nesse mundo pós-Guerra Fria e de consequente nova ordem, observa-se ocorrências políticas e sociais heterogêneas e difusas.

A nova ordem, apesar da denominação, ocasionou poucas modificações, tais como o crescimento da degradação social e ambiental; permanência dos Estados Unidos no controle político-militar do planeta - ressaltando-se que hoje não exerce mais de forma hegemônica e unicamente esse controle; a concentração do poderio militar ocorre paralelamente à concentração de novos indicadores de poder (tecnologia e a informação); questões regionais mantêm-se em difusão; e as velhas problemáticas agudizam-se ainda mais.

A nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) baseia-se nos (des)níveis tecnológicos dos que dominam a engenharia e a tecnologia de ponta, as atividades produtivas padronizadas e a produção voltada para as etapas de execução e montagem de produtos. Nessa nova DIT, a qualificação técnica, a produção de novas tecnologias e a modernização dos serviços são fatores fundamentais para a diferenciação entre os estados.

O atual sistema é mais desigual do que o precedente. As conexões de *internets* são mais visíveis nos países centrais que nos periféricos. Além disso, está presente a crise financeira mundial, o terrorismo internacional, a economia criminal, crise ambiental, quarto mundo, analfabetismos tecnológicos, dentre outros fatores que são consequências da nova ordem mundial do século XX.

A essa circunstância, VESENTINI (2007, p. 51-52) afirma que

[...] o principal reparo que se pode fazer a esse tipo de interpretação que vê na nova ordem, em especial na globalização, um agravamento constante da pobreza e das desigualdades internacionais, é o seu alto nível de generalização. Norte e principalmente Sul são duas noções geoeconômicas demasiado genéricas, que se tornaram populares na mídia a partir dos anos 1980, mas que não fornecem uma idéia precisa de como o mundo se divide sob o ponto de vista da

geração de riquezas. [...] Mas do ponto de vista científico, [...] essas noções pouco ajudam.

As relações entre os países centrais e periféricos levaram estes últimos de uma dependência a uma irrelevância significativa. Ou seja, o intercâmbio comercial desigual concretizou a dependência dos países periféricos em relação aos centrais, como também uma subordinação diplomática, passando pela exploração dos recursos naturais das (ex)colônias. Em relação à irrelevância, estes estados passaram a se tornar insignificantes, inúteis ao capitalismo, seja pela escassez de recursos naturais, seja pelo analfabetismo, longas disputas bélicas, entre outros. Essas terras não interessam nem mesmo para exploração, isto é, caracterizam-se por uma opacidade que as identificam como terras incógnitas.

Com as terras incógnitas, aparece a polarização do mundo em termos de distribuição da riqueza e do bem-estar social. A pobreza elevou-se em todo o planeta, coincidindo com o auge do capitalismo informacional e da globalização. A elevação da miséria é visível na Europa do Leste e na ex-URSS. A África Subsaariana é outra região excluída dos fluxos de riqueza e informação, já que nessa área encontram-se os piores índices de pobreza e marginalidade. Em diversos locais, são também presentes os altos índices de desemprego, epidemia de doenças, crise agrícola, corrupção; isto é, geração de problemas pela ausência efetiva do estado.

Com a globalização, surgiram aspectos contraditórios e obscuros. Práticas de corrupção e guerrilhas espalham-se por todo o planeta, internacionalizando-se, devido às tecnologias da informação, assim como os circuitos financeiros que atuam em lavagem de dinheiro e paraísos fiscais. Há, ainda, redes criminais organizadas pelo narcotráfico que trabalham com outras mercadorias, como armas, imigrantes ilegais, mulheres para prostituição, etc. - comércio este que pode ser tanto ou mais rentável que o próprio tráfico de drogas.

Outro fator dessa conjuntura envolve os emigrantes e os refugiados. As migrações intensificaram-se por motivos econômicos, principalmente; como também a “instabilidade no Terceiro Mundo e os conflitos bélicos, em consequência da queda do Muro de Berlim e do colapso da União Soviética [...]” (FONT; RUFÍ, 2006, p. 165). A imigração trata “abertamente da

tensão entre a proteção dos direitos humanos universalmente reconhecidos e a soberania estatal” (FONT; RUFÍ, 2006, p. 165).

Os refugiados são forçados a emigrar por razões específicas, na maioria das vezes por motivações econômicas. Nesse sentido, os europeus foram os que mais contribuíram para o povoamento dos países. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, com uma diminuição das taxas de fecundidade europeias, “o aumento do nível de vida e a estabilidade política e social reduziram esta migração até torná-la quase insignificante” (FONT; RUFÍ, 2006, p. 166).

Assim, conceitualmente, refugiado é o que se vê forçado a fugir do seu país ao sentir-se ameaçado por motivos de raça, religião e nacionalidade ou por pertencer a um determinado grupo social. Há refugiados por razões ambientais, ou seja, pessoas que são obrigadas “a se deslocar como resultado da degradação ambiental de seu habitat tradicional por desastres naturais, ou provocados pela atividade humana” (FONT; RUFÍ, 2006, p. 174). Dentre esses, há os expulsos devido a resultados de mudanças ambientais repentinas, mas reversíveis; os permanentemente expulsos devido a mudanças quase irreversíveis; e aqueles que abandonam seu lugar pelo fato da perda da qualidade de vida provocada pela degradação de seu entorno.

No contexto pós-Guerra Fria, é perceptível o quarto mundo, ou seja, locais de pobreza, de miséria e de marginalidade nos países ricos. Mundo esse presente não somente em países periféricos, mas também nos países centrais. O quarto mundo está localizado nas cidades, entretanto, existindo também em áreas rurais sob novas formas de pobreza, que são geradas pelas políticas neoliberais que promovem uma desregulação e um enfraquecimento do estado de bem-estar social.

Afirmando isso, Becker e Egler (1993, apud BECKER, 2007, p. 303) dizem que

[...] além de conter a maior parcela da dívida do sistema financeiro internacional, a semiperiferia contribui para acentuar a instabilidade da ‘ordem’ planetária, gerando condições de periferia, no centro, representadas por bolsões de pobreza de migrantes não absorvidos [...]

Devido à disseminação da informação e do progresso tecnológico, as empresas permanecem a dispensar seus empregados mais antigos e

melhor pagos visando substituí-los por trabalhadores mais jovens com menor remuneração, além de se utilizarem de máquinas que substituem a mão de obra humana.

A guerra pós-moderna, apesar de estar em crise, não desaparece e

[...] nela participam grupos armados não regulares [...]; não se distingue entre população civil e militar, e a população civil é de fato também um objetivo militar; recorre-se ao terror indiscriminado contra populações indefesas; não se reconhece a neutralidade, nem as leis de cessar-fogo; não se respeitam os limites territoriais dos Estados; o financiamento das atividades tem frequentemente uma origem criminosa e, finalmente, determinados atos violentos têm função claramente propagandista [...] (FONT; RUFÍ, 2006, p. 184-185).

A Organização das Nações Unidas (ONU), política e diplomaticamente, ainda tem sua estrutura de antes da Segunda Guerra Mundial e parece não estar “preparada para enfrentar os desafios do novo contexto geopolítico” (FONT; RUFÍ, 2006, p. 191). Os EUA exercem forte influência sobre a instituição a fim de almejar seus objetivos. Na prática, não ocorre a propaganda igualdade soberana dos membros integrantes da ONU.

Outro fator presente na nova ordem mundial é o terrorismo, que é uma forma violenta de protesto e tornou-se mais amplamente conhecido depois do ataque às torres gêmeas, centro financeiro norte-americano, em 11 de setembro de 2001. Como resposta, os EUA iniciaram crescentes bombardeios ao Afeganistão, país este onde se localiza o principal grupo terrorista (Al-Qaeda), liderado por Osama Bin Laden, que foi considerado o responsável pelo ataque. Dentre as finalidades do terrorismo, estão as de semear o pânico, desestabilizar instituições, etc.

O velho terrorismo caracterizava-se pelo assassinato de líderes do regime que combatiam e assumiam seus atos. No novo terrorismo, não existem inocentes e todos devem sofrer as consequências do regime sob o qual vivem, chamando a atenção para a imprensa internacional, ou seja, a busca pelo sensacionalismo, além de não se assumir a autoria dos atentados. O novo terrorismo é global e detém novos e poderosos meios de destruição, sejam químicos, biológicos ou tecnológicos, membros recrutados em outros países, financiamentos diversos, etc.

A xenofobia, como presença na nova ordem mundial, caracteriza-se por movimentos

nacionalistas com repúdio considerável aos imigrantes e à pobreza advinda dos países periféricos. Segundo Façanha (2004, p. 26) a “aversão aos estrangeiros é melhor visualizada em alguns países da Europa, mas já se pode perceber esse fenômeno em outras áreas, a exemplo dos EUA, frente à rejeição aos latino-americanos”. Ou seja, a xenofobia, como aversão ao que é estrangeiro, tanto como a coisas e pessoas, tem como exemplificação os países alemães, onde grupos denominados *skinheads* agem contra imigrantes, principalmente.

Conforme abordado, verifica-se que a ordem implantada desde 1945, e que ruiu em 1989, com a queda do muro de Berlim, o símbolo da derrocada da bipolaridade mundial, foi substituída por uma geopolítica da complexidade, com novas abordagens e interesses diversos.

A busca atual é pela informação e novas tecnologias, fazendo com que muitos países não tenham acesso igualmente a essas inovações, ocasionando contradições e situações obscuras na nova ordem. A questão militar e armamentista já não é mais evidenciada.

Verifica-se que são notórios e crescentes os problemas decorrentes da nova ordem mundial e da globalização, em aspectos políticos e, principalmente, sociais.

Assim, percebe-se que este trabalho aborda de maneira parcial a temática, já que não houve a pretensão de totalizá-la ou esgotá-la, permitindo que outras pessoas interessadas possam complementar este tema, discutindo sobre aspectos aqui não enfatizados ●

Nota:

¹ Artigo produzido na disciplina Organização Espacial do Mundo, ministrada pelo prof. Antônio Façanha, no período 2009.1, no curso de Geografia/UFPI.

Referências

- BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- COSTA, W. M. da. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- FAÇANHA, A. C. *Desmistificando a geografia: espaço, tempo e imagens*. Teresina: EDUFPI, 2004.
- FONT, J. N.; RUFÍ, J. V. *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo: Annablume, 2006.
- MIYAMOTO, S. Geopolítica e poder. In: MIYAMOTO, S. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Estado e Política).
- RUA, João. A geopolítica americana: da Independência à Guerra Fria. *Geouerj*, Revista do Departamento de Geografia da UERJ, Rio de Janeiro, n.9, p. 33-44, 1997.
- VESENTINI, José William. *Novas Geopolíticas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- VESENTINI, José William. *A Nova Ordem Mundial*. [200-?]. Disponível em: <http://www.geocritica.com.br/geopolitica03.htm> Acesso em: 02 jul. 2009.

* **Graduada em Pedagogia (UESPI, 2008), graduanda em Geografia e bolsista da Iniciação Científica Voluntária (ICV) da UFPI. E-mail: ioshuacostaguedes@yahoo.com.br.**

UM ESBOÇO DA RELAÇÃO DE UMA BIOGRAFIA DE GRAMSCI COM SUA OBRA

por Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos*

De que modo a biografia do comunista italiano Antonio Gramsci (1891-1937) evidencia pontos normalmente ignorados em sua obra? Responder a essa pergunta é a justificativa da leitura de "A Vida de Antonio Gramsci", de Giuseppe Fiori, obra sobre a qual se pretende fazer uma breve resenha no presente texto.

Uma trajetória sofrida e solitária, pontos que incidem, de algum modo, na sua obra também. Nasceu em Ghilarza, aldeia da ilha italiana da Sardenha. Sua origem não necessariamente humilde, mas cuja trajetória assim se configurou em face, inicialmente, da injusta prisão e pena cumprida pelo pai por alguns anos num contexto de intrigas políticas. Tal experiência levou a inúmeros sacrifícios por parte da mãe e dos irmãos para a manutenção da família. Após a expiação, seu pai conseguiu apenas uma recolocação modesta, ponto que explica em parte as contínuas dificuldades. Mas tais óbices não se restringiram à trajetória individual, e sim a todas às dificuldades, pobreza, lutas e rebeliões que ele testemunhou como nativo da Sardenha. Problemas decorrentes, por exemplo, das leis alfandegárias que protegiam a burguesia industrial da Itália setentrional e ceifavam a agricultura sarda. Tal experiência fez da questão meridional um tema central de sua reflexão e de sua orientação programática de luta, buscando combinar a organização dos camponeses e populares das ilhas e sul-italianos aos operários da porção setentrional da Itália.

Relaciona-se fortemente à trajetória de Gramsci sua enorme força de vontade para persistir diante das inúmeras dificuldades e cultivar o gosto pelos estudos e a leitura e, com particular ênfase no período carcerário, escrever. Chama a atenção o fato de que Gramsci abriu mão de comer - nos piores momentos, prescindia da refeição matinal e adia o almoço o máximo que podia para não sentir fome à noite - e, por vezes, vendeu seus próprios mantimentos a fim de poder comprar seus livros (FIORI, 1979, p. 83). Depois de viver muito penosamente em Cagliari e conseguir completar sua formação colegial com muitas privações e com a ajuda do irmão Gennaro, obteve uma bolsa de

estudos - que mal o custeava - para o curso de Letras na Universidade de Turim, a partir de 1912. A duríssimas penas, Gramsci se manteve com a ajuda da família. Observou-se a piora de seus sérios problemas de saúde, que sempre o acompanharam desde tenra idade e o acréscimo de outros de natureza nervosa. Dedicou-se muito ao curso superior até o quarto ano, até que, em função de problemas de saúde e suas opções pessoais, bem como do envolvimento com a imprensa socialista, desistiu em 1915.

A questão meridional foi marcante na sua atuação política, nas suas perspectivas programáticas e de atuação no Partido Socialista e, posteriormente, no Partido Comunista da Itália (PCI); também foi uma referência para sua obra carcerária. Teve atuação intensa como redator de *L'Ordine Nuovo*. Foi secretário-geral do PCI e conheceu sua companheira, Giulia Schucht, na União Soviética. Da união, nasceu Delio. Todos se reuniram na Itália. Posteriormente, Delio e Giulia fugiram do país, já com a ascensão de Mussolini. Mas Gramsci não teve a mesma sorte e foi encarcerado em 1926, mesmo sendo deputado eleito em Turim pelo PCI. Jamais veio a ver pessoalmente seu segundo filho, Giuliano. Começa uma dura e penosa trajetória prisional, na qual consegue depois de dois anos, autorização para escrever. Seus contatos com a mulher ficam mais esparsos em face de uma doença psiquiátrica de Giulia e mantém com a cunhada Tatiana intensa correspondência. Produziu, no cárcere, mais de 3.000 páginas entre cartas e cadernos e sua saúde pouco a pouco piorou, até morrer em decorrência de um derrame cerebral.

Do ponto de vista dos estudos gramscianos, a justificativa da leitura do livro de Fiori está justamente nas pistas metodológicas - atinentes ao raciocínio, à sua maneira de analisar e pesquisar do comunista italiano. Reconstituir uma obra e as fontes que as motivaram para que não a entendamos parcialmente e reconstituir conceitos de um autor remetem necessariamente a uma contextualização histórica, biográfica, mínima que seja. Além disso, o livro refere-se a pontos que

elucidam elementos do método do comunista sardo - que ajudam a elucidar a formação do pensamento gramsciano, a sua compreensão e ir além. Ou seja, a leitura cumpre um passo no sentido de entender o que se intenta por “traduzir” - ponto explorado por Gramsci em sua própria obra como tradutibilidade ou traducibilidade - suas categorias para outras formulações e análises também. Por outras palavras, usar o arsenal categorial gramsciano não é repeti-lo mecanicamente, mas buscar o uso de conceitos sob a chave de uma historicidade de adaptação às diferentes peculiaridades e tradições culturais que se desdobra no enriquecimento dos conceitos referidos.

Destaco e enfatizo alguns pontos do livro e contextos que lhe são afins.

Em primeiro lugar, a trajetória pré-carcerária marxista de Gramsci (FIORI, 1979, p. 85, 117). Sua militância socialista e comunista também são pontos centrais. Tal ponto destina-se às apropriações liberais, social-democratas, populistas, nacionalistas, democratas, stalinistas, eurocomunistas, culturalistas e até mesmo pós-modernas feitas a respeito do autor italiano. Muitas destas apropriações ignoram o contexto específico que cercou a elaboração das suas ideias. Ou simplesmente ignoram a trajetória pré-carcerária do prisioneiro de Mussolini.

Embora esse assunto não apareça na biografia de Fiori, o raciocínio que se segue guarda coerência com a trajetória de Gramsci. Refiro-me a outro aspecto muitas vezes negligenciado e relacionado a esse ponto: a apropriação não rigorosa de sua obra, muitas vezes exposta em edições temáticas ou antologias, dando a falsa impressão de que o *opus* gramsciano, particularmente aquele do cárcere, é sistemático, contínuo e, em certos aspectos, completo. Deve-se ressaltar que Gramsci não somente não teve uma obra carcerária e pré-carcerária sistemática, como também sempre deu valiosas pistas de que tinha intenções de revisar os seus escritos. Sempre era severo e sedento de interlocução a respeito de suas formulações.

Palmiro Togliatti, secretário-geral do PCI e antigo companheiro de militância de Gramsci, foi o primeiro a dar um formato pretensamente sistemático aos escritos carcerários de Gramsci, uma vez que legou àquele seus escritos carcerários. Foi um dos responsáveis pela publicação em 1948 e anos seguintes das

primeiras edições temáticas e antologias com os escritos gramscianos.

Somente em 1975 foi publicada na Itália uma edição crítica dos cadernos carcerários. Ela foi organizada por Valentino Gerratana. Uma das contribuições mais marcantes da edição mencionada foi a classificação feita pelo organizador. Ele identificou textos nos quais Gramsci efetuou uma primeira redação, por ele classificados de textos “A”. Tais textos tiveram uma segunda redação - com reelaborações de formulações e/ou acréscimos e supressões em relação aos primeiros textos - e foram classificados como textos “C”. Os textos nos quais Gramsci efetuou uma única redação foram classificados como textos “B”. A edição brasileira mais recente dos “Cadernos do Cárcere”, organizada por Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques, repete alguns dos vícios das edições temáticas e antologias já existentes, agrupando trechos de diferentes cadernos por temas. Além disso, contempla apenas os textos “B” e “C”. Assim, prescinde da compreensão do movimento interno da obra do comunista sardo, tomando os textos de última redação como supostamente aqueles nos quais Gramsci teria a intenção de consolidar. Todavia, não sabemos, por exemplo, se as omissões nos textos “C” em comparação com os textos “A” não seriam objeto de reelaboração futura. Não é possível ter um juízo precipitado sobre as intenções de Gramsci.

Retomando a biografia de Fiori, a lenda de Gramsci social-democrata é mencionada pelo autor no contexto de suas críticas conjunturais a orientações que buscassem a revolução na Itália em 1925, quando avaliava que o povo italiano naquele momento lutava pela democracia em face do problema posto pelo fascismo (FIORI, 1979, p. 249). Tomada fora de contexto, tais afirmações levam a entendimento precipitado sobre o comunista sardo.

Ao longo de toda a sua trajetória, observou elementos da mudança conveniente de posição no jogo político (FIORI, 1979, p. 60, 135), o que veio a chamar no cárcere de “transformismo”.

Em segundo lugar, lanço mão do suposto “togliattismo” - a proximidade das posições em relação a Palmiro Togliatti, o já mencionado sucessor de Gramsci na Secretaria Geral do PCI. Companheiro de militância de Gramsci desde os estudos na Universidade de Turim e apontado por leituras e apropriações feitas desde as primeiras

edições temáticas e antologias influenciadas pelo PCI, tal proximidade de ideias não foi tão evidente. A título de exemplificação, Fiori (1979, p. 149) menciona uma “vaga paixão de uma cultura proletária” que ambos tinham em comum. Várias outras passagens atestam uma distância e diferença em relação às posições de Togliatti (FIORI, 1979, p. 164, 229, 267, 269, 312, 314). Destaco passagem na qual Fiori relata conversa com seu irmão Gennaro em 1929, que lhe visitou na prisão. Durante a conversa, Antonio se abalou ao tomar conhecimento de uma nova orientação da Internacional Comunista que caminhava simultaneamente a um processo de “purga” de membros da direção central do partido italiano e da própria Internacional. Tal episódio é muito vagamente mencionado - até em função da censura prisional da qual Gramsci tinha ciência - em carta à cunhada Tatiana. Gennaro, por conveniência, relatou a posição de Gramsci a Togliatti como sendo-lhe favorável. Togliatti alinhava-se com Moscou. Gennaro temia que Gramsci também pudesse ser expulso do partido se manifestasse posição dissidente em relação àquela de Togliatti e da Internacional Comunista (FIORI, 1979, p. 311-313).

Em terceiro lugar, sublinho a sua repulsa pela sociologia por associá-la ao positivismo. Manifestou tal posição nos Cadernos do Cárcere de número 10 e 11, ao criticar, entre outros, Bukharin (FIORI, 1979, p. 301), por sua tentativa de “positivização” do marxismo. Gramsci associa a maior parte de sua reflexão à política e à ciência política. A influência de Benedetto Croce foi marcante no sentido da repulsa ao positivismo, muito embora as influências positivistas se fizessem presentes na juventude do comunista sardo (FIORI, 1979, p. 295-297). Contudo, formulou na obra carcerária severa crítica a este filósofo (FIORI, 1979, p. 294). Não ao acaso, a política, temário central de sua elaboração no cárcere, é, por vezes, referida no âmbito de uma ciência política.

Em quarto lugar, dou relevo à clara ligação entre várias de suas fontes e referências pré-carcerárias, como Sorel e Croce (FIORI, 1979, p. 72, 133, 140, 154), à obra do período carcerário. Muitas vezes, essa ruptura e descontinuidade - entre a vida pré-carcerária e a prisão - são enfatizadas de modo implícito. Busca-se, por vezes, um Gramsci particular, separado de suas origens, convicções e militância política.

Em quinto lugar, destaco o caráter central da questão meridional na sua trajetória militante e intelectual como sardo que vivenciou toda sorte de dificuldade da sua terra natal (FIORI, 1979, p. 55-76, 257-261). Fiori, que não teve acesso no momento da elaboração da biografia à edição crítica de Valentino Gerratana (GRAMSCI, 1977), sustenta seremos cadernos carcerários o prosseguimento e ampliação da reflexão sobre a questão meridional contemplada em ensaio incompleto sobre o tema elaborado em 1926 (FIORI, 1979, p. 294, grifos do autor):

Qual a idéia central? Ela já pode ser percebida no ensaio sobre a questão meridional. Ali era colocado, como premissa, o problema das alianças de classe: o proletariado poderá vencer e garantir estabilidade à nova ordem apenas na medida em que conseguir conquistar para a sua causa as outras classes exploradas, em primeiro lugar a classe camponesa; mas a classe camponesa é integrada em um bloco histórico onde os intelectuais médios exercitam o papel de difusores de uma Weltanschauung burguesa, da concepção de vida elaborada pelos grandes intelectuais da classe dominante; para afastar o camponês do proprietário de terras é preciso favorecer a formação de um novo estrato de intelectuais que rejeitem a Weltanschauung burguesa (Gobetti, Dorso). Os Cadernos são o prosseguimento e ampliação do ensaio sobre a questão meridional. Há neles o estudo do fundamento teórico ao domínio burguês; há a contribuição do homem de pensamento à elaboração de uma nova Weltanschauung proletária, de uma nova concepção de vida oposta à burguesa, que a substitua, na consciência das classes exploradas. É especialmente nestas três direções que Gramsci dos Cadernos se move. Ele historiciza os movimentos culturais do passado, submete a filosofia de Benedetto Croce à crítica, combate as degenerações economicistas e fatalistas do marxismo.

Em sexto lugar, chamo a atenção para a sua preocupação com o método (FIORI, 1979, p. 95, 100, 129, 131) sendo, por vezes, maiêutico, “socrático”, isto é, buscando a compreensão por meio da multiplicação de perguntas. A mesma linha “socrática” está em conformidade, inclusive, com análise presente no livro “As rosas e os cadernos”, de Giorgio Baratta (2004, p. 88-90) e a grande preocupação que tinha com a elaboração, com o

fraseado. Sua grande exigência com os próprios textos se manifestava nos próprios hábitos durante a escrita:

Gramsci trabalhava em condições difíceis, com os livros que o diretor, inclinado pelo conformismo dos burocratas a resistências a pequenas prepotências, lhe permitia receber, irregularmente, do lado de fora. Os companheiros de prisão recordam-se dele absorto durante horas no trabalho. Nunca escrevia sentado. Andava de um lado para o outro, pensativo, e só quando a frase já estava bem ordenada na sua cabeça ia à mesa, apoiava um joelho sobre o banco e sempre de pé, um pouco curvado, anotava, depois logo voltava a andar. Nunca foi um escritor de fluxo contínuo. Nem mesmo a experiência do jornalismo diário o ajudava a produzir com rapidez. Porém, depois de uma longa meditação, aquele pouco que tinha a escrever ele escrevia de uma só vez, sem ser necessário reparar ou apagar (FIORI, 1979: 292-293).

No mesmo sentido de rigor com a própria elaboração, destaque-se a acuidade filológica que atribuíam aos conceitos e termos; o caráter provisório dos textos carcerários, o questionamento de “como escreveria sobre determinados temas, caso pudesse continuar suas pesquisas”, conforme sustentou em carta de 7 de setembro de 1931 a Tatiana Schucht (apud FIORI, 1979, p. 328-329).

Fugindo um pouco da biografia em tela, outro ponto semelhante desse modo peculiar de pensar e elaborar ia mais adiante:

Vários companheiros de prisão relataram que Gramsci tinha o hábito de tomá-los pelo braço para passear enquanto conversavam. Um passeio ao qual ele nunca renunciava. Durante algum tempo, essas conversas na prisão foram aguardadas com ansiedade por vários deles que viam a oportunidade de aprender com o “chefe dos comunistas italianos”. Não eram, entretanto, um monótono monólogo. Gramsci perguntava, inquiria e estimulava seus interlocutores a dizerem o que pensavam para, depois, de modo paciente e com uma fala calma expor seus próprios argumentos e ilustrá-los com imaginativas metáforas para que fossem melhor compreendidos (BIANCHI, 2008, p. 301).

Isso posto, não se pode incorrer na ingenuidade de que uma avaliação global e rigorosa de sua obra, de sua vida e do ritmo de sua elaboração

teórica possa resolver todas as questões em aberto que ela suscita. Uma obra fragmentária e incompleta, particularmente aquela do seu cárcere, não pode jamais levar ao “verdadeiro Gramsci” (BIANCHI, 2008, p. 298). Talvez, dentre as diferentes leituras possíveis, possam ser vislumbradas apropriações mais atentas, fiéis à obra e seu criador. Retomando uma metáfora de Álvaro Bianchi, durante todo o período das edições temáticas e antologias o prisioneiro era o mesmo. Mudaram apenas os carcereiros. Qual será o alcance das novas prisões de Gramsci? ●

Bibliografia

- BARATTA, Giorgio. *As rosas e os cadernos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.
- FIORI, Giuseppe. *A Vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1977. 4 v.
- GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 6 v.

* Doutor em Ciência Política pela USP. Pesquisador do Grupo “Marxismo e Pensamento Político” do CEMARX - Centro de Estudos Marxistas da UNICAMP. Professor Adjunto I do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Mestrado em Ciência Política da UFPI.

O COMPLEXO INTERMODIAL SUL BAHIA E A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA*

por Henrique Campos de Oliveira**

1 Introdução

A região Litoral Sul da Bahia se encontra frente à possibilidade da construção do Complexo Intermodal Porto Sul Bahia (porto, ferrovia e aeroporto internacional). Dentre outras, a finalidade do complexo é exportação de *commodities* agrícolas e minerais por empresas transnacionais legitimadas pela retórica do desenvolvimento socioeconômico e da integração da região com a América do Sul.

O transporte está diretamente relacionado à integração regional, contudo, por ser fonte de poder, ao possibilitar a imposição da vontade de integrar territórios e de estabelecer fluxos, permeia as disputas de interesses presentes nas relações internacionais: atores internacionais se posicionam para manter o *status quo*, ao compor alianças com elites nacionais historicamente estabelecidas, enquanto outras apoiam movimentos sociais em ações progressistas. Dessa forma, surge a seguinte questão: como se caracteriza a participação dos atores internacionais envolvidos no processo decisório da construção do Complexo Intermodal Porto Sul Bahia frente à integração sul-americana?

Com a necessidade de responder a esta pergunta como objetivo geral do artigo, foram delineados os seguintes objetivos específicos: a) levantar um quadro teórico e conceitual da relação entre transporte e integração regional nas relações internacionais; b) estudar a integração espacial entre a região do sul da Bahia e o continente sul-americano; e d) identificar a posição e a relevância dos atores internacionais no desenvolvimento do processo decisório da construção e da área de influência do porto.

A metodologia empregada no estudo iniciou com a revisão teórica acerca do transporte e da integração regional nas relações internacionais. Em seguida, buscou construir a análise histórica do desenvolvimento da infraestrutura de transporte presente na região e articulou a atuação de atores internacionais conforme a situação política regional e as esferas do sistema econômico internacional,

definidas por Gonçalves (2005) - comercial, produtivo-legal, tecnológica e financeira, que são transversalizadas pelos interesses inerentes ao transporte, mas sua relação mais explícita se dá com a esfera comercial. Esta análise é contrastada com a posição e a relevância dos atores presentes no processo decisório da construção e a área de influência do Complexo Intermodal Porto Sul.

2 O Transporte e a Integração Regional nas Relações Internacionais

Como coloca Glenn Yago (1984, p. 296), "a tecnologia do transporte não é nenhuma força imposta na sociedade, mas sim uma instância da articulação de poder de classe no controle das cidades". Dessa forma, transcendemos o transporte do simples aspecto econométrico e técnico, como preconizam Fujita, Krugman e Vernables (2002), para a política. Isso se torna mais claro com Lefebvre (1972), ao definir o caráter político do espaço. A infraestrutura de transporte seria condição para estabelecer fluxos, tomar o espaço seletivo aos que dispõem de maior aporte econômico e reproduzir as relações de produção capitalista (LEFEBVRE, 1972; PEDRÃO, 2002; SANTOS, 2003).

Longe de se limitar a legitimação do domínio da plutocracia nacional e das empresas transnacionais pela retórica do desenvolvimento socioeconômico e da integração regional, o transporte, por meio das obras de construção de infraestrutura, serve substancialmente à perpetuação da elite política local. Como relata Marques (1997), as obras públicas de infraestrutura de transporte são obras visíveis para os eleitores, assim como aporte para estabelecer relações estreitas com empreiteiras para o sustento de campanhas futuras. O estado seria aí a fonte de disputas ocasionadas pelo transporte, para exercer tanto a vontade da elite econômica internacional na acumulação capitalista, quanto para fomentar a permanência no poder de países na geopolítica internacional (PEDRÃO, 2009; LEFEBVRE, 1972).

A interação entre comércio internacional e

espaço territorial de uma região, resultante da reprodução das relações econômicas e sociais internas com o cenário externo, resplandece no transporte. Os vínculos estabelecidos no comércio internacional entre regiões e empresas são historicamente sustentados pelo alto grau de modernização alcançado por países desenvolvidos tecnologicamente e hegemônicos no centro da geopolítica internacional, a fim de perpetuar as suas posições conquistadas (HIRST; THOMPSON, 1998; PEDRÃO, 2009). Regiões desprovidas de desenvolvimento endógeno são mais susceptíveis às imposições externas, que podem acarretar a manutenção do estado de subdesenvolvimento ou até mesmo acentuá-lo (FURTADO, 2000); condição bem colocada por Santos (2003) ao entender que o aumento da riqueza não impede o da pobreza, e isto num único ponto do espaço.

Ademais, recentemente, a liberalização e a integração financeira, atreladas à redução de barreiras comerciais no cenário internacional, permitem a aquisição e a fusão de empresas, o que confere um caráter oligopolista às estruturas de mercado (HIRST; THOMPSON, 1998). Essa estrutura é composta por organismos transnacionais que necessariamente não possuem vinculação com o desenvolvimento socioeconômico do local onde estão instaladas (FURTADO, 2000). Os portos concentradores de carga (*hub ports*)¹ se encaixam nessa condição, ao serem operados, muitas vezes, por empresas de navegação que compõem uma estrutura de mercado em âmbito internacional de oligopólio, que vem passando por uma série de fusões e verticalização das suas atuações (LACERDA, 2004).

Para Brum e Bedin (2004), os organismos transnacionais promovem um movimento sobrepujante frente ao poder dos estados sobre a governança mundial. Gonçalves (2005) trata os organismos transnacionais como atores nacionais com interesses internacionais inerentes a uma relação simbiótica com os estados nacionais a eles correspondentes, na qual a disputa de poder se dá entre as classes com interesses divergentes.

As matrizes das transnacionais se concentram nos países localizados no centro do sistema capitalista financeiro (Europa, Estados Unidos e Japão), para onde os lucros, *royalties* e dividendos são enviados (HIRST; THOMPSON, 1998). Os países periféricos, com sociedades desigualmente industrializadas, são fornecedores de *commodities* e de mão de obra barata e, simultaneamente,

consumidores de manufaturas e serviços, gerados pelas empresas transnacionais. Os poderes decisório e estratégico dessas empresas também se encontram nos países do centro, o que remete à reprodução de uma estrutura do comércio internacional, historicamente tradicional, concebido pela divisão internacional do trabalho (FURTADO, 2000). No entanto, há perspectivas que apontam que a divisão internacional do trabalho não reside mais meramente no aspecto da repartição das atribuições econômicas aos estados-nação, mas sim a grandes conglomerados produtivos internacionais (BRUM; BEDIN; 2004).

Sem embargo, a maior participação no comércio internacional de países asiáticos e do Leste Europeu (principalmente Rússia, Índia e China) influencia o aumento dos preços de *commodities* e a intensificação da produtividade dos bens manufaturados. Do mesmo modo que se promove maior acirramento na competitividade, os estados-nação dão suporte às empresas, que, para obter maior êxito e ampliar o seu espaço frente ao mercado internacional, tiveram que reduzir custos em setores como o da logística do transporte (DROUVOT; MAGALHÃES, 2006). Assim, as relações internacionais são desenvolvidas por estados-nação que dependem justamente das relações comerciais, políticas e da autossuficiência infraestrutural para manterem ou buscarem a soberania. Frente a esse paradoxo, a infraestrutura de transporte, desenvolvida pelo estado-nação no bojo de políticas públicas, comprometidas com o comércio internacional, configura-se em ações que o realismo político do maquiavelismo presente nesse sistema internacional anômico é digno de apreço.

Nesse cenário, na falta de um terceiro² no sistema internacional, os estados-nação buscam angariar fundos para a construção dos sistemas de transporte pertinentes ao comércio com endividamentos externos. Segundo Gary Fromm (1968), o estado que se permite sucumbir a tais políticas atende insatisfatoriamente às necessidades de investimento e acarreta obrigações políticas e econômicas onerosas, passíveis de se tornarem pontos críticos à vulnerabilidade externa. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) são dificilmente classificados como terceiro. O BID é composto prioritariamente de capital e conseqüentemente de hegemonia política estadunidense; A OMC pode verificar o seu

insucesso com os impasses nas rodadas de Doha entre países produtores de *commodities* e de manufaturados, assim como a proliferação de tratados de livre-comércio bilaterais e acordos multilaterais, como NAFTA e a travancada ALCA, em que vigoram vontades unilaterais.

O estado-nação - com posição alinhada às políticas externas de outros estados e/ou empresas oligopolistas transnacionais em voga no neoliberalismo, em detrimento das necessidades da nação - instaura uma infraestrutura de transporte no ambiente natural onde as instalações são construídas física e espacialmente, propícias à sobreposição repentina de um modo de vida anômalo ao que se encontrava na sociedade afetada por tais instalações. Esse processo desencadeia a marginalização preconizada pela urbanização negativa³ das cidades ou pela modernização abrupta do meio rural (SANTOS, 2003; PEDRÃO, 2002). Destarte, regras pertinentes a direitos humanos e protocolos sujeitos à conservação ambiental são quebrados corriqueiramente para o desenvolvimento dessas infraestruturas de transporte heteronômicas às vontades exógenas, amparadas por condições políticas endógenas.

Além de os estados-nação serem diretamente afetados pela anômica condição em que se encontram as relações entre os países, a democracia tem limitações na sua composição que influenciam na construção de infraestruturas voltadas ao comércio internacional. Com base em Shumpeter (1984), observa-se que o estado moderno capitalista é resultado da acumulação de vontades que tendem a atender grupos ao invés da vontade de todos; a relação dos representados com os representantes políticos pauta-se em discutir a democracia no sentido apenas procedimentalista, ou seja, na escolha das elites. Esta relação passa a ser composta de utilitarismo e individualismo imbuída no espectro capitalista; este designado como fonte de desvio de princípios da teoria clássica da democracia.

Ademais, a participação, certamente contida, da sociedade civil no processo decisório das políticas públicas de transporte é, em boa parte, respaldada pela questão ambiental em contraponto à retórica do desenvolvimento socioeconômico por meio da integração regional, preconizado pelas elites econômica e política. A natureza passa a ser também politizada, contestada, tanto pela direita quanto pela esquerda. Guardam-se aí as devidas

proporções: a primeira limitar-se-ia à contemplação da natureza perdida, a segunda resplandeceria na implicação da deterioração da natureza na gestão coletiva dos meios de produção resultantes dos recursos providos por essa mesma natureza defendida (LEFEBVRE, 1972).

3 A Região Litoral Sul da Bahia e a Integração Espacial com a América Latina

A integração espacial da região Litoral Sul da Bahia com a América Latina não é explicada substancialmente se não considerarmos, mesmo que brevemente, o processo histórico da constituição civil embrionária de proeminência ocidental desse continente. O modelo de colonização presente no continente americano distingue-se quanto à atividade econômica desenvolvida. Na parte correspondente à colonização espanhola, que despertou o interesse dos demais estados europeus no continente, predominou a espoliação dos metais preciosos ali encontrados (FURTADO, 2009). No contexto brasileiro, como na Capitania de Ilhéus, as atividades econômicas se concentravam nas exportações de produtos primários pela colônia, que garantia que nenhuma atividade manufatureira fosse ali desenvolvida apontada para a autonomia do território conquistado, ao mesmo tempo em que buscava impossibilitar a colonização pelas demais nações europeias. Soma-se a esta questão política as limitações encontradas pela natureza inóspita e pelo processo de povoamento desarticulado da vontade em fundar colônias de povoamento, como as desenvolvidas no norte do continente e mais ao sul do próprio Brasil (FURTADO, 2009; PRADO JÚNIOR, 2004).

Sem desconsiderar as devidas especificidades de modelos de colonização presentes no continente, o estado português buscava como necessidade para o sucesso do seu empreendimento colonial promover o desenvolvimento de atividades econômicas que viabilizasse a colonização das terras conquistadas que não apresentavam metais preciosos, nem as especiarias tradicionalmente comercializadas (FURTADO, 2009). As dificuldades para tal empreendimento ampliaram-se com o custo elevado com transporte entre a colônia e a metrópole. Furtado (2009) predica importância, nesse sentido, ao desempenho na navegação marítima dos portugueses, assim como à

implantação no Brasil da lucrativa atividade açucareira desenvolvida pelos portugueses nas ilhas atlânticas desde o século XV.

Acerca da importância da navegação marítima no comércio, Prado Júnior (2004, p. 229) coloca que:

[...] todo este comércio externo por via terrestre é em suma de pouca monta, desprezível mesmo. O que interessa realmente no assunto é marítimo. Circunstância esta ditada por contingências geográficas e econômicas, e que tem grande significação política e administrativa, pois facilitou, pode-se mesmo dizer que tornou possível o monopólio do comércio da colônia que a metrópole pretendia para si. Foi bastante reservar-se a navegação, providência muito mais simples que uma fiscalização fronteiriça que teria sido difícil senão impraticável nos extensos limites do país. Tal privilégio da navegação se manteve, como é sabido, até o alvará de 28 de janeiro de 1808, que franqueou os portos da colônia a todas as nações. Mas até aquela data o privilégio da navegação, reservado ao pavilhão português, garantiu-lhe a exclusividade do comércio externo do Brasil.

Dada essa importância ao transporte marítimo no modelo de colonização português aqui impetrado, consubstancia-se o processo inicial da estrutura econômica espacial do Brasil, caracterizada por regiões isoladas entre si que têm o porto como o elo de integração espacial preponderante com as demais regiões do País, consecutivamente com o continente americano, a África e a Europa (PRADO JÚNIOR, 2004). O território condizente a Ilhéus e seus arredores não se constituiu de outra maneira, estaria lá, de forma mais acentuada, tal estrutura (PRADO JÚNIOR, 2004; SANTOS, 1957). A região se encontrava insulada por terra do País. Houve tentativa de ligá-la ao interior no início do século XIX com a estrada que transportava o gado entre minas - passando por Conquista, seguindo o Rio Pardo até chegar a Ilhéus - que, apesar de ser bem construída, era pouco utilizada e se encontrava em estado de conservação insatisfatório (PRADO JÚNIOR, 2004).

Dentre algumas tentativas dos colonos de atividades econômicas mal sucedidas na Capitania de Ilhéus, ora por conta de questões geográficas, como conexão a demais regiões do País, por conta da natureza inóspita e estranha ao colono, ora por resistência dos nativos, em boa medida apoiados por estrangeiros não portugueses, como os

franceses. A região foi encontrar na cacauicultura a atividade que alcançou sucesso na produtividade oferecida pelo solo, assim como obteve relação orgânica com a estrutura social presente (SANTOS, 1957). A região, desse modo, formava-se com essa cultura, segundo Prado Júnior (2004), nativa da Amazônia e inicialmente implantada por lá no final do século XVIII, voltada exclusivamente para o exterior. Nas três décadas iniciais do século XX, com a atividade econômica moldada nas exportações do cacau com preços cotados no mercado internacional, no latifúndio e na relação de exploração do trabalhador agrário, a região viveu momentos de prosperidade econômica e política (DINIZ; DUARTE, 1983). Fazendas de cacau viraram cidades, que se foram desenvolvendo ao redor de Ilhéus, onde se localizava o porto de escoamento do produto, muito por conta do intenso fluxo imigratório provido de demais nordestinos e estrangeiros (SANTOS, 1957).

A produção da região era escoada pelo porto de Ilhéus e por demais cidades costeiras via navegação de cabotagem ao porto de Salvador, prestada pela Companhia Baiana de Navegação, de onde seguia para o exterior; a maior parte destinada ao mercado estadunidense (Dentre estas cidades, destacam-se Canavieira, que fica ao sul de Ilhéus, Maráu e Itacaré. Estas duas últimas apresentavam grande volume produzido e comercializado, no entanto, não havia ligação por terra entre elas). Tal condição de exportar por Salvador era imposta por pressão das empresas comerciais exportadoras do produto que se localizavam na capital baiana. A situação só foi modificada sob pressão da Associação de Agricultores de Ilhéus, criada pelas oligarquias rurais para defender os seus interesses junto ao governo do estado na década de 1920, que resultou na construção do Porto do Pontal, em 1926, com exportações diretas. Antes do Porto do Pontal, foi inaugurada a estrada de ferro entre Ilhéus e Itabuna, em 1913, passando por Uruçuca, com extensão de 59 km, a qual concentrava o transporte do cacau (SANTOS, 1957). Estas cidades se constituíram importantes entrepostos para as demais cidades da região. Inicialmente, a ferrovia tivera a intenção de ligar Ilhéus à Conquista, que fica mais ao oeste do estado e próxima ao estado de Minas. Diniz e Duarte (1983) chamam a atenção de que a relação de poder que a região exercia frente ao governo estadual era desproporcional ao que a região representava

economicamente para o estado.

A crise econômica internacional de 1930 afetou diretamente as exportações da região que, por sua vez, dentro da necessidade de cooperação traduzida na criação do Instituto do Cacau da Bahia, agregou os interesses tanto dos exportadores quanto da oligarquia rural. Esta articulação foi possível devido ao apoio do governo estadual sustentado pelo governo federal recém-instaurado por Vargas, que tinha a região como condição de importância econômica; logo, era prudente evitar atritos (DINIZ; DUARTE, 1983). Marinho (2003) ressalta o significado da ação do Instituto de Cacau da Bahia na década 1930 em construir 290 km e reconstruir 82 km de estradas na região, o que favoreceu a redução do custo do agricultor com o transporte, que antes representava 40 a 50% do valor FOB (*Free On Board*). Dentre estas estradas, está a que liga Ilhéus a Itabuna. A ferrovia tomou-se, dessa forma, desnecessária, principalmente devido a sua curta extensão. Contraditoriamente, nesse momento de crescimento econômico era costume o dispêndio e o investimento de capital fora da região (DINIZ; DUARTE, 1983).

No final da década de 1930, somada à crise econômica causada pela redução do mercado consumidor da monocultura do cacau, por conta da iminência da II Guerra Mundial, instaurou-se a crise político-institucional com influência direta de interesses externos: disputa entre os cacauicultores de Itabuna e Ilhéus e destes com os exportadores localizados na capital. A região permanecia tendo o porto como principal fonte de conexão com o exterior. As estradas eram limitadas à integração das principais cidades produtoras de cacau e essas à capital (GARCEZ, 1975).

Durante o final da década de 1950, as elites locais não obtiveram sucesso nas solicitações quanto às melhorias no porto, atravancadas, segundo Diniz e Duarte (1983), pela força política das casas exportadoras sediadas em Salvador, que possuíam maior permeabilidade no governo estadual e federal, mesmo a região do cacau sendo responsável por 80% da arrecadação fiscal do estado. Nesse mesmo período, Vasco Neto (2003) recorda a iniciativa do seu pai, Vasco Filho (engenheiro, diretor de metalúrgicas e deputado federal pelo estado da Bahia 5 vezes), com o projeto da construção do Porto de Campinho, na Península de Maraú, o qual se ligaria à Brasília por

ferrovia e rodovia. Do projeto, somente um píer e quatro *dolphins* foram construídos, nos quais não há utilidade alguma atualmente. Não obstante, o Porto do Malhado passou a compor o plano federal de construção de portos no governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

Consequentemente, nesse período, a região, com a retomada do mercado consumidor de cacau estadunidense e com a maior participação do governo central, foi provida por ampliações significativas, como a construção da BR-101 e do Porto do Malhado, em Ilhéus, ao longo das décadas de 1960 e 1970 (DINIZ; DUARTE, 1983). Dentro da concepção desenvolvimentista presente na ditadura militar, construiu-se o atual porto de Ilhéus com os fundos do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis do Ministério dos Transportes (MARTINS, 1973). Foi o primeiro porto da América Latina construído em avanço ao mar aberto, com o objetivo primordial de escoar a produção de cacau. No entanto, o Porto do Malhado, oito anos após a sua inauguração, passou a ter capacidade ociosa por conta do baixo volume de carga movimentada.

Posteriormente, já no final da década de 1970, o porto foi ampliado e o aeroporto existente na cidade de Ilhéus modernizado. Deste período à atualidade, os investimentos em infraestrutura de transporte se concentraram na construção de estradas estaduais de vias simples. No início da década de 1980, a região imergiu em outra crise, que se alonga até os dias atuais, repercutindo na ampliação da sua fragilidade política, resultante ainda da crise no final dos anos 1930, e em sérias consequências socioeconômicas (OLIVEIRA, 2009; DINIZ; DUARTE, 1983). Assim, a construção do Porto Sul é dada como a oportunidade para a região ser alavancada por meio de condições proporcionadas pelo crescimento econômico resultante desta obra.

Ao analisar os fatores estruturais da crise na produção agrícola cacauceira, salienta-se a própria concentração da região na monocultura do cacau, que levou a um alto grau de vulnerabilidade econômica⁴ (CEPLAC, 2007). Soma-se a esse fator, a acomodação dos produtores em uma estrutura produtiva extrativista e arcaica dentro de um ambiente ausente de espírito cooperativo, no qual predomina o latifúndio e as relações de exploração entre empregado e trabalhador. Tal situação se reflete na conturbada relação entre o produtor agrário e a indústria de transformação.

Além da ausência da participação da sociedade

no processo decisório da escolha das melhores opções para sair desse impasse e da redução na arrecadação tributária nos anos 1980 e 1990, instaurou-se no poder público a incapacidade de uma intervenção mais efetiva. Os anos noventa e início dos anos 2000 foram marcados pela hegemonia do grupo carlista no governo do estado, durante 16 anos. As políticas públicas de infraestrutura ao longo desses anos se concentraram na construção de estradas de vias simples, como a BA-01, com financiamento do Banco Mundial; houve também incentivos fiscais para empresas exportarem seus produtos pelo Porto do Malhado devido a sua capacidade ociosa. Tanto este porto como o Aeroporto Jorge Amado encontram-se defasados; este último apresenta a menor pista de pouso comercial do País. As estradas disponíveis na região não comportam o aumento de fluxo de veículos ocorrido ao longo desses anos (OLIVEIRA, 2009).

4 Os Atores Internacionais no Processo Decisório do Complexo Porto Sul

O projeto de concepção do Complexo Intermodal Porto Sul Bahia é constituído no paradigma de *hub port*. A Ferrovia Leste Oeste interliga o Porto Sul até Figueirópolis, no Tocantins, cujo traçado parte da BA-01, aproximadamente a 20 km ao norte da cidade de Ilhéus, percorrendo no total 1.490 km e passando por 32 municípios da Bahia. Figueirópolis encontra-se no trecho em construção da Ferrovia Norte Sul (FNS), que possui, até então, o trecho entre Alcailândia e Colinas do Tocantins, concluído (BAHIA, 2009b).

A Ferrovia Leste-Oeste, consolidando-se, irá cortar a Ferrovia Centro Atlântica (FCA) na cidade de Brumado. Interligada a essas duas ferrovias, a região Litoral Sul da Bahia aprimoraria a integração terrestre com o continente sul-americano. Soma-se a estes projetos a construção do aeroporto internacional, na proximidade da área do porto, o que possibilitará voos internacionais diretos. Sem embargo, o Complexo contará com Zona de Processamento de Exportações (ZPE) que permite empresas de capital integralmente estrangeiro produzir produtos exclusivamente para o exterior, com amplos incentivos fiscais (BAHIA, 2009b). Projeto logístico desse porte na região residia somente no projeto apresentado pelo deputado Vasco Neto em 1997, na Escola Politécnica da

Bahia, sobre a ferrovia Transulamericana, que ligaria o Porto de Campinho ao Puerto Bayovar, no Peru, o objetivo era ligar o Oceano Atlântico ao Pacífico (VASCO NETO, 2003).

De acordo com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, são destinados - no período entre 2007 e 2010 - 2,7 milhões de reais para estudos para a construção do novo aeroporto, que tem uma estimativa total de custar US\$ 75 milhões (BRASIL, 2007). Foi também publicada a declaração de área de utilidade pública localizada a doze quilômetros ao norte de Ilhéus na BA-01 nas proximidades do distrito da Ponta da Tulha (entre Ilhéus e Itacaré) para a construção do aeroporto (BAHIA, 2006).

Para a ferrovia foram destinados 4,6 milhões de reais para os estudos preparatórios, no mesmo período correspondente ao do aeroporto, e realizou-se uma audiência pública em 10 de setembro de 2008. A estimativa para a construção da ferrovia é de aproximadamente R\$ 6 bilhões com recursos do governo federal e da subconcessionária. De acordo com missão de prospecção de investidores na Europa para projetos do PAC, em novembro de 2008, todo o trecho da ferrovia será subconcedido em três lotes, por um único leilão realizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres. O primeiro lote corresponde do Porto Sul à cidade de Caetitê, com 530 km, com a previsão para início em janeiro de 2010 e conclusão em meados de 2011 (BRASIL, 2009b; BAHIA, 2009b).

Através de estudo técnico sem consulta popular, a determinação do local de construção do porto ficou decidida para ocorrer na Ponta do Ramo, a cerca de 20 km ao norte da cidade de Ilhéus. Essa decisão apresenta algumas incoerências quanto à avaliação ambiental, pois tal local foi escolhido por apresentar menor impacto ambiental que outros. No entanto, este local é o mais próximo à Área de Preservação Lagoa Encantada, ponto específico que desclassificou demais alternativas consideradas no estudo para a construção. O que se nota ter exercido forte influência nessa escolha seria a área estar próxima ao aeroporto e à ferrovia a serem também construídos, assim como por apresentar baixo custo com desapropriação e construção do píer - construção que liga a área de terra firme à profundidade suficiente no oceano para atracação de navios de grande porte; nesse ponto escolhido, a extensão dessa estrutura é uma das mais curtas dentre as opções levantadas.

A construção do Porto Sul foi apresentada pelo governo posteriormente às propostas acima colocadas. Segundo a Associação Ação Ilhéus (2009), o que teria levado ao surgimento da construção do porto, em primeiro momento, seria a descoberta de minério em Caetité. Desse modo, o porto serviria para exportar o minério extraído na cidade baiana que se localiza na região oeste. Em complementaridade, o porto integrar-se-ia aos demais investimentos na infraestrutura logística planejada para a região, como a Ferrovia Leste Oeste e o novo aeroporto.

A exploração do minério em Caetité é decorrente da descoberta do geólogo João Calvalcante, que formou a empresa Bahia Mineração Ltda. Em 2008, esta se associou à Paramond Agarwal, da Índia, e à Eurasian Natural Resources Corporation (ENRC), do Cazaquistão. A empresa tem um projeto intitulado Pedra de Ferro, com a estimativa de investimento na ordem de 2,5 bilhões de dólares. O Porto Sul e a Ferrovia Leste Oeste são considerados essenciais para a concepção deste projeto, que se encontra atualmente em estudos de viabilidade e de impactos ambientais (MINERAÇÃO, 2009).

Além do minério, o porto exportaria a produção agrícola da região Litoral Sul e da região oeste, como também importaria insumos para as mesmas (BAHIA, 2009b). Estas duas regiões possuem uma história antagonica nos negócios internacionais. A região Litoral Sul vem em decadência e a oeste está em ascensão - em 2002 não há registro de exportação da região Oeste, enquanto que a região Litoral Sul representava 7% das exportações baianas. Já em 2005, a região Oeste representava 7% das exportações baianas, passando a região Litoral Sul a 4%. A Região Metropolitana de Salvador (RMS) é a hegemônica na pauta de exportação, com a média de 70% nesse mesmo período correspondente (OLIVEIRA, 2009). Elas ocupam consecutivamente o quarto e terceiro lugar na pauta de exportação baiana, com a participação média das duas somadas totalizando 8% no período entre 2002 e 2006. Ambas exportam *commodities* agrícolas comercializadas por empresas transnacionais. A Cargil e a Bunge⁵ exportam tanto as *commodities* soja e algodão da região oeste, quanto o cacau da região sul e são importadoras de fertilizantes e sementes para a produção das duas regiões, e estão constantemente entre as dez empresas exportadoras e importadoras do estado da Bahia

(OLIVEIRA, 2009). O mercado de destino do cacau se concentra nos Estados Unidos, Canadá e América Latina (Argentina e Chile). A soja, assim como o algodão, tem o seu mercado pulverizado por todos os continentes (BRASIL, 2009b).

A área de influência do porto (*hinterland*) tem a possibilidade de ampliar e abranger o extremo sul da Bahia, que ocupa a segunda posição nas exportações baianas. As empresas exportadoras dessa região são a Aracruz Celulose e a Veracel, que escoam a sua produção de papel e celulose pelo seu terminal privativo por balsas com destino ao estado do Espírito Santo e de lá para União Europeia, China, Japão e Estados Unidos (OLIVEIRA, 2009; BRASIL, 2009b).

Segundo apresentação da Seinfra no I Northeast Brasil Leader Fórum e reportagens do ex-secretário Batista Neves, a construção do porto é fundamental para a modernização da região e de todo estado, por representar a desconcentração econômica na capital e permitir a escala, em linhas de navegação internacionais, de grandes navios que atualmente não podem atracar em portos baianos devido às limitações estruturais. Na mesma toada, está a recente apresentação em vídeo do projeto elaborado pela Secretaria do Planejamento, de Walter Pinheiro, e a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (BAHIA, 2009a). Os números apresentados são de 10 mil empregos e 4 bilhões em investimentos.

Em 28 de outubro de 2008, o presidente da República assinou em Salvador, com o governador Jaques Wagner e com o ministro da Secretaria Especial de Portos, o protocolo de intenções para estabelecer atribuições e procedimentos a serem adotados na implantação do novo Porto Integrado Público em Ilhéus. Um dia após, foi assinado o decreto n. 6.620, pelo presidente Lula, que amplia a concessão à pessoa jurídica privada para construção e exploração de portos organizados, antes exclusivos às empresas públicas: as Companhias Estaduais das Docas (BRASIL, 2008a). A licitação para a concessão deve ser realizada pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ), suprimindo, desse modo, a limitação anteriormente existente, que só permitia à iniciativa privada autorização para construção e exploração de terminal de uso privativo.

Em novembro de 2008, foi instituída a Comissão Municipal de Acompanhamento do Complexo Intermodal Porto Sul, composta por três agrupamentos: a) poder público municipal;

b) empresariado, associação de classe e Universidade Estadual de Santa Cruz; c) sociedade civil e ONGs ambientalistas (COMISSÃO, 2009), que realiza periódicas reuniões com fins de participar e acompanhar o processo de concepção do porto devido a seus impactos socioambientais na região.

A partir dos decretos estaduais que determinam a área poligonal destinada ao Complexo Intermodal, no dia 17 de dezembro de 2008, o Senado aprovou a lei n. 18/2000, que criou o plano nacional de viação. A este plano foi incorporado o Porto Sul, devido emenda do senador Eliseu Resende (DEM-MG), acompanhada pelo senador César Borges (PR-BA), com fins de dar certeza à absorção de tal porto ao Subsistema Aquaviário Nacional (BRASIL, 2008b). Em conformidade com essa condição, segundo a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) da Bahia, a recém-criada Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais servirá para dar celeridade ao aporte de recursos federais para a execução desse projeto através do PAC.

De acordo com a apreensão desprendida sobre estes impactos, há contestações significativas e embasadas científica e tecnicamente contra a construção desse complexo. O Instituto Floresta Viva e Associação Ação Ilhéus, que compõem o agrupamento da sociedade civil e ONGs ambientalistas da Comissão, são contestadores atuantes. Organizaram a Rede Sul Bahia com esse intuito, no qual houve a adesão da ONG internacional *Greenpeace* no enfrentamento à construção do porto com o movimento "Peça ao Lula veto a degradação ambiental da zona costeira".

Vale ressaltar que não predomina uma homogeneidade ideológica partidária nem de interesses nessa rede, mas a preservação do meio ambiente. A radicalidade nas ações de contestação é dispare, pois há componentes que possuem interesses relacionados ao turismo ecológico de alto padrão com investimentos internacionais presentes na região com certo nível de flexibilidade proporcional ao impacto sofrível pelo seu empreendimento. Ao mesmo tempo, há outros componentes da rede que buscam preservação radical de qualquer intervenção ao bioma da região quanto à relação de produção que tal empreendimento representa.

5 Considerações Parciais

Ao final do trabalho, nota-se parcialmente que os atores internacionais envolvidos no processo decisório da construção do complexo estão com a atenção concentrada no confronto entre a necessidade em atender demandas externas do comércio internacional de minério e minerais, principalmente da Ásia e Estados Unidos, e a preocupação com a devastação ambiental resultante desse empreendimento por parte do *Greenpeace*. A integração sul-americana provida pela obra seria, nos fins últimos, para amparar os negócios internacionais, nos quais há o predomínio do interesse de empresas transnacionais.

A participação de atores internacionais pode ser também percebida com a convergência de interesses entre as empresas transnacionais, frente aos negócios internacionais, e o governo, em busca do desenvolvimento socioeconômico, no qual a integração sul-americana se encontra contemplada. A convergência de interesses no processo decisório dessa obra, com base na revisão bibliográfica e no estudo histórico realizado, proporciona aos atores internacionais a condição para manter o *establishment* dentro da reprodução das relações de produção capitalista presentes na América do Sul. Os grupos de poder locais da região, historicamente, apresentam uma postura mais próxima à resignação do que às ações de grupos políticos estaduais articulados aos interesses das empresas transnacionais primário-exportadoras.

Até aqui foi identificado, isoladamente, o *Greenpeace* como ator internacional que apoia as ações de cunho ideológico partidário heterogêneo contra a construção do porto. O que não representa demérito na possibilidade de exercer maior pressão decorrente do seu poder de visibilidade. A proposta da Comissão Municipal de Acompanhamento do Complexo Porto Sul, de acordo com o que se levantou na breve história das demais obras de infraestrutura de transporte na região, não é usual, devido a sua abrangência a grupos anteriormente renegados à participação cívica institucionalizada, principalmente em obras públicas desse porte. No entanto, os estudos ainda se apresentam preliminares para conclusões mais substanciais, principalmente no que toca à permeabilidade dos atores internacionais e nacionais no processo decisório por meio do poder posicional relacional tanto nos movimentos contra como a favor do porto ●

Notas:

⁽¹⁾ *Hub Ports* são portos resultantes da resposta para os portos do modelo fordista de produção, que são compostos de alto grau de tecnologia, mecanização, e desarticulado do contexto socioeconômico da cidade onde se instalam, e planejados dentro de uma concepção que se assemelha ao das plantas produtivas das empresas transnacionais produtoras de bens; almejam o mínimo de estocagem e são altamente competitivos.

⁽²⁾ Para Bobbio (2003), há necessidade do papel de um terceiro que promova a passagem do estado de natureza para o estado civil, como se procedeu no interior dos estados democráticos.

⁽³⁾ A urbanização negativa é observável nos grandes centros urbanos, principalmente em cidades latino-americanas em que o sistema de transporte atende com maior qualidade o centro da cidade e bairros nobres, enquanto a periferia fica desprovida dos benefícios intrínsecos ao transporte de redução do tempo para se percorrer certas distâncias (PEDRÃO, 2002).

Referências

- ASSOCIAÇÃO AÇÃO ILHÉUS. *O Projeto Porto Sul*. Disponível em: <<http://www.acaoilheus.org/entendimentos-iniciais>>. Acesso em: 20 mar. 2009.
- BAHIA. Decreto n. 9.997, de 3 de maio de 2006. *Diário Oficial da União Federativa da Bahia*, Salvador, BA, 04 maio 2006.
- BAHIA, Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia. *Apresentação ao Northeast Brazil Leadship Forum: Integrated Logistic Centers*. Disponível em: <<http://www.seinfra.ba.gov.br/apresentacoes.asp#topo>>. Acesso em: 22 mar. 2009a.
- BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. Governo Estadual da Bahia. *Complexo Logístico Porto Sul - Bahia*. Disponível em: <<http://www.sicm.ba.gov.br/Noticia/86/Complexo-Logistico-Porto-Sul-Bahia-.asp>>. Acesso em: 20 out. 2009b.
- BAHIA MINERAÇÃO. *Projeto Pedra de Ferro*. Disponível em: <<http://www.acaoilheus.org/arquivos/category/10-projeto-nocora>>. Acesso em: 25 mar. 2009.
- BOBBIO, Norberto. *O problema da guerra e a via da paz*. São Paulo: Unesp, 2003.
- BRASIL. Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento. *Relatório Estadual do Programa de Aceleração do Crescimento de 2007*. Bahia. Disponível em: <http://www.seinfra.ba.gov.br/PAC_Bahia/relestadual_bahia2.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2009.
- BRASIL. Decreto n. 6.620, de 29 de Outubro de 2008. *Diário Oficial União*, Brasília, DF, n. 211, 30 out. 2008a.
- BRASIL. Senado da República Federativa do Brasil. *Senado aprova futuro Porto Sul no PNV*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/cesarborges/noticias/arquivo/2008/20081218b.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2008b.
- BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior - Secex. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio - Mdic. *Sistema AliceWeb de Dados*. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/alice.asp>>. Acesso em: 15 out. 2009b.
- BRUM, A. L.; BEDIN, G. A. Globalização e desenvolvimento. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, n. 2, p. 9-35, 2003.
- COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPLAC (Bahia). *Análise do mercado processador de cacau no Brasil vista sob o modelo estrutura-conduta-desempenho*. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/An%C3%A1lise%20do%20Mercado%20Processador.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2007.
- COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DO COMPLEXO INTERMODAL PORTO SUL - ILHÉUS. *Memória da 2ª Reunião*. Ilhéus, 2009.
- DINIZ, J. A. F.; DUARTE, A. C. *A região cacaueira da Bahia*. Recife: SUDENE, Divisão de Política Espacial, 1983. (Estudos Regionais, 10).
- DROUVOT, H.; MAGALHÃES, C. Vantagens competitivas das empresas de países emergentes. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, n. 8, p. 75-103, 2006.
- FROMM, G. *Transporte e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Victor Publicações, 1968.
- FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. *Economia espacial*. São Paulo: Futura, 2002.
- FURTADO, C. *O capitalismo global*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GARCEZ, A. N. R. *História econômica e social da região cacaueira*. Ilhéus: Convênio Universidade Católica de Salvador e Ceplac, 1975.
- GONÇALVES, R. *Economia política internacional*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. *Globalização em Questão*. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.
- LACERDA, S. M. Navegação e portos no transporte de contêineres. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 215-243, dez. 2004.
- LEFEBVRE, H. *Espace et politique*. Paris: Éditions Anthropos, 1972.
- MARINHO, P. L. *Exportação de cacau, crescimento e desenvolvimento regional no sul da Bahia (1965-1980)*. 2003. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2_test/index.php/economia/article/view/1992/1653>. Acesso em: 10 nov. 2007.
- MARQUES, E. Notas críticas à literatura sobre estado, políticas estatais e atores políticos. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 43, p. 67-99, 1997.
- MARTINS, João. *Portas Abertas para o Futuro*. *Manchete*, Rio de Janeiro, p. 130-132, 21 jul. 1973.
- OLIVEIRA, H. C. de. A relação da infra-estrutura de transporte da região Litoral Sul da Bahia com o comércio internacional e o desenvolvimento econômico regional. In: CONGRÈS DE L'INSTITUT FRANCO-BRASILIEN D'ADMINISTRATIO DES ENTERPRISES - IFBAE, 5, 2009, Grenoble. Pôles territoriaux, innovation et internationalisation. *Anais...* Grenoble, 2009.
- PEDRÃO, Fernando. *A economia urbana*. Ilhéus: Editus, 2002.
- PEDRÃO, Fernando. *Economia, Política e Poder: na periferia da globalização*. Salvador: Podivum, 2009.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SANTOS, M. *Zona do cacau*: introdução ao estudo geográfico. 2. ed. rev. São Paulo: Nacional, 1957.
- SANTOS, M. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- VASCO NETO. *Portos e ferrovias: projeção para o III milênio*. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 13, n. 2, p. 161-167, set. 2003.
- YAGO, G. *The decline of transit: urban transportation in German and U.S. Cities, 1900-1970*. New York: Cambridge University Press, 1984.

***Versão modificada de artigo apresentado no II Seminário Paraibano de Estudo e Pesquisa em Relações Internacionais, 2009.**

****Mestrando em Ciência Política na Universidade Federal da Bahia (UFBA). É pesquisador do Centro de Recursos Humanos (CRH) da UFBA, na equipe de Pesquisa das Instituições Políticas Subnacionais. E-mail: henriqueoliveira@yahoo.com.br.**

DICAS DE LIVROS do prof. Ricardo Alaggio Ribeiro

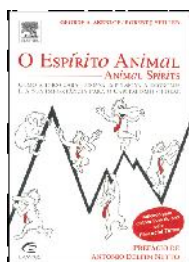


Obra: Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil

Autor: Marcio Pochmann
Editora: Cortez

Mantido o ritmo econômico e social registrado até o final da década de 1970, o Brasil seria hoje a terceira potência do mundo, com carga tributária equivalente a 24% do Produto Interno Bruto (e recursos arrecadados quase duas vezes mais do que atualmente), com nível de pobreza absoluta superada e com quase 85% da força de trabalho submetida ao assalariamento e plena de direitos sociais trabalhistas. Mas não foi isso o que ocorreu. Ao contrário, o Brasil ainda se encontra submetido à condição de nona potência mundial, depois de ter já sido considerada a décima quarta durante a mitológica década de 1990. Somente um pouco mais da metade de sua força de trabalho possui algum grau de proteção social enquanto mais de um quarto do total dos brasileiros ainda se encontra submetido à vergonhosa situação de pobreza absoluta. Nos últimos anos, contudo, decresce a participação relativa dos pobres no total da população, bem como também cai a desigualdade no interior da renda do trabalho.

Trecho da Apresentação, por Marcio Pochmann



Obra: O Espírito Animal - Como a psicologia humana impulsiona a economia e a sua importância para o capitalismo global
Autores: George A. Akerlof e Robert J. Shiller
Editora: Elsevier

A crise atual não é resultado apenas da ganância financeira e dos incentivos perversos que a acompanham. Ela é o testemunho de uma ideia, ou melhor, de um pressuposto que se provou falso: a crença dominante entre os "cientistas" (e explorada por banqueiros inescrupulosos) de que os mercados financeiros eram eficientes e seus agentes racionais. (...) O livro recupera alguns lampejos de genialidade de Keynes que mostrou que as violentas flutuações da conjuntura são, em geral, flutuações dos investimentos e que estes dependem não do cálculo racional dos empresários, mas do seu "espírito animal"..." (...) A desmontagem das supostas eficiência e racionalidade dos mercados é feita com argumentos tão persuasivos que forçarão a reconstrução da macroeconomia com base nas teorias do comportamento coletivo.

Trechos do Prefácio à edição brasileira, por Antonio Delfim Neto

NOTAS

♦ Com os objetivos de discutir as categorias básicas e o método do pensamento marxista e analisar, a partir de textos históricos, a formação do capitalismo, foi formado o grupo de estudo *Iniciação ao Marxismo*, coordenado pelos professores do Departamento de Ciências Econômicas (DECON), Luis Carlos Rodrigues Cruz Puscas e Solimar Oliveira Lima. Este será um dos grupos de estudos do **Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Marxistas (NIEPMARX)**, cuja solicitação para sua oficialização encontra-se em processo de tramitação nas instâncias superiores desta IES. Deverão também integrar o referido Núcleo os grupos de estudos coordenados pelos professores Francisco Pereira de Farias (estudo de autores neomarxistas, como Bettelheim, Poulantzas, etc.), do Departamento de Ciências Sociais, e Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos (Gramsci), do Mestrado em Ciência Política.

♦ A leitura dos números anteriores das publicações do DECON "Informe Econômico" e "Texto de Discussão" será brevemente possibilitada com a colocação dos mesmos no site do referido Departamento, na página da UFPI, no endereço: www.ufpi.br/economia. No momento, já se encontra disponível a maior parte das edições, bem como diversas informações sobre o Curso de Ciências Econômicas da UFPI.

♦ Em face da entrada em vigor das novas regras ortográficas, os artigos foram revisados, respeitando-se o estilo individual da linguagem literária dos autores (seja culto ou coloquial), conforme a 5.ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP, 2009), aprovado pela Academia Brasileira de Letras.

Expediente

INFORME ECONÔMICO

Ano 11 - n. 23 - fev./mar./abr. 2010

Reitor UFPI: Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Junior

Diretor CCHL: Prof. Dr. Pedro Vilarinho

Chefe DECON: Prof. Ms. Samuel Costa Filho

Coord. Curso Economia: Profª Ms. Janaina Vasconcelos

Site DECON: <http://www.ufpi.br/economia>

Coord. do Projeto Informe Econômico:

Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima (s.olima@bol.com.br)

Conselho Editorial: Prof. Dr. Antonio Carlos de

Andrade, Prof. Esp. Luis Carlos Rodrigues Cruz Puscas,

Profª Drª Socorro Lira, Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima,

Prof. Ms. Samuel Costa Filho

Coord. Publicação e Diagramação:

economista Enoisa Veras (enoisa@hotmail.com)

Revisão: economista Zilneide O. Ferreira

(zilneide@terra.com.br)

Projeto Gráfico: MHeN

Jornalista Responsável: Prof. Dr. Laerte Magalhães

Endereço para Correspondência:

Universidade Federal do Piauí - CCHL - DECON

Campus Ininga - Teresina-PI - CEP.: 64.049-550

Fone: (86) 3215-5788/5789/5790 - Fax.: 86 3215-5697

Tiragem: 2.000 exemplares

Impressão: Gráfica UFPI

Parceria: Conselho Regional de Economia 22ª Região-PI

